

Fernanda Teixeira da Costa Mendes

**O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA EXPRESSÃO NA *VERDADE*: UMA
ABORDAGEM MODULAR**

Belo Horizonte

2015

Fernanda Teixeira da Costa Mendes

**O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA EXPRESSÃO NA VERDADE: UMA
ABORDAGEM MODULAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de Concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Orientadora: Prof^a Dr^a Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2015

M538f Mendes, Fernanda Teixeira da Costa .
O funcionamento discursivo da expressão *na verdade* [manuscrito] : uma abordagem modular /
Fernanda Teixeira da Costa Mendes. – 2015.
176 f., enc.: il., tabs (p&b)

Orientadora: Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas

Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 158 - 165.

Anexos: f. 166 - 176.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Língua portuguesa – Análise do discurso – Teses. 3. Linguística textual – Teses. I. Marinho, Janice Helena Silva de Resende Chaves. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418

FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA EXPRESSÃO NA VERDADE: UMA ABORDAGEM MODULAR

FERNANDA TEIXEIRA DA COSTA MENDES

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Linha E - Análise do Discurso.

Aprovada em 23 de junho de 2015, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho - Orientadora
UFMG

Prof(a). Gustavo Ximenes Cunha
UNIFAL/MG

Prof(a). Micheline Mattetti Tomazi
UFES

Prof(a). Maria Beatriz Nascimento Decat
UFMG

Prof(a). Eduardo Tadeu Roque Amaral
UFMG

Belo Horizonte, 23 de junho de 2015.

Para Beatriz que veio, nesta etapa de sua vida, como filha querida para que eu pudesse auxiliá-la a construir sua caminhada evolutiva.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho, agradeço, especialmente, por fazer parte da minha vida acadêmica desde o Mestrado. Como parecerista de meu projeto definitivo de pesquisa, me encorajou a trilhar um caminho na dissertação que me despertou, posteriormente, para a análise do discurso. Esse despertar resultou no projeto de pesquisa para o Doutorado. Minha gratidão por me auxiliar na compreensão do Modelo Modular e por suas leituras rigorosas, pontuais e tão fundamentais ao meu crescimento no processo de construção da tese. Agradeço pela oportunidade de conviver com uma profissional tão competente.

Ao Gustavo Ximenes Cunha, o carinho especial pela amizade generosa. Suas explicações sempre precisas e claras foram fundamentais para que eu pudesse compreender o Modelo de Análise Modular do Discurso.

À oportunidade especial que a vida me proporcionou ao conhecer Geruza e nos tornarmos amigas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos que contribuíram para minha formação acadêmica.

A meus pais que sempre me incentivaram. Minha mãe querida, tão mãe-avó de Beatriz, sempre me dando o apoio nos caminhos da vida e me ajudando nos cuidados com a pequena.

A meus irmãos que sempre torcem por mim.

A Weverthon que me apoiou durante o Doutorado.

Aos queridos tio Baby e tia Cibele que um dia me acolheram e contribuíram para que minha vida tivesse outro direcionamento. Vocês fazem parte desta conquista de maneira especial.

Aos colegas do coletivo do ano de 2014 da Escola Municipal Professora Eleonora Pieruccetti, agradeço pela compreensão que tiveram durante os três meses em que me ausentei da escola para a qualificação.

Ao Grupo da Fraternidade Espírita Irmã Fabíola que me sustenta nos momentos de dificuldade. Sou grata pela oportunidade do aprendizado e do trabalho, pelas alegrias, pelos momentos de paz.

À querida irmã-amiga Suly e ao querido tio-padrinho Ricardo que já se encontram em outra dimensão da vida, o agradecimento pela oportunidade de ter convivido com vocês. Estamos unidos pelas melhores recordações e pelos laços fraternos.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que esse momento se realizasse.

O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.

João Guimarães Rosa

Há pessoas que desejam saber só por saber, e isso é curiosidade; outras, para alcançarem fama, e isso é vaidade; outras, para enriquecerem com a sua ciência, e isso é um negócio torpe; outras, para serem edificadas, e isso é prudência; outras para edificarem os outros, e isso é caridade.

Santo Agostinho

RESUMO

Este trabalho consiste no estudo da expressão *na verdade* encontrada em artigos de opinião, partindo da hipótese de que ela atua como conector que sinaliza uma relação discursiva de reformulação, desempenhando importante papel na organização do discurso. Algumas questões que orientaram esse estudo são: A expressão *na verdade* articula um segmento a uma informação da memória discursiva? Se sim, quais são as propriedades lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas dessa expressão? Como se dá o funcionamento discursivo de *na verdade*? Ela sinaliza uma relação de reformulação? Para investigar a hipótese levantada e responder às questões propostas, analisamos a atuação de *na verdade* em artigos de opinião das revistas *Época*, *Isto É* e *Veja*, tomando como referencial teórico-metodológico o Modelo de Análise Modular do Discurso (MAM), apresentado em Roulet, Filliettaz e Grobet (2001). Consideramos que o modelo constitui um referencial teórico-metodológico eficaz para a análise da expressão, por defender que o estudo dos conectores deve estar integrado a uma análise global da complexidade da organização do discurso. O MAM propõe a conjugação de informações provenientes dos níveis linguístico, textual e situacional para a compreensão do funcionamento de discursos autênticos. Buscando a descrição e a explicação do funcionamento discursivo de *na verdade*, o estudo se desenvolve a partir da análise do módulo linguístico, do módulo hierárquico e da forma de organização relacional do discurso, seguindo os postulados do MAM. Com esse percurso de análise, foi possível compreender de forma mais global e aprofundada o funcionamento dessa expressão. Com os resultados alcançados a partir de nossa interpretação de sua atuação nos artigos de opinião analisados, levantamos as propriedades morfosintáticas, semânticas e pragmáticas de *na verdade*, assim como mostramos que essa expressão pode se comportar, de fato, como conector reformulativo nas situações em que foi usada nos artigos de opinião.

Palavras chave: conector, modelo modular, relação discursiva de reformulação

RÉSUMÉ

Ce travail se fonde sur l'étude de l'expression *na verdade* trouvée dans des articles d'opinion, en partant de l'hypothèse qu'elle agit en tant que connecteur pour signaler une relation discursive de reformulation, avec un rôle important dans l'organisation du discours. Voici quelques questions qui orientent cette étude: L'expression *na verdade* articule une séquence à une information de mémoire discursive? Et si oui, quelles sont les propriétés lexicales, sémantiques et pragmatiques de cette expression? Comment s'opère le fonctionnement discursif de *na verdade*? Annonce-t-elle une relation de reformulation? Pour investiguer l'hypothèse soulevée et répondre aux questions proposées, on analyse l'effet de *na verdade* dans des articles d'opinions des revues *Época*, *Isto É* et *Veja*. On prend comme référentiel théorico-méthodologique le modèle d'analyse Modulaire du discours (MAM), présenté chez Rolet, Filliettaz et Grobet (2001). On considère que le modèle représente un référentiel théorico-méthodologique efficace pour l'analyse de l'expression, pour défendre l'idée que l'étude des connecteurs doit être intégrée à une analyse globale de la complexité de l'organisation du discours. Le MAM propose la conjugaison d'informations provenant des niveaux linguistique, textuel et de situation pour la compréhension du fonctionnement de discours authentiques. En cherchant la description et l'explication du fonctionnement discursif de *na verdade*, cette étude se développe à partir de l'analyse du module linguistique, du module hiérarchique et de la forme d'organisation relationnelle du discours selon les normes du MAM. Dans ce parcours d'analyse, il a été possible de comprendre de façon plus globale et approfondie le fonctionnement de cette expression. Avec ces résultats obtenus à partir de notre interprétation de sa situation dans les articles d'opinion analysés, on a pu soulever les propriétés morphosyntaxiques, sémantiques et pragmatiques de *na verdade* et on a encore montré que cette expression peut, en effet, agir en tant que connecteur de reformulation dans les articles d'opinion où elle a été utilisée.

Mots-Clés: connecteur, modèle modulaire, relation discursive de reformulation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema da relação núcleo-satélite.....	45
Figura 2 – Esquema da relação multinuclear.....	45
Figura 3 – Modelo de Análise Modular.....	78
Figura 4 – Fases do processo de negociação.....	85
Figura 5 – Esquema de negociação.....	86
Figura 6 – Representação da negociação nos artigos de opinião.....	87
Figura 7 – Artigos de opinião: nível e posições de interação.....	89
Figura 8 – Estrutura hierárquica da 1ª ocorrência de <i>na verdade</i>	93
Figura 9 – Estrutura hierárquica da 1ª ocorrência de <i>na verdade</i>	96
Figura 10 – Estrutura hierárquico-relacional do trecho do texto “Algo de errado”.....	102
Figura 11 – Estrutura hierárquico-relacional do trecho 1 (1ª ocorrência).....	127
Figura 12 – Estrutura hierárquico-relacional do trecho 2 (2ª ocorrência).....	132
Figura 13 – Estrutura hierárquico-relacional do trecho 3 (1ª ocorrência).....	135
Figura 14 – Estrutura hierárquico-relacional do trecho 4 (2ª ocorrência).....	139
Figura 15 – Estrutura hierárquico-relacional do trecho 5 (Uma ocorrência).....	143
Figura 16 – Estrutura hierárquico-relacional do trecho 6 (Uma ocorrência).....	147
Figura 17 – Estrutura hierárquico-relacional do trecho 6 (Uma ocorrência).....	150

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Módulos do MAM.....	80
Quadro 2 – Formas de organização elementares do MAM.....	81
Quadro 3 – Formas de organização complexas do MAM.....	82
Quadro 4 – Segmentação em atos.....	92
Quadro 5 – Atos principais.....	95
Quadro 6 – Artigos de opinião.....	109
Quadro 7 – Artigos de opinião.....	110
Quadro 8 – Critérios – Segmentação em atos.....	112
Quadro 9 – Características do conector reformulativo.....	118
Quadro 10 – Variação dos contextos linguísticos à esquerda e à direita.....	119
Quadro 11 – Mobilidade da expressão.....	120
Quadro 12 – Comparação dos segmentos com e sem conectores.....	121
Quadro 13 – Substituição de <i>na verdade</i> por outra expressão.....	122
Quadro 14 – Propriedades de <i>na verdade</i>	123-124
Quadro 15 – As relações interativas genéricas.....	124
Quadro 16 – Caracterização do constituinte.....	125
Quadro 17 – Cálculo inferencial – Texto (“Algo de errado” – 1ª ocorrência).....	130
Quadro 18 – Cálculo inferencial – Texto (“Algo de errado” – 2ª ocorrência).....	134
Quadro 19 – Cálculo inferencial – Texto (“A bala de prata” – 1ª ocorrência).....	137
Quadro 20 – Cálculo inferencial – Texto (“A bala de prata” – 2ª ocorrência).....	142
Quadro 21 – Cálculo inferencial – Texto (“Um novo jeito de fazer um governo de coalizão – uma ocorrência).....	145
Quadro 22 – Cálculo inferencial – Texto (“Metamorfose” – uma ocorrência)	149
Quadro 23 – Cálculo inferencial – Texto (“Nós e eles”- uma ocorrência).....	151-152
Quadro 24 – Tipos de operações –	154

LISTA DE ABREVIATURAS

Ap -	Ato principal
Arg -	Argumento
As -	Ato subordinado
C-arg -	Contra-argumento
Com -	Comentário
I -	Intervenção
Ip -	Intervenção principal
Is -	Intervenção subordinada
Prep -	Preparação
Ref -	Reformulação
Suc -	Sucessão
T -	Troca
Top -	Topicalização

SUMÁRIO

Introdução	15
1 A abordagem dos conectores em diferentes áreas dos estudos linguísticos	20
1.1 A Linguística do Texto.....	24
1.2 A Semântica Argumentativa.....	29
1.3 A Pragmática.....	34
1.4 O Funcionalismo.....	42
1.5 Síntese.....	46
2 A relação discursiva de reformulação	48
2.1 A reformulação segundo diferentes autores.....	50
2.2 Síntese.....	73
3 O estudo dos conectores em uma abordagem modular do discurso	74
3.1 O modelo de análise modular do discurso.....	74
3.2 O módulo hierárquico.....	83
3.3 A forma de organização relacional do discurso	98
3.4 Síntese.....	104
4 Metodologia	105
4.1 A constituição do <i>corpus</i>	105
4.2 O percurso de análise	111
4.3 Síntese.....	113

5 O funcionamento discursivo da expressão <i>na verdade</i>	114
5.1 As propriedades de na verdade	114
5.2 As relações interativas genéricas e específicas ligadas ao na verdade	124
5.3 Síntese.....	152
6 Considerações finais	155
Referências	158
Anexos	166

Introdução

Este trabalho consiste no estudo das ocorrências da expressão *na verdade* encontrada em artigo de opinião, visando compreender seu funcionamento discursivo. Partimos da hipótese de que essa expressão atua como conector e de que ela sinaliza a relação discursiva de reformulação, na medida em que a encontramos na junção de segmentos discursivos entre os quais podemos interpretar haver uma reformulação.

O interesse por estudar essa expressão surgiu pela sua alta frequência em textos opinativos. Chamou-nos a atenção o fato de ela ser tão usada, quando pouco se conhece sobre seu funcionamento nos textos. Constatamos que não há estudos sistematizados sobre ocorrências de *na verdade*. Aliás, há poucos estudos sobre expressões reformulativas do português brasileiro.

A partir daí, nos propusemos a investigar como *na verdade* se comporta na conexão de segmentos e/ou sequências textuais; definir e explicar como se manifesta a relação genérica de reformulação considerando o uso da expressão nos textos opinativos; levantar suas propriedades morfosintáticas, semânticas e pragmáticas; analisar como *na verdade* atua na organização relacional dos textos; identificar as operações de reformulação possíveis de serem interpretadas com o uso de *na verdade*.

Os artigos de opinião analisados neste trabalho foram extraídos de revistas de circulação nacional. Observamos que eles se estruturam a partir de um mesmo esquema, normalmente usado na organização de um texto de base argumentativa. Segundo Adam (1992)¹, o tipo textual argumentativo se organiza em partes, nas quais se apresenta e se delimita o tema, se expõem argumentos para defesa de pontos de vista, se chega a uma conclusão. A finalidade dos textos argumentativos é comentar ou avaliar ideias, opiniões, com o objetivo de mudar a visão do leitor quanto a essas ideias ou opiniões. Na elaboração desse tipo textual, são usados articuladores textuais ou conectores, marcadores de relações de causa, consequência, finalidade etc. Ainda, uma argumentação normalmente se constrói seguindo um esquema composto por introdução, desenvolvimento e conclusão. E, ao desenvolver o assunto central de um artigo de opinião, seu autor pode lançar mão de explicações, exposição de argumentos

¹ MARINHO; DACONTI; CUNHA, 2012 apud ADAM, 1992.

e/ou contra-argumentos, exemplificações, reformulações, comentários e citações, levantamentos de hipóteses, comparações, enfim, com a finalidade de estabelecer com o leitor um processo de negociação. Nesse processo, se evidencia a presença de recursos linguístico-discursivos usados na construção do texto. Por meio de tais recursos o articulista, numa manobra discursiva, atua sobre o leitor, buscando, assim, garantir que o objetivo principal de um artigo de opinião seja atingido: persuadir o leitor.

O artigo de opinião, segundo Adam (1997), é um gênero que, entre os gêneros redacionais jornalísticos, os quais se distribuem num continuum tendo como polos opostos a informação e o comentário, se aproxima do polo do comentário, afastando-se dos textos que pertencem mais ao polo da informação, como a notícia, por exemplo. Dessa forma, quando produz um artigo de opinião, o autor o constrói visando à expressão de um ponto de vista ou opinião sobre um fato qualquer. Por isso, ele se vale dos recursos linguístico-discursivos.

Nós consideramos que, quando o autor conhece as características do texto que vai escrever, ele tende a construí-lo aproximando-o de suas características, assim como usa estratégias específicas do gênero. Desse modo, o articulista deverá optar por empregar marcas linguísticas que expressem as relações discursivas presentes no texto, já que nem sempre essas relações são evidentes para o leitor.

Na elaboração do artigo de opinião, a situação de interação envolve o autor do texto e o leitor, que estão em posições diferentes. O articulista, ao escrever sobre um determinado assunto com a intenção de defender um ponto de vista, assume uma postura de autoridade, por apresentar conhecimento sobre o assunto que vai desenvolver, detendo certo poder e prestígio por possuir esse conhecimento. Rodrigues (2005, p. 172) expõe que “o reconhecimento social e profissional do articulista outorga credibilidade a sua fala, alçando-o à posição de ‘articulador’ de um ponto de vista autorizado, de formador de opinião”. O leitor, por sua vez, espera, com a leitura do texto, encontrar opiniões esclarecedoras ou, até mesmo, convincentes sobre determinado acontecimento. Sendo assim, podemos perceber que, nesse domínio jornalístico, a figura do autor está carregada da autoridade que lhe é conferida pela própria sociedade e pelo leitor que busca, de certa forma, a aquisição de um conhecimento, com o objetivo de se esclarecer sobre fatos relevantes socialmente e que são de seu interesse.

Como os artigos de opinião geralmente abordam assuntos do ambiente social em que vivemos, sabemos que sua temática pode ser heterogênea, atual, carregada de polêmica e amplamente discutida pelas diferentes mídias e pela população. Nesse sentido, os textos de opinião são escritos a partir de fatos que já ocorreram. Um dos papéis do articulista seria discutir determinados pontos de vista a respeito de um assunto polêmico ou colocar em discussão alguns dos argumentos que selecionou, buscando do leitor a adesão ao ponto de vista expresso no artigo de opinião. Dessa forma, o artigo deverá ser construído com base em argumentos bastante consistentes. Uma vez que o articulista não tem como ter certeza de que seu ponto de vista será aceito pelo leitor, precisará mostrar que seu texto apresenta consistência de opiniões, argumentos, contra-argumentos e comentários. Para tanto, poderá recorrer ao uso de recursos linguísticos que possibilitam a elaboração consistente de um texto argumentativo. Pronomes de 1ª e 3ª pessoa, modalizadores, verbos, conectores podem ser alguns dos recursos linguístico-discursivos que favoreçam a construção da argumentação. Em outros termos, todos esses recursos constituem uma forma de o articulista elaborar manobras ou estratégias para agir sobre o leitor a fim de persuadi-lo.

Como já afirmamos, na materialidade linguístico-discursiva do artigo de opinião, encontram-se marcas linguísticas. Entre essas marcas estão os conectores: conjunções, advérbios, preposições e locuções, usadas para articular um segmento textual a uma informação da memória discursiva². Algumas dessas marcas, reconhecidas como conectores por linguistas³ que pesquisam sobre o tema (*com efeito, daí, onde, por exemplo, quando, seja como for* etc), não são consideradas como tal, embora muitas expressões pareçam ter um comportamento semelhante ao daquelas já consagradas como conectivas.

Nos artigos de opinião analisados neste trabalho, encontramos diversas expressões como *afinal, afinal de contas, aliás, de fato, em resumo, em suma, enfim, finalmente, na verdade, no fim das contas, no fundo, ou e por fim*, que parecem atuar como conectores no contexto em que foram usadas. Mas o grande número de ocorrências da expressão *na verdade* nesses textos chamou-nos a atenção, principalmente, quanto ao modo como parece ser usada pelos articulistas, e assim nos propusemos a buscar compreender o seu funcionamento sob uma perspectiva que integra as dimensões linguística, textual e situacional.

² “Memória discursiva é um conjunto de saberes partilhados pelos interlocutores (BERRENDONNER, 1983, apud MARINHO, 2007).

³ Almeida (2011), Cunha (2013), Marinho (2002), Santos (2010) são alguns linguistas que desenvolvem pesquisas sobre expressões conectivas.

As ocorrências de *na verdade* possibilitaram o levantamento de algumas questões: a expressão articula um segmento e uma informação da memória discursiva? Se sim, quais são as propriedades lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas dessa expressão? Como se dá o funcionamento discursivo de *na verdade*? Ela sinalizaria uma relação de reformulação?

Para fundamentar o estudo de *na verdade*, optamos por trabalhar com uma teoria que proporcione uma análise global da organização de textos e discursos. Tomamos como hipótese que o Modelo de Análise Modular do Discurso (MAM), apresentado em Roulet, Filliettaz e Grobet (2001), consiste num referencial teórico-metodológico eficaz para a análise do funcionamento discursivo da expressão, já que ele se propõe a ser um instrumento de análise que integra informações provenientes dos níveis linguístico, textual e situacional para a compreensão da complexidade de discursos autênticos. Além disso, o MAM defende que o estudo dos conectores deve estar integrado a uma análise global da complexidade da organização do discurso, assim como mostra que os conectores atuam na explicitação da maioria das relações discursivas e, em função dessa atuação, essas marcas contribuem para a elucidação da articulação dos constituintes textuais, evidenciando as relações dominantes e a forma como o discurso é construído.

O MAM oferece, dentre as formas de organização elementares, a forma de organização relacional discursiva⁴ que possibilita ao analista o estudo do funcionamento discursivo dos conectores. Essa forma de organização ocupa-se da descrição das relações discursivas que se dão entre os constituintes de um texto e as informações estocadas na memória discursiva dos interlocutores assim como da marcação dessas relações por conectores. Para o estudo da forma de organização relacional do discurso, torna-se necessário descrever a estrutura hierárquica dos textos, à qual se chega com base em informações, de ordem lexical e sintática, relativas às instruções dadas pelos conectores ou expressões conectivas. Por meio das análises dos textos sob esses pontos de vista, chega-se a seu perfil relacional, que permite compreender o funcionamento discursivo da expressão *na verdade*.

A forma de organização relacional ocupa-se, assim, da descrição das relações discursivas, bem como da marcação dessas relações. Roulet (2006, p. 120) apresenta o conceito de conector ou marcador de relação textual (TRM) que consideramos importante para nosso

⁴ A forma de organização relacional do discurso será explicada detalhadamente no terceiro capítulo.

trabalho⁵: “um marcador de relação textual pode ser definido como uma forma linguística (lexical ou sintática) a qual indica uma relação ilocucionária ou interativa entre um constituinte do texto e uma informação estocada na memória discursiva⁶, assim como dá instruções para facilitar o acesso a uma informação relevante.”⁷

Para procedermos ao desenvolvimento da pesquisa sobre a análise das ocorrências de *na verdade* em artigos de opinião, organizamos este trabalho em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta o fenômeno da conexão em diferentes áreas dos estudos linguísticos: Linguística Textual, Semântica Argumentativa, Pragmática e Funcionalismo. O objetivo é, nessa parte, expor as contribuições que alguns pesquisadores trouxeram para a o estudo da conexão. O segundo capítulo mostra como diferentes autores estudaram a relação de reformulação. Buscamos compreender, com esse capítulo, como se dá o funcionamento das marcas linguísticas que sinalizam esse tipo de relação discursiva. O terceiro capítulo trata do referencial teórico-metodológico acerca do Modelo de Análise Modular do Discurso. Nessa parte, descrevemos o módulo hierárquico e a forma de organização relacional do discurso para esclarecer o arcabouço teórico adotado neste trabalho. O quarto capítulo explica a metodologia do trabalho em duas partes: a constituição do *corpus* e o percurso de análise. Na primeira parte, buscamos mostrar quais foram os critérios que possibilitaram a seleção dos artigos de opinião das revistas impressas *Época*, *IstoÉ* e *Veja*; na segunda parte, mostramos como procedemos à análise de *na verdade*, expondo o percurso postulado pelo Modelo Modular no estudo dos conectores, a partir da forma de organização relacional do discurso. O quinto capítulo analisa as ocorrências de *na verdade* visando à compreensão de seu funcionamento discursivo no contexto em que foram usadas. Nessa parte da tese, analisamos a relação interativa genérica de reformulação e descrevemos o percurso inferencial das sequências introduzidas por *na verdade* a partir do cálculo inferencial. O sexto capítulo propõe-se a fazer uma síntese do trabalho desenvolvido, apresentando os resultados da pesquisa.

⁵ Em nosso trabalho, optamos por usar o termo conector.

⁶ A informação da memória discursiva pode ter sua origem em um constituinte precedente, no ambiente cognitivo imediato ou no conhecimento de mundo dos interlocutores.

⁷ As citações de obras em língua estrangeira inseridas nesta tese foram traduzidas por nós.

1 A abordagem dos conectores em diferentes áreas dos estudos linguísticos

A partir da segunda metade do século XX, ocorreram mudanças substanciais, com as contribuições da Pragmática, na área dos estudos linguísticos anteriormente ligados aos pressupostos teóricos de Ferdinand de Saussure e Noam Chomsky. Segundo Weedwood (2002) e Fávero (1993), embora tenham trazido importantes contribuições para os estudos sobre a linguagem, esses dois estudiosos preocuparam-se com a análise da língua centrada na estruturação interna do sistema linguístico, sem priorizar as relações que a língua mantém com os elementos externos ao sistema, ou seja, eles não estabeleceram elos entre os elementos linguísticos e as possíveis influências que sofrem da situação extralinguística. Ambos os linguistas não estabeleceram esses elos porque o modo como concebiam seus objetos de estudo e suas concepções teóricas não propiciavam que o estudo de determinado fenômeno da língua fosse observado sob a conjunção de fatores externos ao sistema da língua, embora os estudos que propuseram, em períodos diferentes, tenham lançado sementes, principalmente os de Saussure, às futuras abordagens que passaram a associar a análise dos fenômenos linguísticos ao contexto situacional.

Saussure (1989) deixou inúmeras contribuições como as dicotomias língua e fala, sincronia e diacronia, significante e significado definindo, assim, o objeto de estudo da Linguística Moderna, no século XX: a língua, examinada em suas relações sistêmicas, abstraindo-a do uso. Ele caracterizou a fala como heterogênea, individual e concreta; e a língua como um sistema gramatical homogêneo e abstrato, sem influências externas. A partir da dicotomia língua/fala dois caminhos mostraram-se disponíveis e impossíveis de se cruzarem, a princípio: a língua, vista sob seus aspectos estruturais, formais, internos; ou a língua, considerada no cotidiano, nas relações sociais.

As pesquisas desenvolvidas por Chomsky mostra-nos que ele focou seus estudos na sintaxe, concebendo-a como um componente que apresenta um número limitado de regras que possibilita a um falante ideal gerar um número infinito de frases. Com base em Chomsky, Raposo e Meireles (1975) mostraram que essa produção de frases parte de uma base dedutiva, considerando aquilo que é abstrato, isto é, fundamenta-se em um axioma e em um sistema de regras para se chegar às frases existentes na língua. É com essa proposta que a teoria da linguagem deixa de ser apenas descritiva para ter uma base explicativa. A descrição consiste,

por exemplo, em o linguista traçar as características da competência linguística de um falante que é compreendida como a capacidade inata que ele apresenta para produzir, reconhecer e compreender a estrutura das frases de sua língua. O conhecimento das regras confere ao falante um bom desempenho na construção dessas frases. A preocupação central da teoria chomskyana, então, é com a competência do falante e não com seu desempenho. Não há, em Chomsky, uma referência a situações específicas, a um grupo de falantes determinados que usa concretamente a língua. Sua teoria conduz a uma ideia de universalidade em que o ser humano apresenta uma capacidade inata para desenvolver a linguagem.

Grosso modo, os dois autores priorizam a estrutura interna da língua em seus estudos, isentando-se do contexto situacional, ou seja, a exterioridade não é considerada. Ela surge em Saussure quando ele se refere à fala ao estabelecer a dicotomia língua/fala; em Chomsky, aparece no momento em que ele cita desempenho ao diferenciar competência/desempenho.

Considerando que os pressupostos teóricos de Saussure, divulgados pelo mundo, influenciaram diferentes estudiosos da linguagem, surgiu na Europa, na década de vinte, o movimento do Círculo Linguístico de Praga que sofreu reflexos do estruturalismo. Alguns dos principais nomes dessa corrente foram Roman Jakobson, Trubetzkoi, Martinet, dentre outros. Esses estudiosos contribuíram para uma mudança paradigmática nos estudos da linguagem: as estruturas da língua passaram a receber influência do uso e, por isso, as ideias de invariabilidade e de homogeneidade não faziam mais sentido. É possível afirmar, portanto, que a estrutura interna começa a receber influência da semântica e da pragmática. O Círculo Linguístico de Praga, a partir de seu estruturalismo que é considerado de base funcional, foi referência para o funcionalismo contemporâneo que prioriza as funções de uso da língua ante sua estrutura ligada à flexibilidade do uso.

A partir de Saussure, os estudos sobre a língua se desenvolveram sob uma perspectiva de base formal; posteriormente, essa base não se perdeu, mas passou a conviver com abordagens que consideram os aspectos sociais, culturais, cognitivos e pragmáticos da língua. Estávamos apegados ao sistema da língua e nos abrimos para compreendê-la a partir do contexto. São os novos rumos da Linguística e de suas diferentes correntes teóricas que devem se complementar e não se opor. Temos como exemplo a Pragmática que relaciona o estudo dos fenômenos linguísticos aos usuários da língua e à realidade, preocupando-se, de modo geral, com os efeitos interpretativos.

A pragmática é uma das áreas que ampliou a visão sobre os fenômenos linguísticos porque possibilitou que outras áreas fundamentais da Linguística, como a Semântica, a Sociolinguística, a Linguística do Texto e a Análise do Discurso ganhassem força e, desse modo, conseguissem oferecer melhor compreensão sobre os estudos que se passaram a fazer sobre os usos dos recursos da língua, entre eles os conectores, e sobre a relação desta com os interlocutores. A pragmática se desenvolveu fundamentalmente a partir dos estudos de Austin sobre os atos de linguagem e de Grice sobre o implícito. O estudo das inferências em uma interação nos trabalhos realizados por Sperber e Wilson, os trabalhos sobre a enunciação desenvolvidos por Bally, Jakobson, Benveniste e Culioli; os estudos sobre argumentação e interação verbal perpassam, também, os caminhos da pragmática. Como não seria diferente, a análise do discurso estreita seus vínculos com a pragmática, já que lida com fenômenos linguísticos na interação e considera relevante a atuação dos interlocutores nesse processo.

A partir da evolução que os estudos linguísticos tiveram em função das diferentes contribuições das áreas da Linguística e de outras áreas, como a filosofia, a sociologia e a psicologia, verificaram-se modificações no modo de conceber o texto como objeto de estudo e, conseqüentemente, ampliou-se a visão sobre o funcionamento da língua e sobre os recursos linguísticos.

Nas décadas de 60 e 70, os estudos estavam focados, basicamente, no nível do enunciado e não conseguiam explicar uma série de fenômenos da língua, como a referenciação e a articulação entre as orações. Havia uma preocupação preponderante com o estudo da coesão a partir de frases descontextualizadas ou construídas para justificar determinado elemento coesivo. Na segunda metade da década de 60 e na primeira metade da década de 70, período do surgimento da Linguística Textual, o conceito de texto em vigor levou muitos estudiosos a se dedicarem às análises transfrásticas e à construção de gramáticas do texto, destacando em suas análises o estudo da coesão que era igualado, praticamente, ao da coerência. Mas na década de 80, as análises desses recursos se dão apenas em função de enunciados isolados. O foco passou a ser a compreensão da coesão no texto cuja concepção, também, foi se modificando com a ampliação do conceito de coerência, tendo em vista a perspectiva pragmático-enunciativa. A coerência não era mais compreendida como uma propriedade do texto em si, mas passou a ser entendida como uma construção que se dá entre o texto e os usuários, em uma dada situação de interação, podendo sofrer influências de aspectos linguísticos, culturais, sociais, cognitivos e interacionais. A coesão passou a estar relacionada,

então, a um processo de co-construção de sentidos entre leitor e texto. E os conectores passam a ser vistos como elementos que asseguram a conexão sequencial, sendo responsáveis pelo relacionamento de enunciados entre si e/ou de enunciados com o próprio evento da enunciação. É nesse período, também, que começou a despontar o interesse pelo processamento cognitivo do texto que ganhou maior destaque na década de 90 e que obteve forte tendência sociocognitiva.

A partir da década de 90, com a Pragmática, vários pesquisadores passaram a se interessar pelo processamento cognitivo do texto. Foi nesse período que se procurou ter, de fato, uma compreensão integral e abrangente dos processos de organização do texto, a partir de estudos que se dedicaram a questões referentes “às formas de representação do conhecimento na memória, à ativação de tais sistemas de conhecimento por ocasião do processamento, às estratégias sociocognitivas e interacionais.” (KOCH, 2004, p. XIV). Objetos de estudo como referência, inferência, articulação entre segmentos textuais, dentre outros, passaram a ser analisados sob uma ótica que vê a língua em sua dinamicidade, ou seja, em processamento, a partir da construção de textos inseridos em uma situação de interlocução que interfere na produção e na compreensão deles. Passou-se a considerar que fatores de ordem linguística (léxico e regras de estruturação), textual (nível semântico) e situacional (contexto) constituem três aspectos fundamentais no processamento do sentido dos textos.

O percurso evolutivo dos estudos linguísticos proporciona a percepção de que a língua é usada em função do contexto situacional. Halliday, McIntosh e Stevens (1974, p. 98) mostram que não faz sentido centrar os estudos linguísticos apenas no código: “O estudo do contexto conduz à análise de tipos de situação e dos usos da língua. [...] A atenção concentra-se agora sobre os usuários da língua e sobre os usos que estes fazem dela.” Portanto, a língua, sob um ponto de vista não apenas convencional, passa a ser vista em relação a seu funcionamento nas diversas situações de uso. Essa perspectiva nos traz uma ampliação a respeito da concepção de linguagem como processo de significação.

É preciso partir de uma concepção de linguagem que não a confine a uma coletânea arbitrária de regras e exceções, e, tampouco, a um rígido bloco formalizado, imune às variações e diferenças existentes nas situações concretas em que a linguagem se torna, de fato, um processo de significação (GNERRE, 1985, p. 1).

As diversas áreas da Linguística – como a Linguística do Texto e a Pragmática – surgem oferecendo novas perspectivas aos fenômenos da língua, uma vez que vão além da dimensão da frase propiciando a compreensão da organização e do funcionamento dos textos a partir de situações reais de uso da língua. Essa abordagem diferenciada das informações, na orientação dos estudos da linguagem, pode proporcionar uma compreensão menos limitada sobre o funcionamento dos recursos linguísticos disponíveis na língua e, conseqüentemente, de sua atuação no processamento da significação.

Por todo o interesse que os conectores têm despertado ao longo do desenvolvimento dos estudos linguísticos, tratamos, nos itens a seguir, da Linguística Textual, da Semântica Argumentativa, da Pragmática e do Funcionalismo, com a finalidade de discutir as contribuições trazidas por pesquisadores que representam cada uma das áreas.

1.1 A Linguística do texto

Considerando a Linguística do texto ao longo de sua trajetória evolutiva, as diferentes concepções de texto proporcionaram diversificadas análises em relação aos fenômenos da linguagem com os quais lidavam, entre eles a conexão. Autores como Beaugrande e Dressler (1981), Fávero (1993) e Koch (2004) desenvolveram estudos sobre a conexão que revelaram a importância dos conectores na articulação dos constituintes textuais, conforme se constata nesta exposição sobre o fenômeno linguístico em questão.

Em um primeiro momento, a Linguística do texto procurou descrever os fenômenos linguísticos centrando-se nos aspectos sintático-semânticos entre os enunciados, de modo muito parecido com a análise centrada no nível da frase. Essa é a fase dos estudos transfrásticos em que não há uma nitidez entre os fenômenos que dizem respeito à coesão e à coerência. Nesse momento – segunda metade da década de 60 até meados da década de 70 – desenvolveram-se estudos sobre os mecanismos interfrásticos referentes ao sistema gramatical da língua. Na análise das relações entre os enunciados, salientaram-se as relações referenciais responsáveis pela coesão textual, além de se buscar explicar uma série de outros fenômenos como pronominalização e relações entre enunciados não ligados por conectores explícitos. Nessa fase, o texto era compreendido como uma sequência coerente de enunciados, o que explica a tendência das pesquisas da época, sobre os recursos coesivos, desenvolver-se de

modo que englobasse a coerência, já que era entendida como propriedade do texto. Também é nesse período que se pensa em uma gramática do texto, uma vez que já havia a gramática da frase. Como o texto é a unidade linguística maior que a sentença, tornou-se necessário desenvolver gramáticas textuais que pudessem servir de parâmetro para mostrar quais características possibilitam a construção de critérios para a delimitação de textos e a diferenciação dos tipos de textos. Há, especificamente, uma intenção em se distinguir um texto coerente de um amontoado de enunciados incoerentes. Em outras palavras, o usuário da língua seria portador de uma competência textual, ou seja, ele teria um conjunto de saberes suficiente para afirmar que um texto seria coerente ou não. Os elementos conectivos seriam portadores de um sentido determinado auxiliando, assim, no estabelecimento da coerência dos enunciados por eles articulados.

A partir da década de 80, as teorias do texto ganharam espaço dentro da Linguística do texto, com diferentes enfoques. Esse é o período em que há uma modificação no conceito de coerência que passa a ser entendido como um princípio da textualidade que se constrói em função de uma situação de interação entre o texto e o interlocutor, tendo em vista fatores linguísticos, cognitivos, socioculturais e interacionais. Não é possível mais compreender a coerência como uma mera propriedade do texto, já que a perspectiva pragmático-enunciativa já estava se infiltrando na Linguística de modo definitivo. Os textos passam a ser considerados no processo de construção e no momento da interlocução.

È nesse período que se começa a pensar, também, no processamento cognitivo do texto nos estudos sobre a conexão. Há o interesse em se explicar como “(...) os conhecimentos que um indivíduo possui estão estruturados em sua mente e como eles são acionados para resolver problemas postos pelo ambiente (...) uma fonte de informações para a mente individual.” (KOCH, 2004, p. 29). Essa tendência se faz sentir mais forte na década de 90 com o sociocognitivismo, uma vez que as pesquisas na área da cognição vão se ampliando, especificamente, sobre o processamento do texto e sobre a representação do conhecimento na memória. Acredita-se que os interlocutores apresentam saberes acumulados passíveis de serem ativados para que a atividade comunicativa se processe. No processamento da informação, considerando o uso dos conectores em determinada situação de interlocução, por exemplo, é importante destacar o percurso interpretativo realizado pelo interlocutor: a construção de inferências possibilitada pelo sentido sinalizado pelo conector e que interfere na

interpretação da sequência por ele articulada, devendo ser entendida como a possibilidade de gerar informação nova a partir de uma informação já dada, em função de um contexto.

A perspectiva sociocognitivo-interacionista procura integrar fatores sociais, culturais e interacionais à compreensão do processamento cognitivo que não se explica apenas com base nos indivíduos. A análise dos fenômenos linguísticos, a partir de diferentes temas - referência, formas de articulação textual, progressão tópica – ocorreria nessa interface de fatores. De acordo com essa perspectiva, o texto é o lugar da interação e os interlocutores saem de uma postura passiva para atuarem como participantes diretos da construção do sentido. Considerando, então, todo o processo evolutivo pelo qual a Linguística do texto passou, não há como restringir as análises dos recursos linguísticos, como o estudo dos conectores, aos fatores exclusivamente internos ao sistema da língua, à perspectiva do nível do enunciado, a partir da visão do texto como produto⁸, visto que as influências da pragmática e da cognição são um caminho, positivamente, sem retorno. Em decorrência do impacto das diferentes etapas pelas quais a Linguística do texto passou, destacamos alguns estudiosos, com o objetivo de compreendermos um pouco mais a trajetória de uma área que tanto se dedicou ao estudo dos elementos coesivos.

Os linguistas Beaugrande e Dressler (1981) afirmaram que as palavras e as frases de um texto estão ligadas de modo linear, a partir da interferência de fatores de ordem gramatical. Para os autores, a coesão pode ocorrer na superfície dos textos, ou seja, no nível microtextual. Eles defendiam que a presença de elementos coesivos não é condição única para que haja processamento do significado, pois os interlocutores e a situação comunicativa são elementos que também interferem na compreensão. Esses autores concentraram os estudos no nível do enunciado, assumindo uma visão formal a respeito do funcionamento dos elementos coesivos.

Em seus estudos, Beaugrande e Dressler (1981) apresentaram a junção como um dispositivo da língua para assinalar relações entre eventos ou situações, a partir do uso de expressões juntivas. Eles citam quatro classes: conjunção, disjunção, contrajunção e subordinação (p. 71). Cada uma dessas classes é representada por expressões que articulam os enunciados. A subordinação, por exemplo, pode ser estabelecida por expressões juntivas como *porque*,

⁸ Consideramos a seguinte definição de texto como produto: “(...) texto como um produto linguístico que traz em si mesmo o seu sentido e todas as suas características.” (COSTA VAL, 2004, p. 2-3)

desde, como, então etc que também explicitam relações de coerência como causa, tempo, conclusão etc.

É válido frisar que, embora os estudos desses autores sobre coesão tenham tido uma ligação direta com o enunciado, ambos se preocupam com os critérios da textualidade e com o processamento cognitivo do texto. Eles veem a coesão e a coerência como fatores centrados no texto e os demais – informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade – como fatores centrados nos usuários. Os dois autores procuram conciliar o conhecimento proveniente do conteúdo proposicional dos enunciados com o conhecimento construído cotidianamente, guardado na memória como modelos cognitivos ao estudarem a coerência.

Nos estudos desenvolvidos por Fávero (1993), a pesquisadora analisa a conexão a partir da explicitação de mecanismos estruturais que possibilitam a progressão e o desenvolvimento do fluxo informacional, a fim de tornar viável o entendimento do texto. Ela propõe três categorias gerais de coesão denominadas referencial, recorrencial e sequencial *stricto sensu*. Para os propósitos deste trabalho, interessa definir apenas a coesão sequencial *stricto sensu*, uma vez que ela está intrinsecamente ligada ao estudo sobre conectores. A *coesão sequencial stricto sensu* ocorre quando uma proposição se subordina, ou seja, se liga a outra, a partir de uma relação semântica e/ou pragmática interdependente que pode ser expressa por operadores do tipo lógico e por operadores discursivos.

Segundo a linguista, os conectores da categoria *operadores do tipo lógico* ligam proposições e podem estabelecer relações de disjunção, condicionalidade, causalidade, mediação, complementação e restrição ou delimitação. Para ela, a proposição “A água congelou *porque* chegou a 0°”, evidencia uma relação de implicação lógica em que “a água congelou” implica “porque chegou a 0°.” Se houve o congelamento da água, necessariamente a água chegou a 0°. Portanto, a autora observa que há uma relação de causa expressa na proposição introduzida pelo conector, já que existe uma relação de consequência na anterior. O segundo tipo – *os operadores discursivos* – compreende as operações de conjunção, disjunção, contrajunção, explicação, conclusão e comparação. De acordo com Fávero (1993, p. 39), a contrajunção, por exemplo, é um tipo de conexão que articula frases cujos conteúdos se opõem, como se verifica na frase “Todas as frutas se conservaram, *mas* o morango azedou.” Os exemplos de Fávero evidenciam que as expressões *porque* e *mas* funcionam como articuladores de dois

enunciados e são responsáveis pela relação semântica de causa e de oposição, respectivamente.

O fenômeno da conexão também foi muito estudado por Koch (2004a). Segundo ela, a tessitura do texto é construída a partir de mecanismos linguísticos que retomam palavras (*coesão remissiva* ou *referencial*) ou estabelecem relações de sentido entre os enunciados (*coesão sequencial*⁹), definição que muito se aproxima daquela de Beaugrande e Dressler (1981).

Ao longo das análises desenvolvidas por Koch, pode-se concluir que o uso de recursos coesivos confere ao texto legibilidade, uma vez que evidencia as relações de sentido entre os enunciados articulados por conectores. Nessa perspectiva, o elemento coesivo é responsável pela manifestação do significado, como no exemplo citado pela autora na página 74: “João é um indivíduo perigoso. *Portanto*, fique longe dele.” O conector *portanto* integra a relação discursivo-argumentativa e aponta para o significado específico de conclusão.

Já em outro estudo apresentado por Koch (2004b), a coesão não se manifesta apenas microtextualmente. Há elementos situados fora da dimensão intralinguística os quais auxiliam no entendimento da conexão. As marcas linguísticas situadas no nível do enunciado não conseguem oferecer, sozinhas, as condições para a construção do significado. Há fatores como o contexto extralinguístico, os conhecimentos dos interlocutores, os processos cognitivos que interferem na compreensão dos mecanismos coesivos e, conseqüentemente, afetam a construção das significações.

Podemos considerar, então, que os estudos sobre conexão, dentro da Linguística do Texto, tiveram um percurso inicial focalizado no nível do enunciado. Com a evolução dos estudos sobre os textos, as análises transfrásticas passaram a ocupar espaço. Posteriormente, verificou-se uma tendência pragmático-discursiva que trouxe elementos extralinguísticos para ampliar a visão sobre o funcionamento da conexão. Atualmente, há um olhar sociocognitivo-interacionista em relação ao fenômeno, uma vez que existe um interesse em explicar como os conhecimentos dos usuários da língua interferem na compreensão das marcas coesivas. A partir desse percurso evolutivo, Koch tece as seguintes considerações sobre os rumos atuais

⁹ O conceito que Koch apresenta para coesão sequencial é o mesmo de Fávero (1993). Os outros tipos de coesão expostos por Koch não serão aqui definidos já que não são de interesse para a atual pesquisa.

da Linguística do Texto que trazem consequências e que podem ampliar o entendimento sobre a conexão:

[...] na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos. A produção de linguagem constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução – e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal. Em consequência do grande interesse pela dimensão sociointeracional da linguagem e processos afeitos a ela, surge (ou ressurge) uma série de questões pertinentes para a “agenda de estudos da linguagem”, entre as quais as diversas formas de progressão textual (referenciação, progressão referencial, formas de articulação textual, progressão temática, progressão tópica), [...] (KOCH, 2004, p. 32-33).

A concepção interacional e dialógica da língua é uma contribuição importante da visão bakhtiniana sobre a língua e o discurso que influenciou a Linguística do texto. A partir dessa concepção, compreende-se que o interlocutor passa a assumir um papel fundamental no processo interpretativo, pois é a partir dele que o texto é processado como atividade discursiva complexa. Após todas as considerações sobre a abordagem dos conectores em diferentes momentos do percurso evolutivo da Linguística do texto, passamos ao desenvolvimento da conexão sob o ponto de vista da Semântica Argumentativa.

1.2 A Semântica Argumentativa

Outra área dos estudos linguísticos que trouxe contribuições relevantes para a compreensão do funcionamento da conexão foi a Semântica Argumentativa. Pode-se dizer que Ducrot (1980) e Ducrot e Anscombre (1988) foram os teóricos que se destacaram nesse campo do conhecimento ao desenvolverem a Teoria da Argumentação na Língua.

Aderir à Semântica Argumentativa significa conceber os recursos coesivos como unidades linguísticas que oferecem instruções para possibilitar a compreensão da relação semântica entre os membros conectados. De acordo com a semântica argumentativa, o interlocutor é chamado a explorar a situação de discurso (o cotexto) segundo indicações semânticas. Essas indicações podem ser formuladas pelos esquemas ou estruturas semânticas da forma “P

conector r ou P conector Q”. Esse esquema pode ser lido do seguinte modo: o conector é argumentativo, r é uma conclusão, P e Q são argumentos. A partir dessa estrutura semântica, o analista pode dar uma descrição do enunciado, de acordo com o seguinte exemplo: “João é inteligente e, *além disso*, trabalhador. Encontrará trabalho.” (DUCROT, 1980 *apud* PORTOLÉS, 2007, p. 75). As expressões “ser inteligente” e “ser trabalhador” são dois argumentos orientados, a fim de possibilitarem a conclusão “encontrará trabalho”.

Ducrot afirma que estas unidades não são meros nexos que coordenam ou conectam orações ou proposições com outras, mas são elementos cujo significado está formado por uma série de instruções que possibilitam compreender de um modo determinado a relação semântica entre os membros que conectam (DUCROT, 1980 *apud* PORTOLÉS, 2007, p. 75-76).

Assim, há uma preocupação com a construção dos significados na língua, a partir de uma dinâmica discursiva condicionada pelos próprios recursos linguísticos. Os conectores, nos enunciados que articulam, encaminham a argumentação, que é condição inerente a todo significado linguístico. Não há uma concepção de que os elementos coesivos são meras partículas que estabelecem a coesão entre uma expressão e outra.

Ducrot (1980) apresenta uma diferença entre a semântica da frase e a semântica do enunciado, mostrando-nos que as instruções estão no nível da significação da frase e que a interpretação semântica está no nível do sentido do enunciado. As instruções são inscritas na significação da frase surtindo efeito sobre o enunciado. O interlocutor é chamado a explorar a situação de discurso - o cotexto - de acordo com as indicações semânticas. Essas indicações podem ser formuladas por esquemas ou estruturas semânticas, conforme já demonstramos no exemplo anterior. A partir dessa estrutura semântica, o analista poderá fazer a descrição do enunciado que é de caráter linguístico. Essa descrição, para Ducrot, poderá acarretar resultados inverossímeis. Então será preciso que o locutor faça alusão aos elementos semânticos não atestados no discurso como, por exemplo, uma reação psicológica em relação a si mesmo ou a seu destinatário. Mas, o autor não fornece nenhum instrumento que possibilite controlar a intervenção desses elementos não-linguísticos. Além disso, o interlocutor, ao explorar a situação de discurso, parece estar diante de inúmeras dificuldades, já que a situação de discurso comporta uma infinidade de dados que podem levar o interpretante a tirar diversificadas conclusões, chegando a dificultar ou até a inviabilizar a análise.

Ressaltamos que a Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por Ducrot e Anscombre (1988), foi elaborada em três diferentes etapas. Na primeira etapa, Ducrot baseou-se em dois postulados para formular os conceitos. O primeiro postulado traz a ideia de que os itens lexicais são referenciais e os enunciados apresentam um valor de verdade; o segundo, corresponde à significação que necessita de uma metalinguagem ligada a fatores especificamente linguísticos. Considerando esses dois postulados, nota-se que o objetivo de uma teoria de base semântica refere-se à formalização das regras semânticas que viabilizam a construção dos enunciados com um valor de verdade, desconsiderando o contexto e priorizando o componente linguístico. É nessa fase que Ducrot trabalha com a teoria da pressuposição em um enunciado, mostrando a diferença entre o que é posto e o que é pressuposto. Desse modo, em português, consideramos que o enunciado ‘Marcos deixou de beber’¹⁰, traz como informações ‘Marcos bebia anteriormente’ e ‘Atualmente, Marcos não bebe’. No plano do discurso, a informação mais relevante é a segunda e, por esse motivo, é denominada por Ducrot de *posto*. Portanto, a continuidade do discurso é possível mediante a relevância da segunda informação. Considerando o enunciado ‘Marcos deixou de beber’, o discurso pode ser prosseguido com o encadeamento de novas ideias como ‘Marcos conseguiu se reaproximar mais dos amigos.’. No desenvolvimento de seus estudos sobre a Teoria da Argumentação, Ducrot não adotou mais esse modelo semântico. Uma das razões que o levou a não recorrer a tal modelo foi a questão da polifonia. O valor de verdade passou a não ser uma condição básica para o estudo do sentido dos enunciados.

A segunda fase da Teoria da Argumentação na Língua corresponde à elaboração da teoria propriamente dita. Sua definição principal está focada na relação argumentativa entre os enunciados, ou seja, a argumentação está marcada pelas escolhas linguísticas dos enunciados. Desse ponto de vista, argumentar significa apresentar um enunciado que poderá admitir um ou mais enunciados. Isso quer dizer que um enunciado é argumento para outro enunciado, ou seja, representa a conclusão, a qual pode ser deduzida ou ser potencial.

Um enunciado pode, então, referendar uma conclusão que não esteja deduzida. Vejamos o exemplo com o conector *mas*, citado por Cabral (2010, p. 17): “Você ficou linda nesse vestido, mas ele é caro.”. O *mas* está argumentando a favor de é caro, não compre. Se a frase fosse, “Esse vestido é caro, mas você ficou linda nele.”, o *mas* argumentaria a favor de você

¹⁰ O exemplo foi criado por nós.

ficou linda nele, compre. Essas análises nos mostram que depois do *mas* não podemos mencionar qualquer informação, pois correremos o risco de sermos incoerentes. Assim, percebemos que o uso do *mas* impõe a nós algumas restrições, além de ser importante destacar que não são os conteúdos das duas frases articuladas pelo *mas* que se opõem, mas a conclusão a que chegamos para cada uma delas. Portanto, a conclusão processada pelo leitor está ligada à construção da interpretação que não se pode dar de qualquer forma. Diante disso, torna-se necessário delimitar as distinções entre *frase*, *enunciado*, *significação* e *sentido* para que possamos compreender as leis do discurso e o valor argumentativo dos enunciados de que fala Oswald Ducrot.

O *sentido* está intrinsecamente ligado ao *enunciado* enquanto a *significação* diz respeito à *frase* e apresenta as instruções para se interpretar um enunciado da frase, a partir da situação de discurso. A *significação* não é comunicável; o que é dito é o enunciado. O que determina o enunciado são suas condições de uso denominadas por Ducrot de leis do discurso, que possibilitam a compreensão de um enunciado em referência à sua enunciação. O sentido de um enunciado está intrinsecamente ligado ao uso do enunciado em um contexto:

(...) o sentido de um enunciado não se dissocia do emprego do enunciado em determinado contexto, nem de seu valor argumentativo. Dessa forma, a força argumentativa não é algo que se acrescenta ao significado da frase; ao contrário, faz parte do emprego daquela frase no enunciado que ela permite realizar. A força argumentativa faz parte do enunciado, que, por sua vez, contém orientações argumentativas. Ocorre, assim, uma pragmática integrada, isto é, uma pragmática se introduz desde o nível da significação, uma vez que há uma orientação argumentativa inerente à maior parte das frases, ou seja, os encadeamentos argumentativos possíveis no discurso estão ligados à estrutura linguística dos enunciados, que corresponde à organização da frase que lhe deu origem (CABRAL, 2010, p. 37).

O sentido de um enunciado, na Teoria da Argumentação na Língua, apresenta uma forma de ação sobre o outro que pode ser entendida como a manifestação da própria força argumentativa do enunciado. E cada enunciado apresenta marcas argumentativas.

A terceira fase da teoria da argumentação é uma evolução da segunda fase. Ela surgiu porque Ducrot e Anscombe (1988) viram a necessidade de descrever a significação dos encadeamentos argumentativos dos enunciados a partir da noção de *topos*, visto que não seria

possível elaborar uma lista para esse fim. Antes da apresentação da definição de *topos*, é importante mencionar o significado de ato de argumentar que deve ser compreendido como a referência a uma propriedade ou qualidade de um objeto dado por um locutor. Nessa fase, os autores não usam mais a acepção de argumento em direção a uma conclusão, porque passam, agora, a trabalhar com a *Teoria dos Topoi*. De acordo com essa teoria, em uma enunciação, o interlocutor fornece pistas sobre a direção argumentativa escolhida e quem interpreta procura seguir o percurso das instruções indicadas. Ducrot e Anscombe chamam de *topoi* essas instruções que possibilitam a escolha de caminhos possíveis. Se há indicação das instruções, o *topos* não precisa, necessariamente, estar expresso, ou seja, explícito. Acaba sendo um princípio geral para orientar, embasar o raciocínio das pessoas de modo a levarem-nas a determinadas conclusões. Um exemplo são os provérbios que trazem conclusões implícitas.

De acordo com Ducrot, o *topos* é um princípio interno à língua, gradual, e está ligado ao ponto de vista argumentativo do enunciador com o qual ele explica uma determinada conclusão. O caráter gradual do *topos* confere a existência das escalas argumentativas que mostram a maior ou a menor força argumentativa em relação a uma conclusão. Os operadores argumentativos são um exemplo que possibilita marcar os argumentos que consideramos mais fortes em relação a uma determinada conclusão em função do contexto do enunciado. Os enunciados, a seguir, conduzem a uma determinada interpretação.

(a) São só oito horas. (orientação: em direção a cedo)

(b) São quase oito horas. (orientação: em direção a tarde)

Topos (a): quanto mais tempo temos para fazer alguma coisa, menos precisamos nos apressar.

Topos (b): quanto menos tempo temos para fazer alguma coisa, mais precisamos nos apressar.

Os dois exemplos nos mostram que Ducrot e Anscombe confirmam seus apontamentos teóricos: a argumentação na língua está na própria estrutura linguística e no léxico; o operador

argumentativo “só” explicita a propriedade argumentativa; os dois topos apresentados deixaram claro que a conclusão em direção a “cedo” ou “tarde” foi possível.

A Teoria da Argumentação na Língua, em suas diferentes fases, exemplificada a partir de enunciados isolados, não analisa o fenômeno da conexão considerando os aspectos sócio-cognitivos, já que os autores não se propuseram a isso. De fato, o centro da análise foi o estudo dos conectores com base na própria construção linguística dos enunciados que são naturalmente argumentativos. Essa natureza argumentativa dos elementos linguísticos orienta os rumos da interpretação proposta por Ducrot em direção a uma determinada conclusão, conforme preconiza a segunda fase de sua teoria. A teoria dos topoi traz uma contribuição pertinente no que se refere a um determinado direcionamento argumentativo dos enunciados que fornece pistas aos interpretantes e instruções para o percurso interpretativo. Foi a partir dessa proposta de análise que constatamos as contribuições relevantes que merecem ser consideradas: a referência às leis do discurso no ato de enunciação como as diferenças entre frase, enunciado, significação, sentido e valor argumentativo inerente a cada enunciado e a polifonia entendida a partir das diferentes vozes inferidas nos enunciados. Ressaltamos, também, que o MAM foi buscar, nas teorias de Ducrot e Anscombe, contribuições para dar conta do estudo dos conectores na forma de organização relacional do discurso, considerando o que esses dois estudiosos teorizaram sobre o papel instrucional dos conectores. Para eles, as instruções carregadas pelos conectores fundamentam-se na própria capacidade argumentativa dos membros do discurso que podem facilitar ou dificultar a construção de inferências.

No próximo item, abordamos o papel instrucional dos conectores e sua importância como guias no processo interpretativo, sob o ponto de vista da Pragmática.

1.3 A Pragmática

Outra área dos estudos linguísticos que também estuda o fenômeno da conexão é a Pragmática. Linguistas como Luscher (1989) e Moeschler (1989) apresentam uma abordagem dos conectores que tem origem na pragmática cognitiva; Portolés (2007) desenvolve estudos sobre conectores a partir de uma pragmática que vê a comunicação, por um lado, codificada e, por outro, produto de inferências. Esses linguistas encontraram, em estudos já desenvolvidos

por Ducrot e Anscombe (1988) - na perspectiva da pragmática integrada - e em Sperber e Wilson (1995) – numa visão cognitivista - um caminho para refletir sobre a conexão e, assim, conseguiram acrescentar análises pertinentes e trouxeram contribuições relevantes para os estudos dos conectores.

Adotar uma postura de cunho pragmático significa ir além de uma abordagem no nível do enunciado, ou seja, o estudo pragmático de um enunciado se opera além de uma análise sintática e semântica. Essa acepção é diferente, por exemplo, da pragmática de Ducrot e Anscombe que a vê integrada à descrição linguística, sem interferência do contexto extralinguístico.

Segundo preceitos da Pragmática, as construções textuais são provenientes de uma ação complexa entre os interlocutores que têm intenções comunicativas e são influenciados por uma situação de comunicação. Há uma preocupação com questões de ordem enunciativa como a busca pela compreensão sobre como os conectores instruem os interlocutores. A ideia de instrução é fundamental para o estudo dos conectores, uma vez que esses elementos não carregam significados preestabelecidos, como acreditavam Halliday e Hasan (1976). Em função do contexto em que aparecem, os conectores instruem os interlocutores na construção das significações. Portanto, os conectores funcionam como guias para desencadear o processo da compreensão, sinalizando uma ação orientada aos interlocutores.

O conector, em uma abordagem Pragmática, articula unidades linguísticas, instruindo sobre a maneira de ligar essas unidades e impondo conclusões que não seriam tiradas em sua ausência. Essas conclusões originam-se do funcionamento dos conectores como elementos instrucionais que guiam os interlocutores na produção de inferências. As inferências constituem as conclusões que os conectores impõem ao contexto em que aparecem, já que seriam condicionadas, também, pela relação discursiva que o conector sinaliza.

Segundo Luscher (1989), a Pragmática oferece informações ao analista que deverão ser conjugadas às propriedades semânticas e sintáticas, a fim de definir qual é a função desempenhada pelos conectores na interpretação e na produção do discurso. Luscher (1989) afirma que “a interpretação de um enunciado necessita de um conjunto de dados não linguísticos [...] a fim de se buscar uma resposta para entender quais são as relações entre as informações não linguísticas e as informações que as formas linguísticas apontam” (p. 101).

Ele defende que os conectores guiam a interpretação e, onde aparecem, facilitam a compreensão dos enunciados que articulam. A partir dessa constatação, as instruções relacionadas aos conectores não incidem diretamente sobre os enunciados articulados pelo conector, mas sobre o modo de constituir um contexto de interpretação, de acordo com as considerações de Luscher (1989). Desse modo, duas proposições articuladas por um conector devem ser interpretadas uma em função da outra. As instruções têm a função de precisar a relação entre as suposições contextuais de um lado e o enunciado de outro. Em outras palavras, a ocorrência de um conector em um enunciado permite ao locutor precisar o estatuto discursivo dessa parte do enunciado e guia o interlocutor na constituição do contexto de interpretação.

O linguista expõe, também, que as instruções atribuídas aos conectores são limitadas, já que essas marcas estão intrinsecamente articuladas ao processo inferencial, assim como à interpretação do enunciado. Tais instruções podem impor restrições sobre os seguintes aspectos:

- a formação do contexto de interpretação do enunciado e mais particularmente a seleção de hipóteses contextuais; a recuperação obrigatória, possível ou proibida das hipóteses de um contexto recente.
 - o tipo de efeito contextual e mais particularmente a reavaliação de uma hipótese contextual derivada de uma inferência precedente e a erradicação de uma dessas hipóteses.
 - a manutenção na memória de curto termo obrigatória, possível ou proibida das hipóteses produzidas pela interpretação do enunciado, com a intenção de sua recuperação obrigatória, possível ou proibida pela interpretação de um enunciado ulterior.
 - a formação de hipóteses antecipadas e necessárias à interpretação do enunciado.
- (LUSCHER, 1989, p. 111)

Conforme afirma Luscher (1989), a determinação da ordem de execução das instruções é de suma importância para uma descrição adequada dos conectores. Mas a hierarquia de aplicação das instruções deve seguir a ordem das possibilidades de realização de uma ou outra instrução. Essas instruções não estão, com efeito, sob um mesmo plano, visto que algumas não podem ser executadas sem outras terem sido realizadas previamente. Não se pode, por exemplo, efetuar a reavaliação de uma hipótese sem ter anteriormente aplicado uma instrução demandando uma hipótese produzida pela interpretação de um enunciado precedente.

As instruções são atribuídas a um tipo particular de entrada constituindo o endereço na memória dos conceitos, isto é, as entradas lexicais. Os conectores não possibilitam o acesso a esse tipo instrucional de entrada lexical. Essas marcas têm a função de guiar o processo inferencial devido à aplicação de instruções diminuindo, assim, o custo do tratamento em relação ao enunciado. Ocorreria um menor esforço por parte de quem está interpretando.

Considerando o aspecto instrucional dos conectores, Luscher (1989) ressalta que apesar dessas instruções ocorrerem em pequeno número, elas permitem a descrição de um considerável número de conectores em função das suas múltiplas possibilidades de combinação. Um conector pode compartilhar com outro uma parte das instruções que a ele são atribuídas. O linguista trabalha com a hipótese de que as instruções não são de mesma natureza e que algumas devem ser, obrigatoriamente, aplicadas. Para Luscher, essas instruções seriam consideradas de primeiro nível. Alguns conectores não têm instruções obrigatórias desse tipo. Elas podem, em seguida, serem aplicadas, eventualmente. A proposta é nomear essas instruções de segundo nível, compreendendo-as como virtuais, como hipóteses sobre a interpretação do enunciado. Tais instruções não são realizadas sem a aplicação das de primeiro nível e não basta para produzir uma interpretação completa do enunciado. As instruções implicadas são automaticamente selecionadas pelo mecanismo dedutivo para otimizar a pertinência do enunciado. Sua aplicação depende do princípio da pertinência. Em enunciados em que um mesmo conector aparece, pode ser necessário aplicar todas as instruções de segundo nível ou somente algumas delas. Então, é possível que várias instruções de segundo nível sejam aplicadas alternativa ou sucessivamente, mas uma instrução de primeiro nível obrigatória, não pode se colocar sobre a execução anterior de uma instrução de segundo nível facultativa. Por causa da garantia da pertinência ótima, o interlocutor aplica as instruções quando a interpretação não é satisfatória. O processo pode parar depois da aplicação das instruções de segundo nível, desde que a interpretação obtida seja consistente com a garantia da pertinência ótima.

Na abordagem pragmática, as instruções se situam no nível do mecanismo dedutivo, podendo depender do princípio da pertinência estudado por Sperber e Wilson (1995). Esses autores propõem uma teoria que interpreta os enunciados em contexto. Eles concebem a comunicação como uma questão inferencial, entendendo-as como informações que o leitor acrescenta ao texto. As inferências acontecem a partir de elementos do texto, do contexto e dos conhecimentos que o leitor demonstra ter em relação a aspectos linguísticos e ao mundo no

qual está inserido. Segundo explica Marinho (2002, p. 94), “as inferências são o resultado de processos cognitivos, ou seja, são operações cognitivas que o leitor realiza para construir proposições novas a partir de informações que encontrou no texto”. Sendo assim, a Teoria da Pertinência parte da hipótese de que os indivíduos tendem a ser pertinentes ao produzirem os enunciados, isto é, eles se fixam apenas aos elementos de interesse do contexto comunicativo. Em contrapartida, o leitor se detém, também, no enunciado produzido porque lhe foi conferido pertinência. A fim de ser pertinente, o produtor de um enunciado necessita considerar os estímulos ostensivos para escolhê-los precisamente, objetivando tornar evidente sua intenção informativa para si mesmo e para o leitor, para que não sejam descartados sem uma escolha precisa. Os dizeres de Marinho esclarecem:

(...) haveria a eliminação de qualquer estímulo que requeresse maior esforço, e escolheria o estímulo mais compatível com as suas intenções comunicativa e informativa. Assim, comunicar é implicar que a informação seja pertinente, o que garante a presunção de pertinência ótima, que pode ser assim formulada: o estímulo ostensivo é pertinente o suficiente para merecer que o destinatário se esforce para processá-lo. Esse estímulo deve ser rico em efeitos contextuais – alteração de crenças do indivíduo (Silveira e Feltes, 1999) – e econômico em termos de esforço cognitivo (ou esforço de processamento). Quanto mais esforço cognitivo o estímulo exige do leitor, menos pertinente ele é e quanto mais efeitos contextuais ele produz, mais ele é pertinente (MARINHO, 2002, p. 95).

O Princípio da Pertinência está ligado à ideia de que despertamos a atenção de um indivíduo a partir de um estímulo ostensivo. Sperber e Wilson (1995) defendem que as informações relevantes conduzem o tratamento do enunciado a uma interpretação que produz mais efeitos e que não traz esforços. Determina-se, assim, o contexto de interpretação, entre tantos outros. Para esses autores, uma informação é considerada pertinente se condiz com as hipóteses contextuais. Em outras palavras, a combinação se dá com as proposições que formam o contexto de interpretação do enunciado. Marinho (2002, p. 95-96) explica que “as suposições contextuais combinadas com a forma lógica de um enunciado produzem um efeito contextual, que pode tomar três formas diferentes: implicação contextual; fortalecimento de uma suposição ou eliminação de uma suposição”.

A implicação contextual é proveniente de suposições resultantes de informações já dadas com informações novas. A suposição que já existe pode sofrer alteração, uma vez que o interlocutor vê a necessidade de mantê-la. Isso pode resultar em fortalecimento ou

enfraquecimento. Uma suposição pode, também, ser alvo de contradição pela existência de outra suposição. Uma delas pode ser excluída, por ser a mais fraca. O estabelecimento da pertinência de um enunciado está ligado a um contexto com o qual o enunciado vai interagir para produzir implicações contextuais. O leitor, ao processar as informações de um enunciado, procura pelas implicações contextuais imediatamente mais acessíveis e, sequencialmente, vai acrescentando suposições a partir das informações concentradas em sua memória. Um enunciado é considerado mais pertinente quanto mais efeitos contextuais proporcionar. Esses efeitos ocorrem a partir de processos mentais e, por isso, demandam esforço cognitivo para a interpretação. O princípio da pertinência está ligado, também, ao esforço utilizado na compreensão de um enunciado. O esforço cognitivo pode ser interpretado como “(...) o custo do tratamento ligado ao nível da atenção, às operações dedutivas, ao acesso às informações estocadas na memória etc” (MARINHO, 2002, p. 97). O esforço cognitivo e os efeitos contextuais são considerados relevantes para o princípio da pertinência. A determinação do contexto é fundamental para a interpretação das informações.

O Princípio da Pertinência elaborado por Sperber e Wilson vê o enunciado como uma produção intencional do autor que é enriquecido com informação contextualmente acessível a partir de um processo inferencial. Nesse sentido, o leitor necessita fazer inferências para compreender o que lê. O processo interpretativo envolve, então, a construção de inferências a partir de uma forma lógica e de hipóteses contextuais. Esse princípio influencia diferentes estudiosos da língua, como Roulet, Filliettaz, Grobet (2001), quando tratam da descrição do percurso inferencial na forma de organização relacional do discurso.

Assim como Luscher, Moeschler (1989) é um dos representantes da Pragmática, que busca, na Teoria da Pertinência de Sperber e Wilson (1995) e nos estudos da cognição, referenciais teóricos para a compreensão dos conectores. Para Moeschler, as interpretações, de um modo geral, são produzidas por processos inferenciais, aspectos contextuais e cognitivos, uma vez que a compreensão conjuga fatores de níveis pragmático, semântico, linguístico e mental. A conjugação de informações provenientes desses diferentes níveis, para o autor, deve nortear o estudo dos conectores, uma vez que proporciona uma integração de informações diversificadas para o entendimento sobre seu funcionamento. Assim, há uma percepção do alcance interpretativo do conector, em função do contexto, que evidencia suas condições de uso, assim como configura suas restrições interpretativas.

Moeschler orienta suas análises sobre os conectores baseando-se na função pragmática que essas marcas teriam ao desempenharem o papel de facilitadores de inferência. Para ele, os conectores funcionam como guias para a interpretação e, quando estão presentes, facilitam o tratamento da informação, minimizando os esforços cognitivos e determinando os efeitos contextuais dos enunciados por eles articulados. Em outras palavras, a partir da ideia de facilitação de inferência, a presença de um conector, em um enunciado, indica que esse mesmo enunciado pode ser interpretado mais facilmente, se comparado a um enunciado sem conector. Nessa perspectiva, um conector não articula conteúdos semânticos, nem apresenta um significado prévio; ele instrui o interlocutor a partir de um contexto e guia a interpretação.

Destacamos, também, a distinção importante que Moeschler (1998) faz sobre informações conceitual e procedural, com base na Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1995). Essa distinção, motivada linguística e cognitivamente, pode ser compreendida com base nos seguintes conceitos: sob o ponto de vista linguístico, a informação conceitual é representada por categorias lexicais (substantivo, verbo, adjetivos) caracterizadas por serem classes lexicais abertas; a informação procedural corresponde à codificação dentro de categorias não-lexicais (certos advérbios, conectivos, determinantes, tempo, negação) definidas como classes morfológicas não-abertas. Já sob o ponto de vista cognitivo, a informação conceitual traz uma informação na qual a representação mental é acessível; enquanto a informação procedural codifica instruções relativas ao modo como as representações mentais devem ser processadas. É importante destacar que, embora essas distinções sejam importantes, Moeschler (1998, p. 1) afirma que a conjugação de informações conceituais e procedurais são fundamentais para que ocorra a compreensão de uma determinada expressão. Quando um item lexical específico ocorre em um enunciado, o conhecimento de mundo do leitor ou ouvinte torna acessível um número de propriedades sobre aquele item. Essas informações sobre as propriedades de determinada marca linguística podem não ser suficientes para que haja a representação mental completa. Daí, as informações procedurais podem complementar as informações conceituais.

Outro autor que se dedica ao estudo dos marcadores do discurso é o espanhol José Portolés. Em *Marcadores del discurso* (2007), o linguista faz uma retomada dos pontos teóricos principais que considera importantes nas diferentes abordagens dos estudos linguísticos para a análise dos marcadores discursivos de sua língua. Ele enfatiza, entretanto, que “Das duas perspectivas, textual e pragmática, no estudo dos marcadores, seguirei a pragmática por

considerá-la mais abrangente.” (PORTOLÉS, 2007, p. 11-12). É com base nessa afirmação que inserimos Portolés como um estudioso que compartilha pontos teóricos da perspectiva Pragmática.

Em seus estudos sobre os marcadores, Portolés busca, na Teoria da Pertinência de Sperber e Wilson bem como na Teoria da Argumentação de Ducrot e Anscombe, uma forma de entender o processo inferencial a partir da concepção de que os conectores sinalizam instruções para guiarem o interlocutor na construção de inferências.

Portolés apresenta uma definição de marcadores do discurso e os classifica em diferentes categorias e subcategorias. Para elaborar essa definição, o autor parte da hipótese de que a comunicação é essencialmente inferencial e de que há marcas linguísticas cujo significado condiciona o processamento do sentido em relação ao contexto. A definição de marcador discursivo apresentada por Portolés é a que se segue:

Os marcadores do discurso são unidades linguísticas invariáveis, não exercem uma função sintática no marco da predicação oracional e possuem uma função no discurso: o de guiar, de acordo com suas distintas propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas, as inferências que se realizam na comunicação (PORTOLÉS, 2007, p. 25-26).

Os exemplos citados por Portolés (2007, p. 10-11) sobre o marcador *mas* (*pero*) mostram como essa marca condiciona a interpretação do segmento, além de confirmar a hipótese de que a forma linguística concreta de cada enunciado serve de guia para sua compreensão, a partir de informações contextuais. Os exemplos são: “a) É feio, mas é simpático. b) É simpático, mas é feio. [...] O uso de *mas* nos conduz a conclusões distintas: com (2a) sugerimos êxito e em (2b) esperamos fracasso.” As explicações de sucesso ou de fracasso para os dois enunciados não encontram justificativas exclusivamente no aspecto linguístico-semântico. É preciso recorrer a informações extralinguísticas para entender como o marcador *mas* instrui o interlocutor a interpretar os segmentos dos enunciados por ele articulados.

Um ponto importante a se destacar, nessa parte, é o fato de que tanto Luscher (1989), Moeschler (1989), quanto Portolés (2007) trabalham com um aspecto pertinente para o MAM no estudo da conexão. A presença de um determinado conector, em uma sequência, instrui o

leitor e, assim, desempenha o papel de guia no processo interpretativo das sequências por ele articuladas. Dessa forma, sua presença funciona como um recurso que facilita a construção do sentido.

1.4 O Funcionalismo

Na abordagem funcionalista dos fenômenos linguísticos, a análise de um enunciado pode ser vista a partir de diferentes ângulos, de modo que a compreensão de um determinado fenômeno não fica restrita só a seu componente sintático ou semântico. Em outros termos, a abordagem funcionalista incorpora os componentes sintático, semântico e pragmático na análise de determinado fenômeno linguístico, com a intenção de considerar a língua em função. Isso significa que os enunciados, ao serem estudados, são considerados em situações reais de uso, daí podermos falar em interação. Nessa perspectiva, considera-se que, na atividade interativa, há a produção de enunciados.

Desse modo, tanto a ação interativa quanto os enunciados são regidos por regras. Os enunciados estão ligados a regras sintáticas, semânticas, morfológicas e pragmáticas; a ação interativa está condicionada às regras pragmáticas. Isso significa que o funcionalismo “(...) é uma teoria que se liga, acima de tudo, aos fins a que serve as unidades linguísticas, o que é o mesmo que dizer que o funcionalismo se ocupa, exatamente, das funções dos meios linguísticos de expressão.” (NEVES, p. 17, 2011). Quando se aponta que a perspectiva funcionalista lida com a língua em situação de interação, recusa-se qualquer abordagem que desconsidere a heterogeneidade dos fenômenos linguísticos. Consideram-se aspectos cognitivos, gramaticais e discursivos na análise dos fenômenos, já que a linguagem não ocorre de maneira isolada. No que se refere à gramática da língua, o funcionalismo não a caracteriza como autônoma, mas considera que ela está sempre interligada às determinações do uso, ou seja, do discurso.

Ao adotar uma perspectiva funcionalista, o analista se vê diante de modelos teóricos que servirão de base para a análise em função do fenômeno linguístico que pretende estudar, o que significa que seguir determinado modelo requer a especificação de certos temas como gramaticalização, iconicidade, articulação e prototipia. Estudiosos como Michael Halliday,

Talmy Givón, Eugenio Coseriu, Simon Dik são alguns adeptos da abordagem funcionalista que se dedicam, a partir de diferentes enfoques, ao estudo dos fenômenos da linguagem sob essa perspectiva.¹¹

Independentemente da adesão a algum modelo funcionalista, consideramos importante mencionar que a visão de língua, nessa perspectiva, traz a noção sobre função que não deve ser compreendida apenas em seu aspecto sintático, mas deve ser entendida como a ligação entre o estrutural e o funcional, de acordo com o que podemos confirmar a partir das seguintes informações:

Estruturas linguísticas são, pois, configurações de funções, e as diferentes funções são os diferentes modos de significação no enunciado, que conduzem à eficiência da comunicação entre os usuários de uma língua. Nessa concepção, funcional é a comunicação, e funcional é a própria organização interna da linguagem (NEVES, 2011, p. 18).

Sob o ponto de vista funcional, a análise de um determinado fenômeno linguístico considera elementos morfossintáticos, semânticos e pragmáticos, em situações reais de uso da língua. O fator cognitivo também é considerado, uma vez que o conhecimento das pessoas sobre os enunciados é relevante. Portanto, não se concebe a gramática sem a interferência das situações de uso da língua, o que significa que a gramática funcional é influenciada pelas determinações do discurso. Os dizeres de Maria Helena de Moura Neves, a seguir, corroboram a afirmação de que discurso e gramática estão interligados.

Uma gramática funcional faz, acima de tudo, a interpretação dos textos, que são considerados as unidades de uso – portanto, discursivo-interativas –, embora, obviamente, se vá à interpretação dos elementos que compõem as estruturas da língua (tendo em vista suas funções dentro de todo o sistema linguístico) e à interpretação do sistema (tendo em vista os componentes funcionais). (...) Incorpora-se nessa visão a integração dos diversos componentes – sintático, semântico e pragmático – o que representa o abandono do tratamento modular e a adoção do relacionamento de domínios funcionais: mais especificamente, propõe-se uma teoria funcional da sintaxe e da semântica que se desenvolva dentro de uma teoria pragmática (NEVES, 2011, p. 26-27).

¹¹ Neves (2011, p.18-20) descreve cada um dos estudos funcionalistas.

Diante desse tipo de abordagem, a análise das formas linguísticas está intrinsecamente relacionada às funções com base nos usos da língua. O objetivo é compreender os fatores sintáticos, semânticos não de maneira isolada, mas integrados.

Dentro da abordagem funcionalista, há pesquisadores dedicados ao estudo da Teoria da Estrutura Retórica, dentre os quais se destacam Sandra Thompson, Christian Matthiessen e Willian Mann. Esses três estudiosos pertencem ao grupo funcionalista norte-americano formado por Paul Hopper, Talmy Givón, Wallace Chafe, dentre outros pesquisadores. No Brasil, linguistas como Maria Beatriz Nascimento Decat e Juliano Desiderato Antônio desenvolvem estudos, também, com base na Teoria da Estrutura Retórica.

A Teoria da Estrutura Retórica lança mão de alguns pressupostos teóricos importantes para embasar o percurso de análise dos dados: os textos a serem estudados são constituídos de orações que se organizam hierarquicamente; as relações que se estabelecem entre as orações podem ser interpretadas considerando-se a intenção comunicativa do enunciador, assim como podem ser reflexos daquilo que o enunciador selecionou para apresentar os conceitos; grande parte das relações estabelecidas é núcleo/satélite, ou seja, uma parte do texto serve de base para outra. Os analistas que trabalham com essa teoria defendem que uma das contribuições pertinentes para adotá-la é o fato de que as relações existentes entre porções de um texto podem ser descritas de modo que tais partes conferem ao texto uma unidade de sentido. Cada relação se define mediante duas porções de texto, a partir do critério da plausibilidade, como propõem Mann & Thompson (1988), uma vez que o analista não está em contato direto com quem produz o texto nem com o interlocutor. O número de relações previstas pela teoria da estrutura retórica é grande, dentre as quais destacamos as seguintes relações núcleo/satélite: elaboração, reformulação, condição, causa, tese-antítese, concessão, alternativa, antítese, avaliação, causa involuntária, causa voluntária, circunstância, evidência, fundo, justificação etc. Há, também, as relações multinucleares: contraste, lista, sequência, união. A lista de relações retóricas é aberta, já que é possível o acréscimo de novas relações, à medida que os pesquisadores forem trazendo novas contribuições.

De acordo com Antônio (2003, p. 84), “a definição de uma relação leva em conta três aspectos: restrições sobre o núcleo ou sobre o satélite, individualmente; restrições sobre a combinação do núcleo com o satélite; intenção do produtor”. As relações retóricas são de dois tipos: núcleo-satélite e multinuclear, o que pode conferir ao texto uma análise das relações em

nível micro ou macroestrutural da organização do texto.¹² Antônio (2003, p. 41) define as relações núcleo-satélite afirmando que “uma porção do texto (satélite) é ancilar da outra (núcleo), como na figura 1, no qual um arco vai da porção que serve de subsídio para a porção que funciona como núcleo”; já as multinucleares, ele as conceitua dizendo que “uma porção do texto não é ancilar da outra, sendo cada porção um núcleo distinto, como na figura 2.

Esquema da relação núcleo-satélite



Figura 1

Esquema da relação multinuclear



Figura 2

Fonte: MANN; THOMPSON. 1988, p. 247.

A estrutura retórica de um texto é construída pelas relações estabelecidas entre as partes do texto. Em outros termos, o sentido que surge entre porções representadas por pequenas ou por porções maiores do texto, sem necessariamente haver uma marca específica que a determine, pode ser denominada de proposição relacional. Acredita-se que tais relações são imprescindíveis para a organização da coerência de qualquer texto, assim como são responsáveis pela ligação entre as orações, independentemente de terem ou não uma expressão conectiva atuando na articulação. Nesse sentido, o papel relevante na compreensão das relações retóricas é proveniente, principalmente, da proposição relacional que pode ser

entendida como o significado implícito que emerge da combinação de duas porções de texto, sejam elas orações ou porções maiores. A proposição relacional surge independentemente de qualquer marca de sua existência (tal como conjunções, por exemplo). Segundo os estudiosos da RST, essas relações têm a ver com a intenção comunicativa do falante/escritor, e também com a avaliação que ele faz de seu interlocutor, o que reflete as escolhas, ou opções, do usuário da língua para a organização de seu discurso (DECAT, 2010, p. 167-168).

As porções de textos podem ser representadas por esquemas ou diagramas arbóreos em que se visualizam esquematicamente a organização de parte do texto e sua respectiva relação retórica. A estrutura retórica de um texto específico não será representada aqui por um

¹² Em Decat (2010, p. 2), há, também, a definição da relação ‘núcleo-satélite’ e da ‘relação multinuclear’.

esquema arbóreo, já que não seguiremos essa teoria em nossa pesquisa. Tal estrutura se define com base no estabelecimento das relações entre porções maiores do texto e, assim, adquire um caráter funcional, principalmente por ter como base as funções que as porções do texto assumem em relação ao enunciatório.

A Teoria da Estrutura Retórica enfatiza as relações retóricas que são interpretadas pelo leitor. Antítese, avaliação, causa, concessão, condição, justificação, propósito, reformulação, resumo, solução são alguns nomes das relações retóricas, que na associação núcleo/satélite, conseguem servir de parâmetro para que o analista reflita sobre o percurso interpretativo que desenvolve entre porções de um texto e possa proceder às categorizações. Esse processo interpretativo possibilita a construção da coerência entre as porções que constituem o texto. O leitor, dessa forma, ostenta um papel que é fundamental na construção do sentido entre essas partes. A RST elenca como uma de suas relações núcleo/satélite a reformulação que é compreendida, nesta teoria, como a possibilidade de se reformular o que está expresso em uma situação apresentada em uma determinada porção de texto.

Essa teoria não se preocupa, diretamente, com a análise das marcas linguísticas que possam expressar alguma das relações retóricas, como os conectores. Ela prioriza o estudo da relação, mas também não desconsidera a presença de um conector quando este facilita a identificação de uma relação retórica. Apenas não se verifica uma preocupação em se compreender o funcionamento do conector como uma marca que pode exercer um papel importante na sinalização de uma relação discursiva, como acontece, por exemplo, no Modelo de Análise Modular do Discurso.

1.5 Síntese

As diferentes abordagens dos estudos linguísticos aqui consideradas sobre o fenômeno da conexão revelaram-nos que os conectores passaram por estudos que se basearam no enunciado, centrando-se em aspectos sintáticos e semânticos. Em outros momentos, houve análises que procuraram ser mais abrangentes, uma vez que buscaram na pragmática e na cognição recursos teóricos para que as análises se pautassem por uma complexidade maior, partindo de concepções de texto como processo de interação.

Nesta pesquisa, reconhecemos as contribuições da Linguística do Texto, da Semântica Argumentativa, da Pragmática e do Funcionalismo aos estudos linguísticos sobre a conexão. Ressaltamos que achamos redutora as abordagens que estudam os conectores apenas a partir de exemplos construídos ou que deixam de considerar a situação extra-linguística. Acreditamos e defendemos que o trabalho com a linguagem deve se voltar para as regras de construção dos enunciados e ou expressões da língua (Sintaxe), para a representação da realidade (Semântica), e para as regras das conversações e das negociações entre os sujeitos (Pragmática). Em outras palavras, pensamos a análise da conexão a partir de uma concepção que possa integrar informações de diferentes dimensões: linguística, textual e situacional. E consideramos que o estudo da conexão deve estar integrado ao estudo global da complexidade da organização discursiva.

Antes de apresentarmos o referencial teórico-metodológico que usaremos para investigar se a expressão *na verdade* funciona como conector reformulativo nas situações em que foi usada, consideramos importante um estudo sobre a relação de reformulação, visando compreender como diferentes estudiosos analisam esse tipo de relação. Dessa forma, no próximo capítulo, desenvolvemos uma discussão sobre essa relação discursiva.

2 A relação discursiva de reformulação

Alguns linguistas dedicaram-se ao estudo de expressões que apresentam comportamento reformulativo ao articularem segmentos dos textos, ou seja, de expressões que promovem uma retrointerpretação do segmento anterior ou de uma informação implícita, provocando uma mudança de perspectiva enunciativa, a partir da introdução de novas informações no segmento reformulado.

Dentre eles destacamos Güllich et Kotschi (1983), Roulet (1987) e Rossari (1993), que se dedicaram ao estudo de expressões reformulativas no francês. Também destacamos o estudo de Portolés (2007), que tratou dos reformuladores no espanhol. Em português, há bem poucos trabalhos que tratam da reformulação ou de suas marcas.

Koch (2002, 2004) trata de expressões que classifica como metadiscursivas, visto que tomam por objeto o próprio ato de dizer, atuando assim no âmbito da própria atividade discursiva. Entre elas se encontram os articuladores metaformativos, que servem para o locutor proceder a reflexões sobre a forma como empregou os termos ou expressões em seu texto, ou sobre a função de um segmento em relação ao anterior, e uma das expressões apresentadas pela autora é *isto é*, expressão que teria por função sinalizar a busca de denominação. Em trabalho anterior, a autora considerou que essa expressão pertence à categoria dos articuladores enunciativos ou discursivo-argumentativos.¹³ Autores como Güllich e Kotschi (1983) classificariam *isto é* como um marcador de reformulação parafrástica.

Antunes (2010, p.139), ao tratar do uso de expressões conectivas em textos, apresenta um esquema que cita expressões que atuam na conexão dos sentidos e das intenções em nossos textos, assim como os sentidos que expressam. Nesse esquema, a autora apresenta a expressão *isto é*, que expressaria exemplificação ou confirmação, ilustração, justificação. Entre as expressões que expressam reformulação, a autora lista *ou*, *ou melhor*, *em outras palavras*, por exemplo. Nesse esquema encontramos *na verdade*, tida como expressão que tem o valor semântico de confirmação ou admissão. A autora declara que a grade de expressões que

¹³ À frente, apresentaremos a definição dos articuladores enunciativos ou discursivo-argumentativos, além do exemplo com a expressão *isto é*, dado por KOCH.

apresenta é apenas uma amostra de como se poderia explorar os conectores e os efeitos de sentido que seu uso promove no texto.

Recentemente, Almeida (2011) dedicou-se ao estudo comparativo das expressões *seja como for* e *seja como fuere*, marcadores discursivos usados em artigos de opinião brasileiros e argentinos. O autor, a partir de suas análises, concluiu que ambas as expressões promovem a supressão do segmento anterior, anteposto ao conector, o que faz com que seja a partir de seu uso que o ponto de vista do autor do texto apareça mais claramente e justifique a escrita do artigo de opinião. Sendo assim, a conclusão do autor é a de que essas expressões funcionam como reformulativas.

Um estudo também recente foi desenvolvido por Cunha (2011, 2013) sobre o comportamento atípico do termo *quando* como conector reformulativo em sequências de narrativas de reportagens. Em seu trabalho, Cunha utiliza como referencial teórico o MAM e, por meio de análises de ocorrências desse marcador, verificou que ele é usado em contextos em que há uma relação de equivalência semântica entre expressões contidas no constituinte anterior e as informações trazidas pelo constituinte introduzido por ele. Buscando explicar seu uso nas reportagens, o autor conclui que *quando* não explicita a relação de reformulação de modo ostensivo, como aconteceria com o uso de expressões tipicamente reformulativas, como *isto é* e *ou seja*.

O trabalho de Parreira (2008) sobre *Operadores argumentativos e técnicas de argumentação em editoriais de jornais* também pode ser aqui citado, visto que a autora analisou várias expressões da língua portuguesa tidas como operadores argumentativos, dentre elas a expressão *na verdade*. Essa expressão foi citada como operador de baixa frequência em uma grande lista, sem exemplos, que se limita a apresentar sua função como sendo a de “reafirmar o que foi dito” (p. 280). Assim como Antunes (2010), Parreira (2008) apenas apresenta a expressão numa tabela. Ambas as autoras, no entanto, não chegaram a observar o comportamento de *na verdade* nos dados.

Considerando os autores que mostramos, evidenciamos que há poucos trabalhos sobre os conectores reformulativos no português e praticamente não encontramos estudos que apresentem informações sobre *na verdade* ou sobre seu uso como conector reformulativo.

2.1 A reformulação segundo diferentes autores

Os pesquisadores Güllich et Kotschi (1983) examinaram expressões do francês falado que marcam uma relação de paráfrase entre dois segmentos de discurso. Os dois estudiosos afirmaram que tais expressões, embora não tenham sido descritas de modo sistematizado, parecem exercer uma função determinante na organização discursiva (GÜLLICH; KOTSCHI, 1983, p. 305). Para os autores, a reformulação parafrástica possibilita ao locutor resolver determinado número de problemas comunicativos como dificuldades de compreensão dos enunciados envolvidos na relação de paráfrase e problemas de ameaças entre as faces dos interlocutores. A partir dessas considerações, Gülich e Kotschi (1983) apresentaram a hipótese de que um enunciado poderia ser reconhecido como paráfrase de outro enunciado, se houvesse um marcador que sinalizasse a reformulação parafrástica.

O objetivo principal de Gullich e Kotschi  elucidar as funções discursivas e interativas dos marcadores de reformulação parafrástica (MRP). Eles situam seus estudos no quadro de análise do discurso oral e orientam todo o trabalho dentro da perspectiva da Linguística do texto, abordando a interação social e a teoria dos atos de linguagem. O critério da interação assume um papel importante para Gullich e Kotschi (1983), principalmente pelo fato de o *corpus* ser da modalidade oral e por defenderem que o interlocutor exerce uma função relevante na construção da paráfrase. Para que se cumpra o objetivo a que se propõem, trs questões centrais norteiam o trabalho desses pesquisadores: “Quais são os elementos que podem servir de MRP? Quais são as funções dos MRP na organização do discurso e na interação verbal? Quais são as funções discursivas e interativas que um locutor realiza utilizando uma paráfrase?” (GÜLLICH; KOTSCHI, 1983, p. 306).

A abordagem desses autores é sustentada por uma definição de discurso que o considera como noção de base e como ponto de partida da análise linguística. Em outros termos, o discurso, caracterizado como atividade complexa, é considerado o conjunto dos elementos verbais que aparecem na interação. A análise, portanto, deve levar em conta todos os fatores constitutivos da interação: os interlocutores, a situação, os elementos sintticos e lexicais, as regras da interação. O aspecto acional do discurso – a atividade do locutor dirigida a outro locutor - o caracteriza como um conjunto estruturado de atos ilocutórios, sendo a estrutura organizada hierarquicamente, conforme Roulet (1981); a produção dos enunciados, assim como a

organização da enunciação é considerada uma atividade produzida pelos locutores; os interlocutores estabelecem as relações entre si; eles realizam os atos sociais, como indivíduos que exercem uma função social e que são guiados pela noção de proteção de faces (GOFFMAN, 1971 apud GÜLLICH; KOTSCHI, 1983). Dessa forma, Gullich e Kotschi (1983) não defendem que os MRP ou as paráfrases em si sejam analisadas isoladamente. O objeto de análise serão as unidades de discurso que contêm as paráfrases e os MRP, com a finalidade de especificar as possíveis condições que determinam o comportamento linguístico dos interlocutores.

Nas análises a que se propuseram, Gullich e Kotschi (1983) deixam de lado o aspecto ilocutório do discurso para se debruçarem sobre a organização discursiva e retomam, para esse fim, a “teoria da formulação” (ANTOS, 1982 apud GÜLLICH; KOTSCHI, 1983). Segundo o que pesquisaram sobre essa teoria, há informações pertinentes sobre o tema. No que se refere ao locutor, na elaboração de um enunciado, não há a produção de apenas um ato ou uma sequência de atos ilocutórios, mas ele realiza a tarefa, o trabalho da produção do enunciado, ou seja, da formulação. Formular um enunciado é uma atividade intencional e quem o realiza torna-se responsável por seus resultados. Esse trabalho de construção dos enunciados exige esforço do locutor, porque ele enfrenta as dificuldades impostas pela própria situação em que está inserido. O locutor age, elaborando enunciados, mas com o objetivo de resolver problemas comunicativos. O esforço realizado se manifesta em traços linguísticos no discurso: os marcadores de reformulação parafrástica seriam um desses traços que mostram o trabalho de esforço do locutor. A paráfrase não é uma atividade só de um locutor; pode ser produzida cooperativamente por dois locutores diferentes, principalmente considerando a comunicação oral. Essa produção cooperativa é entendida por Gullich e Kotschi (1983, p. 314) como “(...) uma troca de atos verbais que se determinam mutuamente. Essa troca ocorre graças à cooperação dos interlocutores. A noção de interatividade implica, então, a de cooperatividade.”

Referindo-se ao processo de formulações e reformulações sucessivas, Gullich e Kotschi (1983), considerando as contribuições dos estudos que pesquisaram, tratam a construção dos enunciados formulados como uma proposição que pode ser aceita ou recusada pelos interlocutores. Se a formulação satisfizer as necessidades comunicativas, o processo finaliza-se; mas se o contrário ocorrer, o locutor poderá sentir a necessidade de complementar, de delimitar, de explicar ou de corrigir a formulação. Por outro lado, o locutor, também, poderá

alterar sua própria formulação, o que confere ao enunciado um caráter provisório. A cada momento da produção discursiva, o locutor pode hesitar ou não diante da formulação que, aparentemente, parece ser definitiva. A atitude do locutor de dar continuidade a uma formulação a partir da inserção de um MRP, desejando reformular o que já havia mencionado revela que a produção discursiva necessita de continuidade.

Há diferentes procedimentos da organização discursiva que permitem reformular um enunciado, como a paráfrase. Dessa forma, entre os enunciados articulados por um MRP, o marcador assinala a característica provisória da formulação precedente, exercendo um papel retroativo, assim como anuncia a elaboração de uma reformulação. O uso de um MRP sinaliza um obstáculo na produção discursiva que leva o locutor a reformular o enunciado que já havia formulado. O que desencadeia as formulações e reformulações são problemas de comunicação que podem ser oriundos de qualquer elemento correspondente ao processo interativo: a necessidade de assegurar a própria compreensão dos enunciados, as hipóteses dos interlocutores referentes aos conhecimentos ou à capacidade dos indivíduos, as relações entre os interlocutores, as ameaças de faces etc.

Para Gullich e Kotschi (1983), a noção de paráfrase relaciona-se ao resultado de uma *atividade discursiva* que estabelece uma relação parafrástica e mostra uma equivalência semântica entre dois enunciados representando, assim, o ato de uma predicação de identidade. Há *predicação de identidade* quando dois enunciados são produzidos e encadeados de modo que possam ser compreendidos como idênticos. Assim, a paráfrase é considerada essencialmente como “duplicação discursiva”, já que coloca em relevo uma equivalência semântica que proporciona uma transformação gramatical na atividade discursiva. Essa equivalência semântica deve, em princípio, ser pressuposta por toda relação parafrástica. Mas, conforme apontam Gullich e Kotschi (1983), a equivalência semântica aparece sob a forma de uma gradação diferenciada que se estende entre dois polos: a equivalência máxima e a equivalência mínima. Para eles, não há critérios precisos que permitam julgar o grau de equivalência semântica. Parece evidente que, no caso extremo de uma equivalência semântica mínima, a relação parafrástica entre dois enunciados não pode ser expressa e o uso de um marcador de relação parafrástica (MRP) parece ser fundamental para o estabelecimento dessa relação, a fim de efetuar uma predicação de identidade, apesar da carência de equivalência semântica.

Gülich et Kotschi (1983) definem a *reformulação parafrástica* como fruto da equivalência semântica entre dois enunciados. Sob o aspecto comunicativo, os marcadores de relação parafrástica (MRP) não representam somente um meio entre outros para marcar a relação de paráfrase, mas também o meio mais explícito e, provavelmente, o mais importante. A função preponderante que colocam para a predicação de identidade contribui para que sejam considerados como uma subcategoria dos conectores pragmáticos. A ênfase dada à presença de um MRP, na sinalização da relação de reformulação, mostra a necessidade de separar essa categoria da argumentativa, conforme faz Roulet (1987)¹⁴ demonstrando, assim, a importância que têm esses marcadores na construção do discurso.

O estudo desenvolvido por Gullich e Kotschi (1983) mostrou que os MRP podem pertencer a categorias muito heterogêneas, fator que não possibilitou a eles partir de uma classe gramatical ou lexical definida. Dessa forma, na descrição dos MRP, para os dois pesquisadores, consideraram-se fatores estruturais e semânticos que pudessem determinar o uso de um MRP. O critério principal que possibilita a identificação dos MRP é a existência de uma relação parafrástica entre dois enunciados com relativo grau de equivalência semântica. Outros critérios importantes considerados pelos dois autores são a presença de um marcador de reformulação parafrástica; a ordem dos elementos constitutivos da paráfrase; a posição do MRP (anteposição, posposição, mobilidade do MRP no interior do enunciado); a localização do enunciado que provocou a produção da paráfrase; a escolha do marcador depende dos diferentes tipos de paráfrases; o grau de complexidade da paráfrase (o enunciado reformulado da primeira paráfrase serve de enunciado fonte da segunda).

Além desses critérios, Güllich e Kotsch (1983) observaram uma diferença quanto à gradação de equivalência semântica entre os MRP e os enunciados que articulam. Eles distinguem três tipos de relações que marcam essa gradação entre os termos de uma paráfrase: expansão, redução e variação. A *expansão* ocorre quando o enunciado manifesta uma maior complexidade, por comportar um maior número de traços semânticos que o enunciado fonte da paráfrase. Já a *redução* apresenta características inversas: os traços semânticos do enunciado fonte são condensados nos traços semânticos do enunciado duplo. A *variação* compreende as paráfrases que não são nem expansão, nem redução.

¹⁴ Este trabalho de Eddy Roulet será discutido neste capítulo.

Após apresentarem alguns critérios para a descrição dos MRP, Güllich e Kotsch elaboraram uma definição provisória da função geral dos MRP: o uso de um MRP permite ao locutor definir dois enunciados formando os dois termos de uma paráfrase, mesmo que haja uma equivalência semântica reduzida ou fraca. Essa definição vale para todos os MRP, independentemente de seu estatuto gramatical. Os MRP servem, então, para assinalar o caráter provisório de uma formulação proposta, o que auxilia no efeito retroativo da reformulação. Sob esse aspecto, os MRP parecem expressões comentativas ou avaliativas, que introduzem um enunciado e que, frequentemente, indicam o avanço da característica provisória de uma formulação.

Os MRP têm, assim, uma dupla função: anunciar uma reformulação e assinalar a característica provisória da formulação precedente. A presença de um MRP ocorre porque houve “problemas” ou “obstáculos” de comunicação. A reformulação parafrástica é um meio de superar esses obstáculos. Cada etapa, em um processo de reformulação, faz parte de uma estratégia que visa resolver problemas comunicativos, seja para explicar, retificar, esclarecer, introduzir um novo termo etc. A reformulação parafrástica serve para assegurar a compreensão e pode ser uma medida preventiva para afastar o perigo eventual de uma incompreensão.

O estudo de Roulet (1991)¹⁵ – “L’articulation du discours en français contemporain”¹⁶ – que dedica o segundo capítulo à descrição dos conectores pragmáticos, recebe influência de diferentes correntes de pesquisa no domínio da pragmática: os princípios de Mikhail Bakhtin abordados na concepção de discurso como interação verbal; a teoria tagmêmica de Pike que introduz o conceito de estrutura hierárquica; as reflexões de Austin, Searle e Grice sobre o ilocutório e o implícito trazem novas perspectivas aos estudos linguísticos; as pesquisas de Goffman, Sacks e Schegloff sobre a interação face a face; as contribuições de Sinclair e Coulthard, Stubbs, Labov, Henne e Rehbock, Edmonson que analisam diferentes tipos de conversações autênticas, integrando as relações entre filosofia da linguagem e a sociologia na abordagem linguística; a teoria da enunciação de Ducrot e Anscombre que se propõem a descrever os encadeamentos dos atos no discurso, assim como os conectores argumentativos que marcam esses encadeamentos e oferecem instruções interpretativas e desenvolvem o conceito de polifonia. O objetivo de Eddy Roulet e sua equipe, ao buscar contribuições dessas

¹⁵ A primeira edição desta obra é de 1985.

¹⁶ Tradução nossa – A articulação do discurso em francês contemporâneo.

diferentes correntes teóricas, é integrá-las e pensar numa perspectiva mais ampla as diferentes abordagens pragmáticas, partindo da influência de Bakhtin (1992), com a proposta de trabalhar o discurso como processo de negociação, tendo em vista discursos resultantes de interações autênticas. A finalidade é compreender a estrutura e a organização do funcionamento da complexidade discursiva.

A obra de Roulet et al. (1991) divide-se, respectivamente, em três capítulos: “Estruturas hierárquicas e polifônicas do discurso”, “Descrição dos conectores pragmáticos do francês contemporâneo” e “Estratégias interativas, interacionais e interpretativas”. O segundo capítulo, por se propor a uma classificação dos diferentes tipos de conectores pragmáticos, assim como por promover uma descrição do funcionamento dos aspectos sintáticos e pragmáticos dos conectores, é o foco de nossas considerações. Centramo-nos nesse capítulo porque é no item “Os conectores interativos” que se apresenta um subitem dedicado às propriedades pragmáticas dos conectores reavaliativos. Esse tipo de conector assemelha-se aos conectores reformulativos apresentados em Roulet, Filliettaz, Grobet (2001), obra em que os autores desconsideram a classificação “conectores reavaliativos”, adotando em seu lugar a categoria “conectores reformulativos”.

Em Roulet et al. (1991), no segundo capítulo, Marianne Schelling descreve os conectores pragmáticos do francês contemporâneo como marcas que sinalizam as relações entre os diferentes tipos de constituintes da estrutura hierárquica do discurso. Esses conectores são classificados como marcadores de função ilocutória, marcadores de função interativa e marcadores de estruturação da conversação. Destacamos os marcadores de função interativa, uma vez que essas marcas articulam os constituintes da intervenção¹⁷ e sinalizam uma relação interativa. Os conectores interativos podem marcar uma relação entre argumentos e o ato diretor¹⁸, entre contra-argumentos e ato diretor e subordinam retroativamente as intervenções anteriores a um novo ato diretor com a função de reavaliação.

Os conectores que sinalizam a relação interativa de reavaliação introduzem um ato diretor e são vistos com a função de representar o resultado de uma reconsideração de um ou de vários

¹⁷ A intervenção pode ser representada por cada constituinte de uma troca. Roulet (1991) no primeiro capítulo, no item *Estruturas de base do discurso: constituintes e relações*, explica detalhadamente a intervenção.

¹⁸ Não adotamos a nomenclatura ato diretor em nosso estudo. Seguimos a denominação de ato principal exposta em Roulet, Filliettaz, Grobet (2001), a versão atual do Modelo Modular. O ato é representado por cada constituinte do discurso. Os critérios para a segmentação do texto em atos são explicados no quarto capítulo.

atos ou intervenções que são subordinadas retrospectivamente a esse ato. O autor considera como reavaliativos conectores como *de fato (en fait)*, *enfim (enfin)*, *finalmente (finalement)*, *em suma (em somme)*, *no fundo (au fond)*, *de todo modo (de toute façon)*. Há dois tipos de conectores reavaliativos: os recapitulativos, que têm a função de operar a síntese de um movimento discursivo anterior, constituído, pelo menos, de dois atos ou de intervenções; os corretivos, que têm a função de limitar um movimento discursivo anterior, constituído de um ato ou uma intervenção. Nesse estudo, Roulet não faz nenhuma referência a conectores do francês que se aproximem da expressão *na verdade*, alvo de nossa pesquisa. Por esse motivo, não discutimos as particularidades descritivas dos termos considerados reavaliativos em Roulet (1991).

O estudo desenvolvido por Roulet (1987) – “Complectude interactive et connectures reformulatifs” – surgiu influenciado pela descrição argumentativa dada aos conectores reavaliativos que ocorreu no capítulo dois de Roulet (1991). Para Roulet, esse tipo de conector contribui para a realização da completude interativa de uma intervenção, marcando uma função interativa específica de reformulação.

O autor partiu da hipótese de que a relação de reformulação exerce função determinante na organização do discurso. Para ele, os conectores reformulativos também realizam um movimento de retrointerpretação de outro segmento e, nesse sentido, Roulet (1987, p. 111) define a relação de reformulação “[...] como a subordinação retroativa de um movimento discursivo, eventualmente de um implícito, a uma nova intervenção principal, por causa de uma mudança de perspectiva enunciativa [...]”. O conector reformulativo é o responsável por esse movimento e, assim, provoca a mudança de perspectiva enunciativa. Se não houvesse a necessidade de reformular, determinada intervenção poderia ser considerada autônoma, pois os objetivos da interação teriam sido concluídos Roulet (1987, p. 113). Diferentes classes de conectores reformulativos são distinguidas segundo o tipo de reformulação que eles indicam.

No estudo de expressões reformulativas, Roulet apresenta uma definição de reformulação não-parafrástica para diferenciá-la da reformulação parafrástica também analisada por Gülich e Kotschi (1983):

A reformulação não-parafrástica constitui-se de uma intervenção autônoma em que o ato principal está subordinando retroativamente uma informação estocada na memória discursiva que pode ser representada por um ato imediatamente precedente ou por um implícito, trazendo uma mudança de perspectiva enunciativa (ROULET, 1987, p. 115).

A mudança de perspectiva enunciativa não ocorre na reformulação parafrástica que marca uma predicação de identidade entre os segmentos articulados por um conector reformulativo.

A partir da definição de reformulação não parafrástica, percebe-se que a reformulação representa um processo retroativo, sinalizado por um conector, com mudança de perspectiva enunciativa em relação a outro segmento caracterizado como autossuficiente, num primeiro momento. A definição de conector reformulativo que Roulet propõe é a que segue:

[...] um conector reformulativo subordina retroativamente um movimento discursivo anterior, ou um implícito, a uma nova intervenção principal, indicando uma mudança de perspectiva enunciativa. O conector integra os dois constituintes que articula em uma intervenção de traço superior. A mudança de perspectiva enunciativa operada varia segundo o conector reformulativo usado (ROULET, 1987, p. 117)

Os estudos desenvolvidos por Gülich e Kotschi (1983) e por Roulet (1987) constituem uma importante fundamentação teórica sobre a reformulação, servindo de base para nos auxiliar a refletir sobre essa categoria. Esses estudiosos influenciaram a tese de Rossari (1993) sobre as operações de reformulação. Para a linguista, a *função interativa de reformulação* é sinalizada pela presença de um marcador especializado que une dois atos e pode ser caracterizada como uma operação que instaura uma mudança de perspectiva enunciativa a partir de uma retrointerpretação do movimento discursivo antecedente. O conector reformulativo tem como função indicar, explicitamente, a mudança de perspectiva enunciativa operada.

Quando Rossari (1993) expõe que a função interativa de reformulação está ligada à presença de um marcador especializado, ela declara que essa característica não ocorre da mesma forma com a função interativa de argumentação. Tal comparação é importante, uma vez que pode servir de parâmetro para pensarmos se a presença de um marcador em um segmento precisa

ocorrer para sinalizar a relação de reformulação. Sua ausência possibilitaria a inserção de um conector que não expressa a reformulação?

Ao fazer referência às propriedades dos conectores reformulativos, Rossari (1993) expõe uma descrição sobre a reformulação, com base em Roulet (1987b). A reformulação é caracterizada como uma operação em que há uma mudança de perspectiva enunciativa proveniente de uma retrointerpretação de um movimento discursivo antecedente¹⁹, ou seja, o locutor constrói uma primeira formulação tida como autônoma realizando, assim, um primeiro movimento discursivo; sequencialmente, há um segundo movimento que engloba o primeiro subordinando-o retroativamente. Essa nova formulação, apresentada em um ato principal, é introduzida por um conector reformulativo que permite ao locutor indicar, explicitamente, a mudança de perspectiva enunciativa. Todo conector reformulativo possibilita ao locutor proceder a uma subordinação do movimento discursivo antecedente seguido de sua reinterpretação. O ponto de vista introduzido pelo conector é, então, apresentado como uma nova maneira de considerar o ponto de vista sobre o qual o conector reflete. Assim, a noção de reformulação deve ser considerada como um processo de reinterpretação, uma vez que não traz só uma modificação quanto à forma, mas também quanto à maneira sobre a qual o locutor apreende a realidade evocada em um ponto de vista, segundo a perspectiva enunciativa apresentada. Os conectores argumentativos, pelo contrário, não apresentam essa propriedade de retrointerpretação. O locutor não os utiliza para introduzir uma nova interpretação de uma sequência anterior, mas para atribuir ao ponto de vista introduzido um estatuto em relação ao qual ele remete. O segmento introduzido por um conector pode servir de argumento, contra-argumento ou conclusão, por exemplo.

Rossari (1993), assim como Güllich e Kotschi (1983) e Roulet (1987), distingue dois tipos de processos de reformulação: a parafrástica e a não-parafrástica. A *reformulação parafrástica* permite operar uma predicação de identidade entre um estado de coisas evocadas no ponto de vista ao qual o conector se refere e aquele evocado no ponto de vista que introduz. O locutor usa essa operação para rever seu ponto de vista, a fim de completar, de esclarecer ou de retificar uma informação. É o que acontece no exemplo citado por Rossari (1993, p. 16): “[...] se umidificarmos um pouco mais, *ou seja*, se molhássemos um pouco mais a folhagem das

¹⁹ Rossari apresenta o conceito de movimento discursivo com base em Roulet (1987a): “Por movimento discursivo, Roulet (1987a) compreende todo constituinte discursivo dado como autônomo em um dado momento da interação”. (Rossari, 1993, apud Roulet (1987a), p. 12)

plantas [...].” O segmento discursivo anterior ao marcador *ou seja* é “idêntico” ao segmento posterior a esse mesmo marcador, isto é, ambos os segmentos se referem ao mesmo estado de coisas e são equivalentes.

Rossari (1993) defende que as propriedades semânticas dos marcadores reformulativos parafrásticos permitem instaurar uma predicação de identidade mesmo entre enunciados que não mantêm equivalência semântica. Ela considera como marcadores de reformulação parafrástica (MRP) aqueles que assinalam uma relação de paráfrase. Em outras palavras, todo marcador capaz de indicar o estado de coisas evocadas no ponto de vista que o conector introduz deve ser considerado como equivalente àquele evocado no ponto de vista a que se refere. Quando os dois pontos de vista não têm índice de equivalência, o marcador predica uma identidade em função de suas características semânticas.

Os segmentos do exemplo anteriormente citado apresentam equivalência semântica em função do conector *ou seja*, dos significados das palavras e da organização sintática dos segmentos. Outro exemplo citado por Rossari (1993, p. 14) mostra que a predicação de identidade se dá em função do conector *ou seja* e do contexto discursivo: “A Onde está o diretor? B O diretor está doente, *ou seja*, ele prolongou suas férias.”

O vínculo de identidade entre os segmentos A e B só é possível a partir de um processo inferencial instaurado, inicialmente, pelo tipo de conector que foi usado entre os segmentos. Não há nenhuma relação de igualdade entre *estar doente* e *prolongar férias*. Dessa forma, o conector tem um papel importante na sinalização dessa relação.

Para Rossari (1993), o conector que sinaliza a *reformulação não-parafrástica* permite operar uma retrointerpretação do ponto de vista enunciado no segmento anterior, promovendo uma mudança de perspectiva enunciativa e a introdução de novas informações no segmento reformulado. Essa mudança de perspectiva enunciativa mostra um distanciamento que pode ser medido em maior ou menor intensidade, em função do tipo de marcador usado nos segmentos que articulam. A descrição dos conectores que marcam uma reformulação não-parafrástica permite distinguir diversas operações de reformulação - classificadas segundo a força da distância do locutor em relação à primeira reformulação (distância moderada e distância acentuada) - as quais podem contribuir para o estudo da expressão do *corpus* desta

tese. Com base em Rossari (1993), adaptamos as operações de reformulação e apresentamos, em cada uma, um exemplo citado pela própria autora:

a) *Operação de recapitulação* – O locutor volta à primeira formulação para resgatar uma informação essencial. A tomada de distância, devido à mudança de perspectiva enunciativa, é pouco acentuada, porque o locutor não se refere diretamente ao conteúdo expresso na primeira formulação, mas o reformula a partir de uma expressão condensada. Essa operação é marcada, no francês, por conectores como *en somme*, *bref*, *en un mot*.

Ela me reaparece tal como era na realidade: uma mulher muito elegante, com traços finos, uma mulher adorável, **em suma**.

Elle me réapparut telle qu'elle était em réalité : une femme très élégante, avec des traits fins, une femme adorable **en somme**. (Rossari, 1993, p. 53)

b) *Operação de renúncia* – A mudança de perspectiva enunciativa que o conector (*enfin*) instaura marca uma tomada de distância muito acentuada em relação ao ponto de vista expresso na primeira formulação, uma vez que o locutor usa essa operação para renunciar retroativamente a um aspecto de sua primeira formulação.

Você deveria ver Pierre, **enfim** faça como quiser.
(Tu devrais aller voir Pierre, **enfin** tu fais ce que tu veux.) (Rossari, 1993, p. 19)

c) *Operação de distância* – Marca uma acentuada distância em relação à primeira formulação, mas não instaura um processo de renúncia. Alguns conectores especificam se a tomada de distância que instauram refere-se ao aspecto modal ou factual da questão levantada na primeira formulação. No primeiro caso, o segmento introduzido por conectores reformulativos como *de toute façon*, *de toute manière* devem ser considerados independentemente da modalização do problema posto na primeira formulação; já no segundo caso, conectores como *en fait*, *de fait*, *en réalité* permitem que a reformulação seja mais próxima dos fatos.

A Onde você encontrou esse saco?

B **De qualquer modo**, é um modelo que não se faz mais.

A Ou as-tu trouvé ce sac?

B **De toute façon**, c'est un modèle qui ne se fait plus. (Rossari, 1993, p. 89)

d) Operação de reexame – O locutor indica que, antes de enunciar uma nova formulação, ele analisa todos os elementos de um ponto de vista expresso ou não. A tomada de distância em relação à primeira formulação é, então, pouca acentuada, mesmo se o locutor introduz um novo ponto de vista em sua reformulação. O uso de um marcador que sinaliza “reexame”(tout bien considere, tout compte fait, somme toute, après tout, en fin de compte, finalement, en définitive) permite ao locutor legitimar a introdução de um ponto de vista novo ou mesmo inesperado, já que é apresentado como alvo de exame prévio dos elementos do ponto de vista a que se refere. A introdução de um novo ponto de vista na reformulação é excluída com um marcador do tipo recapitulativo, possibilitando, assim, diferenciar a operação de *reexame* da *recapitulação*.

No final das contas, eu não irei essa noite à reunião.

Somme toute, je ne viendrai pas ce soir à la réunion. (Rossari, 1993, p. 21)

Para tornar seu estudo representativo, Rossari (1993) estuda, sob uma perspectiva contrastiva entre o francês e o italiano, algumas expressões conectivas, com o objetivo de descrevê-las por um lado, com base em características pragmáticas, analisando a possibilidade de uso de cada uma delas; por outro lado, tomando como base o semantismo dos lexemas com os quais elas são construídas. A linguista centrou suas análises em expressões como *en fait*, *de fait*, *en fin*, *en somme*, *de toute façon*, *en tout cas*, *en réalité*, dentre outras. Em nosso estudo, focamos a descrição proposta pela autora sobre *en réalité* uma vez que, em dicionários da língua portuguesa, ao procurarmos a expressão *na verdade*, encontramos a palavra *verdade* associada ao termo *realidade*. Isso nos sugere uma compatibilidade de significados entre as duas expressões, confirmada pela tradução de *en réalité* que é equivalente a *na verdade*. Portanto, consideramos pertinente trazer algumas informações do estudo de Rossari (1993) para verificarmos como suas observações sobre a reformulação podem contribuir para suscitar reflexões sobre o funcionamento de *na verdade*.

Ao expor a análise sobre *en réalité*, Rossari (1993) afirma que essa expressão reinterpreta uma informação anterior, reconstituindo uma oposição entre a ordem do real e a ordem da

aparência relativa aos dois pontos de vista articulados. A sequência introduzida por *en réalité* traz informações novas mais próximas da ordem do real; já a informação antecedente assume o estatuto da ordem da aparência. Em resumo, o uso de *en réalité* obriga o interpretante a reconstruir uma oposição entre um ponto de vista relevante da ordem da aparência e aquele introduzido pelo conector que está ligado à ordem do real. Quando a reconstrução dessa oposição é dificilmente considerável, o uso de *en réalité* é menos natural. Rossari considera que o aspecto reinterpretaivo confirma que essa locução pertence à classe dos conectores reformulativos, exatamente por reinterpretar o ponto de vista ao qual o conector remete. Rossari cita o exemplo a seguir:

“Nós estamos muito preocupados em saber se não há algum grande músico que nós desconhecemos. *Na realidade*, há um que nós ignoramos totalmente: da escola vienense em particular” (Rossari, 1993, p. 145).

Considerando esse exemplo, é possível reconstituir, a partir do cotexto, uma oposição entre algo que provém da ordem da aparência e algo que vem da ordem do real. Ou seja, essa oposição pode ser reconstituída a partir das inferências que podemos tirar do enunciado que precede *na realidade*: na aparência, grandes músicos são conhecidos de todo mundo e, essa inferência se opõe à ordem do real apresentada depois de *na realidade* (realmente, há um que é ignorado totalmente). A expressão *na realidade* permite atribuir retroativamente o estatuto de aparência ao ponto de vista ao qual essa expressão remete.

Em resumo, sobre o uso de *en réalité*, podemos concluir que o locutor, ao usar essa expressão, apresenta seu enunciado como a reformulação de um ponto de vista anterior; o ponto de vista introduzido por *en réalité* é apresentado como proveniente da ordem do real. Isso nos mostra que a expressão estabelece novas informações ao segmento que introduz e atribui retroativamente o estatuto de aparência ao ponto de vista ao qual remete. Por esse motivo, uma oposição entre a ordem do real e a ordem da aparência pode ser recuperada a partir do contexto. O uso de *en réalité*, então, obriga o interpretante a reconstruir essa oposição.

Considerando, ainda, seus estudos, Corine Rossari (2000), na obra *Connecteurs et relations de discours: des liens entre cognition et signification*, expõe, no primeiro capítulo, as diferentes abordagens a respeito dos conectores pragmáticos relacionando-as à caracterização das relações de discurso. Rossari declara adotar uma abordagem semântica ao estudar os

conectores, pois analisa as características semânticas dessas marcas, tendo em vista o ambiente linguístico em que são usadas. Assim, seu estudo favorece a análise do potencial semântico do conector que exerce restrições no local em que é usado, sugerindo determinada interpretação, assim como contribui para a compreensão das relações discursivas, pois a análise dos conectores permite a elucidação dessas relações. Em função desse tipo de abordagem, Rossari compara enunciados com ou sem conectores e enunciados com conectores que pertencem a uma mesma classe semântica.

Os conectores podem restringir as possibilidades de seu uso em situações adequadas ao tipo de relação que são levados a explicitar; assim como podem ser vetores de relações que não podem se manifestar independentemente de seu emprego. Para defender sua proposta de abordagem dos conectores, Rossari (2000) apresenta os diferentes pontos de vista sob os quais se estudam as relações de discurso e os marcadores dessas relações: as abordagens conceitual, funcional e lexical. O ponto de vista conceitual considera que o sentido das relações de discurso pode ser percebido independentemente das marcas linguísticas que podem caracterizá-las; a apreensão do significado pode se dar pela interpretação dos enunciados; os conectores são vistos como índices, ou seja, eles oferecem pistas das relações de discurso. De acordo com o ponto de vista lexical, as marcas lexicais assinalam as relações de discurso e o estudo semântico-pragmático dessas marcas leva à percepção das relações. Os conectores são o meio pelo qual é possível ter acesso ao sentido das relações de discurso que serão consideradas a partir de duas opções: uma forte e uma fraca. Segundo a opção forte, o sentido dos conectores dão as indicações sobre os sentidos das relações de discurso em geral. O sentido de uma relação de discurso sem conector pode ser deduzida do sentido que a relação teria se ela tivesse sido marcada por um conector determinado. Isso significa que pode haver relações discursivas que só se manifestam pela presença de determinado conector. Conforme a opção fraca, o sentido dos conectores dão indicações unicamente sobre os sentidos das relações de discursos com conectores. Essa opção não diz nada sobre as relações de discurso sem conectores.

Em seu estudo sobre as relações de discurso, Corine Rossari adota o ponto de vista lexical em sua versão fraca. Ela justifica sua escolha tendo em vista a não equivalência sistemática entre as relações não-marcadas e as relações marcadas com conectores, e também pelo fato de existirem relações de discurso que se manifestam pelo uso de determinado conector. No exemplo

“(1) Feche a janela. Fará menos frio!” (Rossari, 2000, p. 29)

podemos interpretar que as sequências se conectam por uma relação de conclusão.

“(2) Feche a janela. *Assim*, fará menos frio!”

Esse tipo de relação não é obrigatória, pois é possível pensarmos em um significado diferente marcado pelo termo *assim*, ao compararmos com o exemplo (1).

“(3) Feche a janela. *De qualquer forma*, fará menos frio!”

Os conectores *assim* e *de qualquer forma* conferem às sequências anteriores um sentido diferente: *conclusão* e *reformulação*, respectivamente. Observamos que a presença do conector é fundamental para explicitar a relação de discurso. Sem o uso de *de qualquer forma*, por exemplo, poderíamos pensar em uma relação de discurso como as dos exemplos (1) e (2). Portanto, a presença de *de qualquer forma* é condição fundamental para a interpretação da relação de reformulação.

A partir dos exemplos, verificamos que a estruturação das sequências e o uso de uma determinada marca linguística podem sugerir ao leitor uma relação de discurso específica. Constatamos, assim, que interpretamos uma relação de discurso a partir da presença de uma determinada marca linguística e não de outra.

O ponto de vista funcional é importante para os modelos como o de Roulet (et al. 1985), uma vez que considera parcialmente autônoma a caracterização da relação de discurso. As unidades de discurso ou segmentos que podem ser articuladas por um conector se baseiam em uma relação de dependência. Esse tipo de relação se reconhece pelo critério da supressão²⁰ em que o segmento dependente pode ser suprimido; já o não dependente deve permanecer para

²⁰ O critério da supressão será explicado no terceiro capítulo deste trabalho, no item “Módulo Hierárquico”.

garantir a compreensão geral do discurso. O conector especifica a função do elemento dependente ou autônomo.

Rossari (2000, p. 32) mostra-nos que os conectores, além de serem vetores de restrições que limitam suas possibilidades de emprego em configurações adequadas ao tipo de relação que eles são capazes de explicitar, são igualmente vetores de relações que não podem se manifestar independentemente de seu emprego. Por esse motivo, a autora propõe que haja uma maneira de se determinar o uso apropriado ou inapropriado de um conector em determinado contexto linguístico, avaliando o grau de aceitabilidade das sequências testadas. Os fatores responsáveis que poderão mostrar a aceitabilidade ou a inaceitabilidade de um conector são de três ordens: variação do contexto linguístico à esquerda e à direita (a relação entre os conteúdos dos atos), comparação de segmentos com e sem conectores, substituição dos conectores mais próximos semanticamente (a substituição por expressões quase sinônimas:). Rossari (2000), ao apresentar esses três princípios, não tem a preocupação com a caracterização dos conectores, nem a intenção de associar-lhes um tipo particular de significação. Ela se interessa por compreender as restrições que os conectores exercem nas sequências que articulam, ao explicitarem relações de discurso. Em função desse interesse, a autora propõe os três princípios de aceitabilidade ou não de um conector.

Ressaltamos ainda que em seus estudos sobre as relações de discurso, Rossari (1999, 2000) defende uma abordagem semântica para o estudo dos conectores. O tipo de abordagem proposto justifica-se porque a autora acredita que o semantismo dos conectores deve ser analisado detalhadamente, como forma de mostrar o seu potencial e a capacidade que têm de apontar restrições no contexto em que aparecem. Ela entende os conectores como expressões que significam uma relação entre as unidades linguísticas e contextuais que conectam.

Em Rossari (1999, 2000), adota-se o procedimento de comparação de enunciados com e sem conectores, assim como compara apenas enunciados com conectores que pertencem a uma mesma classe semântica. Suas observações são, assim, baseadas no contraste entre as possibilidades de relação entre dois segmentos discursivos com ou sem conectores e sobre as restrições que um determinado conector exerce sobre as sequências linguísticas que ele articula. Esse estudo comparativo tem como objetivo possibilitar uma compreensão do funcionamento do conector e das relações que eles são capazes de sinalizar. Os conectores são vistos como elementos que podem restringir suas possibilidades de uso em um enunciado em

função de um contexto determinado, assim como podem indicar um comportamento em que as relações só se manifestam com a presença de um determinado conector. Nas palavras de Almeida (2011, p. 25), “os conectores são idealizados não apenas como vetores de restrição que limitam suas possibilidades de emprego em configurações adequadas ao tipo de relação que são levados a explicitar, mas também como vetores de relações que não podem manifestar-se independentemente de seu emprego.”.

Rossari mostra que há diferentes maneiras de se analisarem os conectores. Ela escolhe uma abordagem do ponto de vista lexical que considera as marcas linguísticas como sinalizadoras das relações discursivas, ou seja, os conectores funcionam como pistas das relações semânticas. O exemplo de Rossari (1993) mostra como a presença de um conector pode ser importante para a compreensão dos segmentos por ele articulados:

“A O que você achou do novo apartamento de Christian?”

B É mesmo genial. Há quatro cômodos com uma magnífica vista para a catedral, os quartos são grandes e iluminados. É necessário ir visitá-lo.”

Percebe-se, nesse diálogo, que, sem conector, os segmentos que constituem a resposta de *B* mantêm, entre si uma relação de argumento. O trecho que compreende “[...] há quatro cômodos [...] até visitá-lo” funciona como argumento e conclusão. Mas, se houver a inserção de um conector reformulativo nessa sequência, a função interativa de argumento é anulada, sendo substituída por uma relação interativa de reformulação. A substituição pode ser assim exemplificada: “*B (...)* *De qualquer modo/Enfim/Em todo caso*, É necessário ir visitá-lo”.

Ao investigar os conectores *de toute façon*, *quoi qu’il en soit*, *disons* e *enfin*, que têm a capacidade de ser produtores de relações de discurso e de impor uma relação não causal entre estados de informação, Rossari (2000) adota uma abordagem que se interessa pela identificação da operação que é a origem do processo de retrointerpretação promovido por esse tipo de conector. Na articulação entre um enunciado X e um enunciado Y, esses conectores conduzem a uma releitura de X, produzindo um tipo de relação de discurso diferente da causal. Como defendido por Roulet (1987), o movimento de releitura é uma

característica dos conectores denominados reformulativos não-parafrásticos, que atuam indicando que Y tem por função retrointerpretar X.

A proposta de Rossari (2000) consiste na identificação da operação que promove a retrointerpretação, visando compreender como os conectores realizam essas operações para produzirem as relações de discurso. O conector de *toute façon*, no exemplo a seguir, determina uma relação de discurso, desfazendo uma relação causal sem desfazer o elo que existe entre X e Y:

(1) Max a oublié de se rendre à la réunion. (Y) De toute façon le comité a décidé d'ajourner cette réunion. (ROSSARI, 2000, p. 83):

Max se esqueceu de ir à reunião. De toda forma o comitê decidiu adiar essa reunião.

Considerando os enunciados X e Y, não interpretamos que o esquecimento de Max levou o comitê a adiar a reunião. O uso de *de toute façon* impõe a releitura de X e, desse modo, anula um elo causal entre X e Y. O adiamento da reunião não está relacionado diretamente com o esquecimento de Max. Se houvesse necessidade de se evidenciar um elo causal entre X e Y, a presença de um conector deveria determiná-lo.

O exemplo, a seguir, mostra que a presença de *donc* [portanto] não impõe uma releitura entre dois estados de informação, como o faz *de toute façon*, mas o elo causal entre X e Y fica evidente.

(2) Max a oublié de se rendre à la réunion (Y) **donc** le comité a décidé d'ajourner cette réunion.

Max se esqueceu de ir à reunião. Portanto o comitê decidiu adiar essa reunião.

O elo causal que une X a Y marcado pelo uso de *donc* permite que percebamos uma conotação negativa provocada pelo esquecimento de Max em relação ao adiamento da reunião. Já com o uso de *de toute façon*, a apagamento do elo de dependência entre os dois estados de informação força uma nova leitura de X, de tal forma que o esquecimento de Max perde a conotação negativa.

Para compreender a atuação dos conectores produtores de relação de discurso, Rossari (2000) se propõe a identificar o tipo de operação que o conector realiza para produzir as relações. Segundo a autora, o mecanismo que desencadeia esse efeito de retrointerpretação promovido pelos quatro conectores investigados é o mecanismo de revisão. Trata-se de um mecanismo que conduz à modificação de um estado de informação não por meio do acréscimo de informação, mas por meio de sua subtração. Em outras palavras, ditas por Rossari de forma intuitiva, após uma operação de atualização, desencadeada por um enunciado X, o conector e o enunciado Y desencadeiam uma operação que apaga mais ou menos diretamente essa última atualização. Esse mecanismo pode ser assim descrito:

M1 Mecanismo de revisão

Uma revisão consiste em uma modificação de um estado de informação pela substituição de uma proposição não-p por uma proposição p ou pela supressão de uma proposição. A substituição é uma modificação onde se atualiza um estado de informação com não-p após tê-lo atualizado com p. A supressão é uma modificação onde se anula uma atualização com p. Seguente a essa anulação, não se sabe, portanto, se p é verdadeiro ou falso nesse estado. (ROSSARI, 2000, p. 87)

Cada um dos quatro conectores explora esse mecanismo de forma diferente, apresentando um formato de operação de revisão. Para compreendermos como se dá esse mecanismo, tomamos como exemplo o formato de *de toute façon* exposto em Rossari (2000, p. 88):

Formato da revisão para *de toute façon*

Em uma forma X DTF Y, p é considerada a proposição subjacente a X e q a proposição subjacente a Y. X e Y devem partilhar uma conclusão C e a atualização com Y deve promover uma revisão do estado de informação resultando na atualização com X, que conduz:

- (a) seja à substituição da proposição não-p pela proposição p atualizada via enunciado X;
- (b) seja à supressão de p atualizada com o enunciado X, pois a atualização com Y assegura aquela de p.

O exemplo, a seguir, explica o mecanismo de revisão realizado por essa expressão conectiva.

(3) Max a oublié de se rendre à la réunion. (Y) *De toute façon* le comité a décidé d'ajourner cette réunion. (ROSSARI, 2000, p. 83):

Configuração:

p atualizada por X = Max se esqueceu de ir à reunião.

q atualizada por Y = O comité decidiu adiar a reunião.

[C] = Max não pode, por exemplo, apresentar seu projeto.

Revisão do estado de informação contendo p: não-p é substituída por p (Max não se esqueceu de ir à reunião).

C – permanece

Essa configuração evidencia o formato da operação de revisão realizada por *de toute façon*, nesse exemplo dependente de (a): a substituição da proposição não-p pela proposição p atualizada via enunciado X. O efeito da retrointerpretação conduz à conclusão de que Max não se esqueceu da reunião, o que seria desagradável. A revisão indica que independentemente do motivo pelo qual ele não compareceu à reunião, ele terá ainda a chance de ir à reunião noutra data e de apresentar seu projeto.

Para compreender em que consiste a contribuição do conector ao tipo de relação de discurso que ele produz, Rossari (2000) se fundamentou nas operações que conduzem ao reexame dos estados de informação e mostrou que cada um dos quatro conectores, *de toute façon*, *quoi qu'il en soit*, *disons* e *enfin*, realiza uma operação de revisão com um formato particular. Com esse trabalho, a autora nos leva a compreender que cada conector reformulativo pode atuar de forma particular no estabelecimento da relação de discurso.

Os marcadores reformulativos do espanhol também foram estudados por Portolés (2007) sob uma perspectiva pragmática. Para o autor, os marcadores, de um modo geral, são definidos como marcas linguísticas que apresentam propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas que sinalizam instruções aos interlocutores e atuam como guias de inferências na interpretação do discurso.

Segundo Portolés (2007), a categoria de reformulação pode ser subdividida em função do tipo de marcador discursivo: reformuladores explicativos, retificadores, de distanciamento e recapitulativos. Os reformuladores constituiriam, segundo Portolés (2007, p. 141), os “[...] marcadores que apresentam o membro no qual se encontram como nova formulação do que se

pretendeu dizer em relação ao membro anterior [...]” A reformulação teria, para este autor, a função de explicitar uma expressão mal compreendida (ou seja), retificar (isto é), explicar (isto é, ou seja, em outras palavras), recapitular (em suma, em resumo, no fim das contas, enfim), distanciar (de qualquer modo, de toda maneira). Essas subcategorizações, também propostas por Rossari (1993), com alguma diferença de nomenclatura, podem servir de parâmetro para categorizar a expressão do *corpus* desta pesquisa que parece sinalizar a relação de reformulação.

Portolés (2007, p. 104) apresenta um exemplo em que analisa o marcador *ou seja*, sob uma perspectiva que segue preceitos teóricos da Teoria da Argumentação na língua: “É evidente que o bem deva ser prático, ou seja, humano.” O marcador *ou seja* introduz um segmento que constitui uma paráfrase do segmento anterior e, por isso, os dois segmentos têm a mesma orientação argumentativa. Rossari (1993) diria que ambos têm uma predicação de identidade sinalizada pelo conector e pelo contexto. Para Portolés (2007), o segmento reformulado assume importância fundamental, pois é o membro que irá dar prosseguimento ao discurso.

Em português, Koch (2005), apoiando-se na Linguística do Texto, apresenta o capítulo “Os articuladores textuais”, em que expõe uma caracterização dos elementos linguísticos que encadeiam segmentos de textos, chamando-os também de operadores de discurso. Para a linguista, os articuladores têm variadas funções, conforme se constata em suas considerações:

Tais articuladores podem relacionar elementos de conteúdo, ou seja, situar os estados de coisas de que o enunciado fala no espaço e/ou no tempo, bem como estabelecer entre eles relações de tipo lógico-semântico; podem estabelecer relações entre dois ou mais atos de fala, exercendo funções enunciativas ou discursivo-enunciativas; e podem, ainda, desempenhar, no texto, funções de ordem meta-enunciativa. Desta forma, os articuladores textuais podem ser divididos em três grandes classes: os de conteúdo proposicional, os enunciativos ou discursivo-argumentativos e os metaenunciativos (KOCH, 2005, p. 133).

Conforme se verifica ao longo do capítulo “Os articuladores textuais”, Koch não explica por que articuladores como *afinal*, *aliás* e *isto é* pertencem à classe dos articuladores enunciativos ou discursivo-argumentativos. Na exposição dessa classe, a autora apresenta sua definição, quais são as relações discursivo-argumentativas que esse tipo de articulador introduz e cita exemplos. Essa classe é definida por Koch (2005, p. 134) como articuladores que “[...]”

encadeiam atos de fala distintos, introduzindo, entre eles, relações discursivo-argumentativas: contrajunção (oposição/contraste/concessão), justificativa, explicação, generalização, [...]” Nesse item, não se verifica, também, um direcionamento da análise, no sentido de mostrar a que relação discursivo-argumentativa (contrajunção, justificativa, explicação, generalização, disjunção argumentativa, especificação, comprovação) se vinculam *afinal*, *aliás* e *isto é* quando Koch cita os exemplos em que essas palavras e expressões foram usadas. Acreditamos que somente a apresentação do conceito e a citação dos exemplos sem uma explicação detalhada acerca desses exemplos dificulta a compreensão do leitor.

Ainda considerando as análises de Koch (2005, p. 135), em relação à classe dos *articuladores metaenunciativos* que “[...] comentam, de alguma forma, a própria enunciação [...]”, observamos a apresentação da subclasse *introdutores de reformulações ou correções*. Não há referência a *isto é* como expressão que pudesse pertencer a essa subclasse; ela pertence à categoria dos articuladores enunciativos ou discursivo-argumentativos. Além disso, o conceito apresentado por Koch para os metaenunciativos como articuladores que comentam a própria enunciação não oferece elementos suficientemente definidores para que *isto é* sinalize a relação discursivo-argumentativa e, desse modo, possa pertencer à categoria dos articuladores enunciativos ou discursivo-argumentativos.

Para mostrar que *isto é* pode ser reformulativa no exemplo citado por Koch e não deve pertencer à classe dos *articuladores discursivo-argumentativos*, é importante citar o trecho de Machado de Assis que Koch (2005, p. 134) usa para exemplificar as ocorrências de *mas* e de *isto é*: “-Oh! Fora bom se se pudesse ter medo! Viveria. *Mas* o característico daquela situação é que eu nem sequer podia ter medo, *isto é*, o medo vulgarmente entendido”. Esse exemplo mostra que *isto é* apresenta uma nova formulação do que se disse anteriormente, o que não se verifica no uso de *mas*.

Um estudo pertinente sobre a reformulação, como exposto anteriormente, foi desenvolvido por Almeida (2011), que analisou a expressão do português *seja como for* e a expressão do espanhol *sea como fuere*, em uso em artigos de opinião. O objetivo foi investigar se essas duas expressões podiam funcionar como marcadores discursivos, assim como analisar as relações semântico-pragmáticas que sinalizariam. O arcabouço teórico usado na pesquisa foram teorias da pragmática e do discurso, para a análise das propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas das duas expressões. Considerando toda a análise, Almeida concluiu

que *seja como for* e *sea como fuere* são marcadores discursivos e sinalizam a relação de reformulação.

Nessa pesquisa, Almeida fundamentou-se, também, em Rossari (1993), para conceituar a reformulação e entender como se definem as operações parafrásticas e não-parafrásticas, assim como as categorias desse último tipo de operação. Para o autor, a expressão *seja como for* pertence à categoria de distanciamento, característica que é confirmada quando se substitui a expressão *seja como for* por *de qualquer maneira*, *de qualquer modo* e *de todo modo*. O uso de *seja como for* é mostrado em:

UM DESERTO de homens e ideias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente. **Seja como for**, o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria. Desembarcou na Amazônia nesta terça-feira, fumegando de propostas para a região. Impostos, educandários e aquedutos brotavam da sua mente fértil. Por que não um aqueduto? Por que não vários? Transamazônicas líqüidas, velozes, atravessavam as visões do ministro. Desembocariam no árido Nordeste. A teoria ungeriana é clara, límpida, desconcertante. "Numa região, sobra água, inutilmente. Na outra região, falta água, calamitosamente [...]" (ALMEIDA, 2011, p. 62).

Nesse trecho, a expressão *seja como for* comporta-se como reformulativa, promovendo a retrointerpretação de uma informação anterior, tornando-a mais específica: o deserto de homens e ideias pode ser ocupado pela figura de um ministro. Esse movimento de retrointerpretação procura aproximar as informações reformuladas dos acontecimentos reais. Tal característica contribui, também, para interpretarmos que a operação realizada pelo leitor é a de distanciamento.

Os linguistas, que se dedicam ao estudo das expressões que marcam a relação de reformulação em francês e em espanhol, trazem contribuições teóricas relevantes para refletirmos sobre esse tipo de relação em português, uma vez que tratam, em suas pesquisas, da definição da reformulação e da análise das expressões em enunciados. Os conceitos e as análises podem trazer informações importantes para que possamos refletir sobre a possibilidade de fazer um levantamento das propriedades sobre *na verdade*, a expressão estudada neste trabalho de pesquisa.

2.2 Síntese

Neste capítulo, apresentamos definições da relação de reformulação sob o ponto de vista de diferentes autores, mostramos a diferença entre reformulação parafrástica e não parafrástica, explicamos as operações de reformulação, apresentamos a análise de algumas expressões reformulativas e o conceito de conector reformulativo.

Sobre este capítulo, destacamos algumas informações pertinentes para este trabalho. Roulet (1987) e Rossari (1993) esclarecem que os conectores reformulativos realizam um movimento de retrointerpretação do segmento anterior, promovendo uma mudança de perspectiva enunciativa e a introdução de novas informações no segmento reformulado. Roulet usa a terminologia do MAM ao referir-se à relação de reformulação, mas acrescenta uma informação que Rossari não cita: a retrointerpretação pode ser relativa a uma informação da memória discursiva, implícita ou explícita. Com a mudança de perspectiva enunciativa e a retrointerpretação, há uma transformação efetiva entre um segmento e outro. Por isso, segundo os dois linguistas, existe uma reformulação não-parafrástica. De acordo com Rossari, a mudança de perspectiva enunciativa mostra um distanciamento que pode ser medido em maior ou menor intensidade, em função do tipo de conector não-parafrástico. A descrição dos conectores que marcam uma reformulação não-parafrástica permite distinguir diversas operações de reformulação, classificadas segundo a força da distância do locutor em relação à primeira reformulação (distância moderada e distância acentuada): *recapitulação*, *reexame*, *distância* e *renúncia*. Recuperamos tais informações, uma vez que elas podem servir de parâmetro para procedermos ao levantamento das propriedades de *na verdade*.

No próximo capítulo, apresentamos o Modelo de Análise Modular do Discurso que constitui o referencial teórico-metodológico adotado no estudo da expressa *na verdade*.

3 O estudo dos conectores em uma abordagem modular do discurso

O Modelo Modular é um instrumento teórico-metodológico que está vinculado a uma perspectiva cognitivo-interacionista dos estudos do discurso. Esse modelo se propõe a descrever e a explicar a complexidade discursiva, a partir da integração das dimensões linguística, textual e situacional para compreender como se organizam os discursos autênticos. Dessa forma, neste capítulo, expomos sua proposta teórico-metodológica; apresentamos seu esquema principal, citando e descrevendo os módulos, as formas de organização elementares e complexas que são os componentes das dimensões linguística, textual e situacional; na sequência, informamos sobre os aspectos teóricos e metodológicos importantes do módulo hierárquico, especificando como o modelo entende o processo de negociação e como ocorrem as fases desse processo; definimos e exemplificamos com um texto do *corpus* a segmentação em atos e apresentamos a descrição da estrutura hierárquica de duas ocorrências da expressão *na verdade* em dois trechos de artigos de opinião. Finalmente, explicamos a forma de organização relacional, apresentando um exemplo de uma estrutura hierárquico-relacional.

3.1 O modelo de análise modular do discurso

O referencial teórico-metodológico que adotamos para possibilitar a compreensão do funcionamento discursivo das ocorrências da expressão *na verdade* é o Modelo Modular de Análise do Discurso (MAM) desenvolvido na Universidade de Genebra por Eddy Roulet e sua equipe. Esse modelo, apresentado na sua versão atual em Roulet, Filliettaz, Grobet (2001), possibilita a descrição e a explicação da complexidade da organização discursiva.

O quadro teórico-metodológico que compõe o Modelo Modular reúne contribuições de diversos pesquisadores que analisaram aspectos isolados da complexa organização do discurso. Essa capacidade de conjugar contribuições de diferentes áreas revela a proposta dialógica do modelo que propõe o diálogo de estudos provenientes da Linguística (Bakhtin, Bally, Sperber & Wilson), da Sociologia (Goffman, Schegloff), da Filosofia (Habermas, Ricoeur) e da Psicologia (Vygotsky, Bronckart). Nesse sentido, o MAM é um instrumento de análise sofisticado, amplo e preciso, por considerar estudos já desenvolvidos de forma consistente e, também, por possibilitar ao analista a compreensão de que o discurso está

ligado a três restrições, segundo Roulet, Filliettaz, Grobet (2001, p. 44): “As restrições situacionais estão ligadas ao universo da referência e à situação de interação; as restrições linguísticas estão ligadas à sintaxe e ao léxico das variedades das línguas utilizadas; e as restrições textuais estão ligadas à estrutura hierárquica do texto”.

Em Roulet et al (1991), embora não houvesse, ainda, nesse período, o Modelo Modular estruturado, já se apresentava a concepção de discurso como negociação entre os interlocutores, além de se considerar a hipótese de que a estrutura do discurso é determinada pelas restrições da interação verbal. O Modelo Modular foi sendo repensado e re-estruturado até chegar à versão de 2001 que é a utilizada por nós, neste trabalho.

Desde a concepção inicial do Modelo Modular, Roulet procurou pensar em quatro pontos centrais: possibilidade de lidar com todos os tipos de discurso (dialogal, monologal, oral, escrito, literário, não-literário); capacidade recursiva, tendo em vista um número limitado de unidades, de relações e de princípios gerais; diferentes níveis de organização discursiva que se interrelacionam; proposta de um instrumento de análise que permita a explicação (possibilidade de formular restrições) e a descrição (consideração da complexidade dos discursos observados) das sequências discursivas no processo de análise. Diante desses pontos básicos, Roulet segue as noções de modularidade, heterarquia e multidimensionalidade para compreender a complexidade discursiva. Inicialmente, ele pensou em um esquema composto de quinze módulos a partir das dimensões linguística, textual e situacional, com a finalidade de dar conta apenas dos aspectos ligados à interação verbal. Pires (1997, p. 25) constata:

Embasado numa proposta descritiva das formas e das relações que permeiam as interações verbais, o modelo apresentado pretende, acima de tudo, propiciar o acesso à atividade discursiva dialógica e, particularmente, às estratégias discursivas utilizadas pelos interlocutores bem como ao seu universo interpretativo. Trata-se, portanto, de um modelo de análise do comportamento linguístico humano enquanto atividade produzida monológica e dialogicamente.

Para o MAM, a comunicação não se reduz a uma simples transmissão de informações entre as unidades linguísticas; ela é compreendida como uma atividade interativa, ou melhor, como um processo de negociação permanente entre os interlocutores que estão inseridos em um contexto histórico e social. Em outras palavras, a ação languageira desenvolve-se progressivamente nas negociações entre os interactantes. Dessa forma, as produções

linguageiras não se dão de forma isolada, elas são construídas em interações verbais situadas. A visão da língua, no MAM, parte dessa perspectiva interacionista que influenciou a concepção de discurso do modelo, a partir dos estudos de Bakhtin (1992). O discurso, como objeto de estudo, está vinculado à situação de interação e ao contexto social, assim como está definido como o produto da combinação de informações linguísticas, textuais e situacionais. Essa conjugação de informações marca a concepção de discurso para o modelo. Em contrapartida, a noção de texto também se apresenta claramente definida pelo MAM²¹.

Enquanto o texto diz respeito à forma como os constituintes textuais (trocas, intervenções e atos) se organizam hierarquicamente, o discurso constitui o ponto de interseção das dimensões linguística, textual e situacional (CUNHA; MARINHO, 2012). Nesse sentido, o texto constitui uma dimensão específica do discurso e pode ser tratado, como veremos adiante, em um módulo específico, o hierárquico. (...) A distinção entre texto e discurso estabelecida no modelo modular é relevante, porque acentua, ao mesmo tempo, o caráter complexo e processual do discurso e a possibilidade de decompô-lo em informações mais simples, correspondentes aos diferentes aspectos (hierárquicos, sintáticos, enunciativos, informacionais, relacionais, sequenciais etc.) de sua organização. (CUNHA, 2014, p. 29-30)

A análise de discursos autênticos, no MAM, parte de uma proposta metodológica descendente. Os discursos são produzidos em uma situação de interação e todos os elementos que compõem essa interação se refletem nos discursos. Desse modo, o analista se vê diante da língua caracterizada pela heterogeneidade e pela complexidade de dados a serem considerados no estudo dos fenômenos linguísticos a partir dos textos em situações reais de uso da língua. A organização e o funcionamento dos textos estão submetidos a uma variedade de parâmetros: a situação de interação, os tipos discursivos, as regras morfossintáticas, os aspectos cognitivos dos interlocutores, as intenções etc. Toda essa multiplicidade de fatores constitui um conjunto de dados heterogêneos que necessita de modelos que sejam capazes de descrever essa complexidade discursiva.

Na versão do MAM de 2001, Roulet e sua equipe justificam a importância da abordagem modular citando o estudo modular dos sistemas complexos pensado por Simon (1962). Este autor propõe uma abordagem modular para a organização de objetos complexos que podem ser decompostos em um certo número de sistemas e de sub-sistemas de informações de

²¹ O módulo hierárquico será caracterizado no próximo item.

maneira simples, progressiva e sistemática (SIMON, 1962 apud ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). A adoção de uma abordagem modular mostra-nos a vantagem de se decompor um sistema complexo em sistemas simplificados, mas não incompletos, para se chegar a construir um conjunto de informações que possam oferecer ao analista uma maior complexidade à análise.

(...) as pesquisas linguísticas conduzidas depois do início do século mostraram que é possível, ao menos em um primeiro momento, descrever o sistema da língua independentemente dos textos e das situações de interação onde são utilizados. Mais recentemente, nossas pesquisas sobre articulação do discurso mostraram que é possível descrever a estrutura hierárquica da troca independentemente das descrições do sistema da língua ou da situação de interação (cf. Roulet et al. 1985). (Roulet, Fillietaz, Grobet, 2001, p. 30).

A concepção metodológica da modularidade preocupa-se com a descrição da organização do discurso a partir das dimensões linguística, textual e situacional. Em cada dimensão, os módulos são conceituados pelas especificidades das informações que configuram um conjunto de propriedades. Determinado módulo deve fornecer uma descrição detalhada do dispositivo ao qual se refere e independente dos outros módulos. Essa independência é apenas momentânea, pois o MAM, em sua arquitetura heterárquica, autoriza as inter-relações entre as informações oriundas de todos os módulos e das formas de organização. Os módulos sintático, hierárquico e referencial ocupam um lugar central, uma vez que os três determinam as estruturas do discurso e mostram a capacidade de produzir uma infinidade de proposições, de trocas e de estruturas conceituais e praxeológicas.

Roulet (2001) apresenta uma questão metodológica preocupada com a descrição da organização do discurso, considerando a noção de abordagem modular que adota. É importante ressaltar que o linguista não está interessado em descrever o funcionamento da mente como a proposta de Fodor. Ele busca a contribuição cognitivista de Simon e Nolke, uma vez que tais autores compreendem a modularidade como uma proposta metodológica de estudo dos sistemas complexos para descrever a organização do discurso e não para entender o funcionamento da mente. Roulet vê o discurso a partir de uma organização e de um funcionamento que envolve três diferentes dimensões – linguística, textual e situacional. Portanto, o seu interesse está voltado para a compreensão de um objeto complexo – o discurso – que poderá ser decomposto em sistemas de informações menos complexas para serem

combinadas e, desse modo, chegar às informações de maior complexidade. Nesse sentido, as informações podem ser combinadas para a descrição e a explicação da organização complexa do discurso em uma situação de interação. É a dupla exigência de que fala o modelo modular:

a) decompor a organização complexa do discurso em um número limitado de sistemas (ou módulos) reduzidos a informações simples e b) descrever de maneira tão precisa quanto possível a forma como essas informações simples podem ser combinadas para dar conta das diferentes formas de organização dos discursos analisados (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 42).

A arquitetura do Modelo Modular revela a abrangência, a complexidade e a capacidade integradora de um modelo que se constitui como um instrumento de análise da complexa organização discursiva.

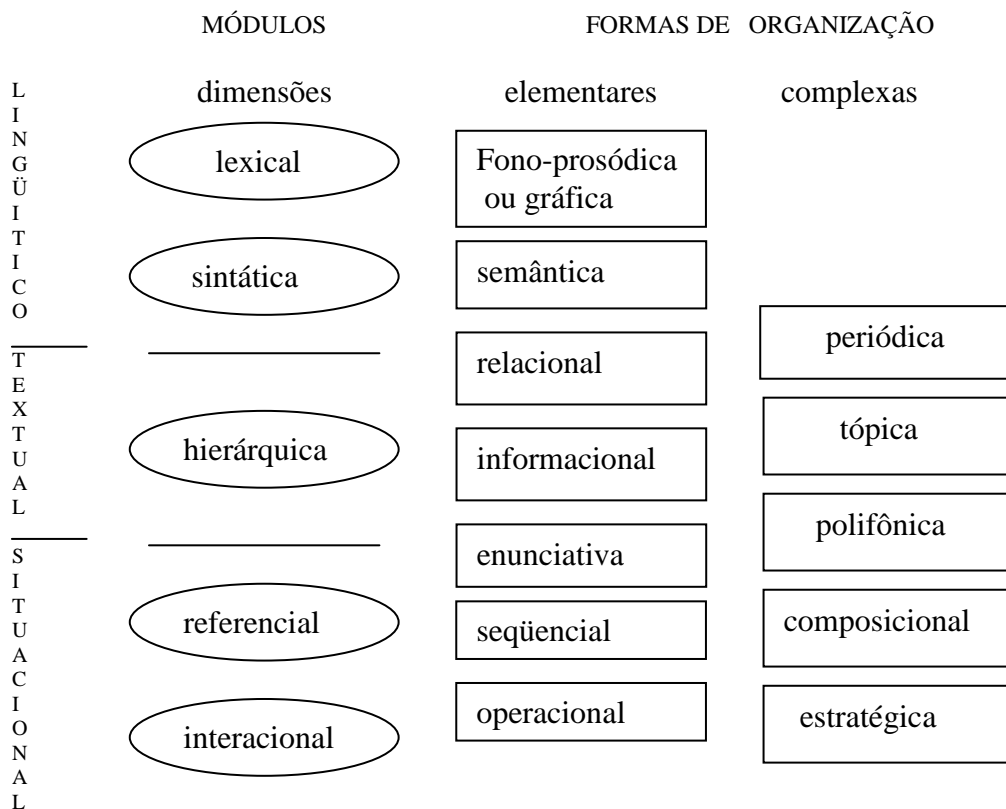


Figura 3: Modelo de Análise Modular

Fonte: ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 51.

O esquema mostra-nos a decomposição em módulos ou sistemas elementares que integram as dimensões linguística (sintática e lexical); textual (hierárquica) e situacional (referencial e interacional). As informações de base oriundas dos módulos lexical, sintático, hierárquico, referencial e interacional poderão ser conjugadas às sete informações elementares denominadas fono-prosódica, semântica, relacional, informacional, enunciativa, sequencial e operacional, para que se possa chegar ao estudo das cinco formas de organização complexas (periódica, tópica, polifônica, composicional e estratégica). A combinação das informações entre os diferentes módulos do esquema é garantida por regras de acoplagem (*couplage*) que mostram as combinações possíveis das informações de cada categoria. São essas regras que possibilitam conceituar os tipos de constituintes discursivos, como se estruturam as organizações elementares, as categorias discursivas, as organizações complexas, as combinações de diferentes módulos para auxiliarem na explicação do funcionamento organizacional dos discursos. Roulet, Fillietaz, Grobet (2001) visam a dois objetivos quando se propõem a compreender a organização do discurso:

[...] elaborar um modelo recursivo que permita, com a ajuda de um número limitado de unidades, de relações e de princípios gerais, levar em conta, de maneira refinada, a complexidade da organização de todas as formas de discursos possíveis, dialógicos ou monológicos, escritos ou orais, espontâneos ou fabricados, nas línguas particulares, e propor um instrumento de análise que permita descrever de maneira sistemática toda forma de discurso. Para nós, a pedra de toque de um modelo de organização do discurso reside na combinação de uma capacidade descritiva (considerar a complexidade dos discursos observados) e de uma capacidade explicativa (ligada à formulação de restrições, como, por exemplo, as regras que determinam as estruturas hierárquicas possíveis). Donde o movimento dialético constante [...] (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 41).

O esquema do Modelo Modular é caracterizado pelos módulos e pelas formas de organização elementares e complexas. Inicialmente, descrevemos os módulos que entram na composição dos discursos e que são definidos como sistemas de informações elementares. A descrição dos módulos deve ser precisa, objetiva, sem se referir a outros módulos.

Quadro 1 – Módulos do MAM

Módulos	Definição
Lexical	Caracteriza-se por envolver a pronúncia, a ortografia, as propriedades gramaticais e os sentidos das palavras das diferentes variedades da língua, indicando não só o sentido conceitual dos lexemas que têm um conteúdo referencial, mas também o sentido procedural das formas como os dêiticos e os conectores (instruem sobre as informações a serem recuperadas na memória discursiva para interpretar o discurso).
Sintático	É representado por um conjunto de regras que estruturam frases e definem as categorias. Indica, também, as instruções que são fornecidas por alguns morfemas, como os pronomes anafóricos, os tempos verbais, ou determinadas estruturas sintáticas (construções deslocadas ou clivadas), visando facilitar a interpretação do discurso.
Hierárquico	Define as categorias e as regras que possibilitam construir as estruturas hierárquicas de qualquer texto. Distinguem-se três categorias de constituintes (troca, intervenção e ato) e três tipos de relações entre eles: dependência, independência e interdependência. Baseia-se no princípio da recursividade (uma intervenção pode ser formada de constituintes de traços superior, igual ou inferior) que permite gerar as estruturas hierárquicas dos textos dialógicos e monológicos mais complexos.
Interacional	É caracterizado pela descrição das propriedades materiais da situação de interação que é representada em diferentes níveis: canal (oral, escrito, visual), modo (distância ou co-presença espacial e/ou temporal), tipo de vínculo da interação (existência ou não de reciprocidade), número de interactantes.
Referencial	Descreve as representações mentais, conceituais e praxeológicas das atividades, assim como os seres e os objetos que constituem o universo nos quais o discurso se inscreve e do qual ele fala, assim como as realizações emergentes dessas representações nos discursos específicos. Em resumo, analisam-se as relações que o discurso apresenta considerando o mundo no qual é produzido, assim como as relações que mantém com os mundos que representa.

De acordo com a proposta do Modelo Modular, as informações modulares podem se combinar com as informações das formas de organização elementares e complexas. Apresentamos, no quadro a seguir, as formas de organização elementares que são o resultado da combinação das informações provenientes dos módulos:

Quadro 2 – Formas de organização elementares do MAM

Formas de organização elementares	Descrição
Fonoprosódica ou gráfica	Trata das representações que resultam da combinação de informações entre as estruturas sintáticas e as informações sobre as propriedades fonéticas e gráficas dos lexemas.
Semântica	Descreve as representações semânticas ou formas lógicas das orações que constituem uma das entradas dos processos inferenciais. Há uma combinação de informações das estruturas sintáticas com informações lexicais sobre as representações semânticas.
Relacional	Combinação das informações do módulo hierárquico com informações dos módulos lexical, sintático e referencial, a fim de identificar as relações de discurso ilocucionárias e interativas entre os constituintes da estrutura hierárquica e informações da memória discursiva.
Informacional	Refere-se ao tópico e fundamenta a análise a partir da combinação de informações hierárquicas, referenciais, lexicais e sintáticas, com o objetivo de analisar a estrutura informacional do discurso, descrevendo as diferentes formas de progressões informacionais.
Enunciativa	Define e distingue os segmentos de discurso produzidos e representados no discurso pelos interlocutores, em diferentes níveis. Constitui a base da organização polifônica. O estudo dessa forma de organização combina informações de origem lexical, sintática e interacional para definir e distinguir, nos diferentes níveis interacionais, os discursos produzidos e representados.
Sequencial	Refere-se, no discurso, às sequências narrativa, descritiva e deliberativa, fundamentando-se a partir da combinação de informações dos módulos hierárquico e referencial. Constitui a base da organização composicional.
Operacional	Integra as descrições das dimensões verbais e acionais do discurso e fundamenta-se sob a combinação de informações provenientes dos módulos hierárquicos (estrutura da troca) e referencial (estrutura das ações).

As formas de organização complexas descritas no quadro três são o resultado da combinação das informações colhidas dos módulos e das formas de organização elementares e complexas.

Quadro 3 – Formas de organização complexas

Formas de organização complexas	Descrição
Periódica	Combinação de informações do módulo hierárquico e da organização fono-prosódica. Refere-se à pontuação do discurso oral ou escrito e ao modo como os constituintes são segmentados e agrupados.
Tópica	Conjugação de informações da forma de organização informacional, relacional e dos módulos hierárquico e referencial, com o objetivo de possibilitar a análise de como os interlocutores encadeiam os objetos de discurso no desenvolvimento da interação.
Polifônica	Conjugação de informações enunciativas, relacionais, hierárquicas, linguísticas, interacionais e referenciais para tratar das formas e das funções dos discursos representados e descritos na organização enunciativa.
Composicional	Combinação de informações sequenciais, relacionais, linguísticas, hierárquicas e referenciais, com o objetivo de explicar as formas e as funções das sequências típicas descritas na organização sequencial.
Estratégica	Combinação das informações tópicas, relacionais, linguísticas, hierárquicas, interacionais e referenciais, para descrever como os interactantes organizam as relações de face e de lugar.

O Modelo Modular traz contribuições para os estudos que analisaram o fenômeno da conexão exclusivamente sob os pontos de vista lexical, sintático e semântico do enunciado e, em função desse tipo de abordagem, deixaram de considerar fatores externos à língua. Com a proposta do MAM, estamos mostrando outra perspectiva de estudo para a conexão; não estamos recusando as contribuições de estudos sob outros pontos de vista. Se assim o fizéssemos, estaríamos contrariando a proposta do Modelo Modular que busca construir seu referencial teórico-metodológico a partir de outras pesquisas já desenvolvidas. É o caso, por exemplo, do estudo dos conectores: colhemos informações lexicais, sintáticas e semânticas já desenvolvidas por outros pesquisadores sobre determinada expressão com a finalidade de configurarmos suas propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas. Outro fator que consideramos importante, também, no MAM, é a compreensão da memória discursiva trazida por Roulet, no estudo da conexão. A atuação da memória discursiva evidencia que “[...] as relações de discurso não articulam dois segmentos textuais, mas um segmento textual e uma

informação na memória discursiva (que pode eventualmente ter sua fonte no constituinte anterior) [...]” (ROULET, 2003, p.151). Desse modo, acreditamos e defendemos que o Modelo Modular constitui-se de um referencial teórico-metodológico abrangente e eficaz para descrever e explicar a organização relacional dos textos e o funcionamento discursivo das expressões conectivas. A organização relacional é a forma elementar do Modelo Modular que possibilita ao analista estudar os conectores, tendo em vista as informações do módulo hierárquico que são combinadas com as informações colhidas dos módulos lexical, sintático e referencial.

3.2 O módulo hierárquico

No Modelo Modular, o módulo hierárquico se ocupa da descrição da estrutura hierárquica de um texto que é o produto emergente do processo de negociação subjacente a toda interação. No módulo hierárquico, são definidos os constituintes de base da estrutura hierárquica de um texto, além das regras que geram as estruturas de qualquer tipo de texto dialógico ou monológico, oral ou escrito. Os constituintes discursivos da estrutura hierárquica, que os interlocutores produzem na interação verbal, diferenciam-se em três diferentes níveis: trocas, intervenções e atos. Esses três tipos de constituintes aparecem organizados na estrutura hierárquica estabelecendo relações de dependência, independência e interdependência. Desse modo, a estrutura hierárquica possibilita a descrição das hierarquias e das relações entre os constituintes do texto, além de servir de parâmetro para as operações características de cada módulo e das formas de organização.

No módulo hierárquico, apresenta-se a hipótese de que “toda intervenção linguageira (cumprimento, pedido etc) constitui uma proposição, que desencadeia um processo de negociação entre os interactantes” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 57). Portanto, em uma conversa em que há os seguintes dizeres: - *Você leva o bolo na casa da sua avó? – Levo. Obrigada!*²², evidenciamos a primeira proposição representada por uma pergunta que leva à reação designada pela resposta que, por sua vez, reflete-se na ratificação – o agradecimento. Nesse exemplo, notamos que essas três fases do processo de negociação – proposição, reação e ratificação – ocorrem de modo simplificado. Normalmente, em nossas

²² Esse exemplo foi criado por nós.

interações orais e escritas, isso não acontece. Há um maior grau de complexidade nas comunicações cotidianas.

Na interação mediada por discurso oral, a pergunta de um entrevistador, por exemplo, pode levar o entrevistado a manifestar-se por meio de um turno complexo formado de vários atos. Da mesma forma, na interação mediada por discurso escrito, uma reportagem composta de muitos atos constitui uma proposição, que pode levar o leitor a reagir por meio de uma carta endereçada ao jornalista, também composta de muitos atos (Cunha, 2008). Esses exemplos apontam para o fato de que a negociação conjunta dos interactantes costuma levar à construção de unidades discursivas complexas. Assim, a toda unidade textual subjaz um processo de negociação complexo, e é esse processo que as estruturas geradas no módulo hierárquico buscam reconstruir e tornar visíveis. (Cunha, 2012, p. 78)

É muito importante a noção de negociação no Modelo Modular, uma vez que possibilita a compreensão do princípio da recursividade que permite a construção de uma série de discursos. Sendo assim, torna-se necessário tecermos algumas considerações sobre como se entende o processo de negociação entre os interlocutores.

Os estudos desenvolvidos por Bakhtin (1992) definem os textos como dialógicos, visto que são frutos da interação entre discursos e interlocutores, isto é, os textos são construídos na interação entre falante e ouvinte, entre escritor e leitor que agem frente a essas produções no momento da elaboração dos textos e no processamento da leitura. Os artigos de opinião analisados neste trabalho de pesquisa são caracterizados como monológicos, uma vez que, estruturalmente, o texto monológico não se apresenta, exteriormente, como se mostram os textos dialógicos que são produzidos por dois interlocutores (ROULET ET AL, 1991, p. 50). Compartilhamos, também, da concepção bakhtiniana de que qualquer texto é, na sua essência, dialógico. Portanto, os artigos de opinião são textos monológicos essencialmente dialógicos, por serem produzidos por um interlocutor que está inserido em uma situação de interação. Essa atividade interativa envolve um leitor virtual, ou seja, um interlocutor que não está especificado e encontra-se ausente.

De acordo com Roulet (1985, p. 72), os textos monológicos correspondem à estrutura de uma intervenção e não de uma troca. A troca corresponde aos diálogos, podendo ser definida como “(...) uma unidade discursiva de nível superior centrada em um tema, a qual representa o objeto de negociação entre os interlocutores” (MARINHO, 2002, p. 45). A intervenção pode

ser representada por cada constituinte de uma troca, a não ser que haja a intenção de simular uma estrutura de troca. Em outros termos, “um texto escrito apresenta geralmente uma estrutura de intervenção, como a de uma resposta a uma questão dada. No entanto, se o autor pretende simular uma troca entre dois interlocutores, seu texto poderá apresentar uma estrutura de troca” (MARINHO, 2002, p. 46). Todo texto monológico apresenta como objetivo satisfazer a completude interativa. A noção de completude dialógica indica que uma intervenção não será mais desenvolvida, visto que o locutor deseja que seu discurso seja percebido como coerente, claro, finalizado. Para transmitir a ideia de que o discurso terminou e, desse modo, alcançou a completude interativa, o locutor constrói comentários para situar o contexto e especificar funções ilocucionárias.

Para compreendermos as noções de completude dialógica e monológica, é preciso salientar que o desenvolvimento e o término de um processo de negociação está vinculado a essas duas noções. A completude dialógica refere-se ao alcance do duplo acordo, ou seja, uma negociação começa por iniciativa do locutor; há, então, uma reação por parte do interlocutor; se essa reação for positiva, é possível o fim da negociação e, portanto, ocorre um acordo entre os interlocutores. Se a reação for negativa, a negociação não se encerra, pois a completude dialógica não foi alcançada. Algo ficou pouco esclarecido ou inadequado. Nesse sentido, para que haja um prosseguimento da negociação, os interlocutores devem satisfazer o desenvolvimento da completude monológica. Ou seja, cada fase do processo de negociação (proposição, reação e ratificação) deve ser construída de modo claro e completo. Os esquemas a seguir mostram como é possível compreender esse processo.

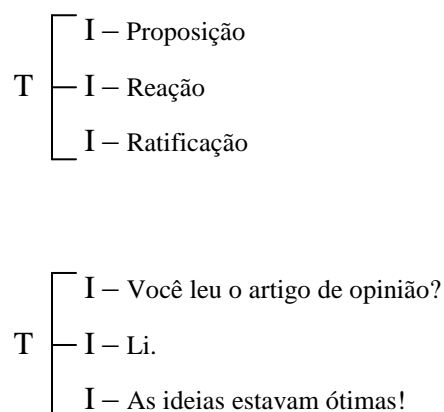


Figura 4: Fases do processo de negociação

O início e o fim do processo de negociação ocorrem para satisfazer as restrições de completude monológica e dialógica. Como já dissemos, a noção de completude está ligada à formulação de cada fase do processo de negociação que deve ocorrer de forma a se chegar ao fechamento da negociação. O esquema acima mostra o começo e o fim de um processo de negociação. Cada intervenção (I) representa uma fase: a pergunta levou a uma resposta afirmativa e esta, por sua vez, ocasionou um elogio. De acordo com o Modelo Modular, parte-se da hipótese de que qualquer atividade linguageira deve considerar o seguinte esquema de negociação:

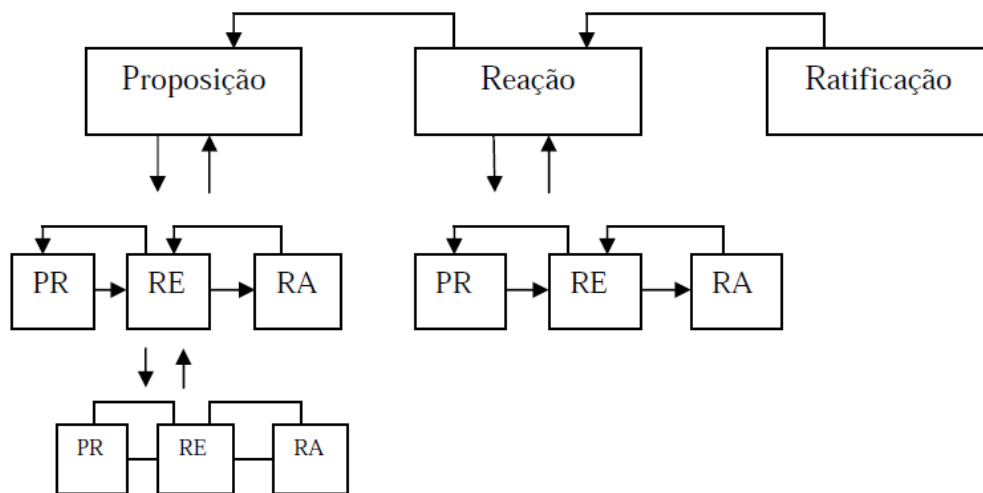


Figura 5: Esquema de negociação

Fonte: ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 57.

A negociação pode se dar linearmente, ou seja, em um nível apenas, podendo ser representada por uma troca formada de três intervenções. É possível, também, desenvolver-se em níveis secundários se houver a necessidade de se gerarem mais informações, a partir da abertura de trocas secundárias. Na figura quatro, a apresentação de uma pergunta pode acarretar uma resposta objetiva e clara. Então, os interlocutores não veem necessidade de darem continuidade à interação; ela pode se encerrar. Caso haja uma resposta pouco clara, o interlocutor poderá sentir a necessidade de justificativas e, por esse motivo, abrir uma negociação para esclarecimentos. Tendo em vista os artigos de opinião analisados neste trabalho, propomos que há uma negociação que pode ser assim esquematizada.

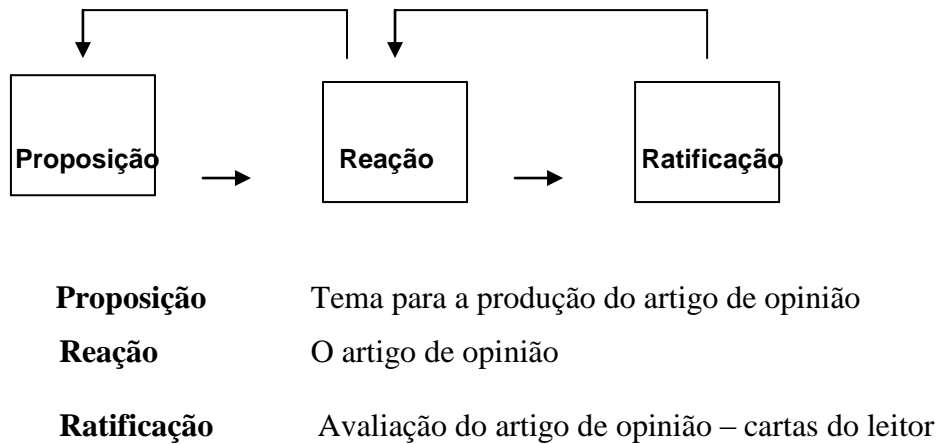


Figura 6: Representação da negociação nos artigos de opinião

Esse esquema de negociação se dá em um só nível, ou seja, desenvolve-se linearmente, como resposta ao tema ou ao acontecimento que provocou a produção do artigo de opinião. De acordo com a nossa interpretação, cada texto do *corpus* desta pesquisa corresponde à fase de reação, realizando-se na forma de uma intervenção por meio da qual se procura alcançar uma completude monológica. Todos os artigos de opinião foram produzidos com o objetivo de desenvolver o tema que provocou o articulista a discutir um determinado ponto de vista. No desenrolar da discussão de um assunto, observa-se a exposição de comentários, argumentos, contra-argumentos e reformulações, explicações de informações, com a finalidade de fazer com que o leitor, no processo interativo, seja persuadido e, desse modo, convencido a compartilhar do ponto de vista desenvolvido no artigo. Portanto, cada artigo é construído com o objetivo de discutir algum tema que está repercutindo no cenário nacional, podendo gerar polêmica.

A representação da negociação observada na figura seis sugere-nos que há uma relação entre os interlocutores no processo da interação, uma vez que o autor do texto, na fase de reação, produz o texto estimulado por um acontecimento ou tema em discussão na sociedade. No caso dos artigos de opinião das revistas impressas, os textos são escritos para um leitor ausente, mas acostumado a ler esse tipo de texto. Todos os artigos de opinião foram produzidos por articulistas motivados por determinado acontecimento em discussão na sociedade. A partir do

que foi exposto sobre a noção de completude interativa e da concepção de Roulet, Filliettaz, Grobet (2001) de que todo discurso deve ser compreendido como o processo de negociação entre os interlocutores, a partir do qual os próprios interlocutores expõem uma informação, elaboram perguntas e respostas, fazem comentários, reformulam ideias etc, apresentamos a hipótese de que cada artigo de opinião constitui um espaço de negociação entre os interlocutores e tem a estrutura de uma intervenção que reflete a resposta do articulista em relação ao fato, ao acontecimento, ao tema que o instigou a escrever o artigo.

O processo de negociação pode ser compreendido, também, a partir da descrição do quadro interacional dos artigos de opinião que representam os textos do *corpus* que, no Modelo Modular, se faz a partir das orientações previstas no módulo interacional.

O módulo interacional integra a dimensão situacional do discurso e concerne às informações da materialidade das interações de que o discurso representa. Não se trata de uma materialidade convencional, relativa ao plano linguístico. A materialidade, com base em Roulet, Filliettaz, Grobet (2001, pág. 141), pode ser definida considerando três parâmetros: o canal (suporte físico usado pelos interactantes – oral, escrito, visual); o modo (a co-presença ou a distância espacial ou temporal dos interactantes); o elo da interação (a retroação, reciprocidade ou não-reciprocidade).

O papel do módulo interacional é delimitar os níveis de interação e especificar suas características. As informações interacionais são interessantes para o estudo dos outros componentes do modelo de análise na medida em que se pode estabelecer correlações entre os dados interacionais e, por exemplo, a maior ou menor presença de conectores (...) O quadro interacional deve ser definido como a configuração da relação entre os sujeitos – os interactantes -, no plano da materialidade da interação. (MARINHO, 2002, p. 49)

O quadro interacional é construído em diferentes níveis de interação que se baseiam no canal usado, no modo de comunicação e no tipo de elo comunicacional. Em um processo de interação, pressupõe-se, pelo menos, a existência de um nível interacional a ser ocupado por dois interlocutores. Para os textos constitutivos do *corpus* desta pesquisa, apresentamos o seguinte quadro interacional:

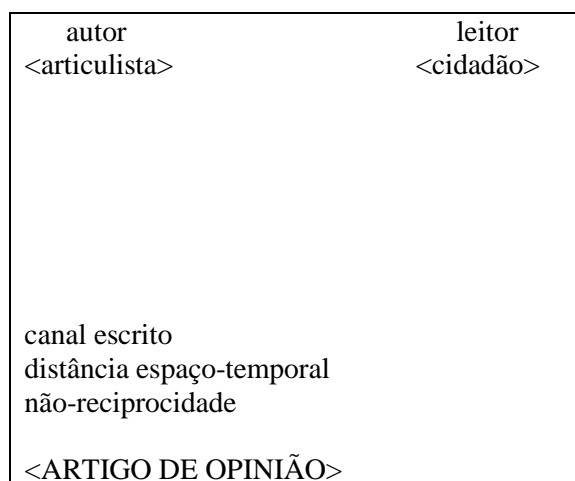


Figura 7 – Artigos de opinião: nível e posições de interação

A partir da figura sete, observamos que não há complexidade no quadro interacional. Abstraindo-se possíveis diálogos entre editor e articulista, ou entre o articulista e os personagens que ele pode trazer à cena em seus artigos, existem dois interactantes: o autor e o leitor, que se caracterizam conforme a atuação de cada um no processo interacional, ou seja, os papéis dessas entidades são definidos em função de como agem na interação. Considerando os artigos de opinião da pesquisa, os articulistas sentiram-se provocados por um tema ou fato pertinente na sociedade e, por esse motivo, produziram os textos para um leitor que não estava presente no momento de sua elaboração. Observamos, também, que há um distanciamento entre autor e leitor no que se refere à autoridade conferida ao articulista como aquele que apresenta um maior conhecimento sobre o assunto que se propôs a escrever. Pressupõe-se que o autor pesquise sobre o tema a ser escrito, leia outras informações divulgadas por outros veículos de informação, ouça discussões antes de iniciar a escrita do artigo de opinião. Essa busca por informações auxilia o articulista a configurar um conjunto de argumentos para tentar convencer o leitor do ponto de vista que deseja defender, embora não tenha certeza de que irá conseguir atingir tal objetivo. Dessa forma, torna-se muito difícil ou, praticamente, impossível o controle sobre a recepção do texto. Não se verifica, portanto, a reciprocidade na comunicação. O articulista não pode escrever o artigo de opinião contando que o leitor irá reagir a seu texto. Essas duas entidades fazem parte de um processo de negociação em que o autor comanda a cena no momento da construção do artigo, mas perde, positivamente, o controle sobre seu texto quando este vai para as mãos do leitor.

O processo de negociação, de acordo com o esquema representado na figura cinco, está interligado à estrutura hierárquica, uma vez que ela é o reflexo da interpretação que o analista desenvolveu sobre o texto e que se reflete, hierarquicamente, na organização dos constituintes textuais distribuídos entre as intervenções e os atos encaixados. É no módulo hierárquico que os constituintes estão estruturados em três diferentes níveis de análise: trocas, atos e intervenções. As regras que orientam a elaboração de uma estrutura hierárquica são indicadas a seguir:

(1a) toda troca é formada de intervenções, em princípio duas para as trocas confirmativas – as trocas rituais, “que servem para estabelecer, confirmar ou finalizar uma relação entre os participantes de uma interação verbal” (Pires, 1997: 30)-, três para as reparadoras – as trocas “que têm como conteúdo a transação ou a negociação propriamente dita que se estabelece entre os interlocutores” (idem, ib.), ou até mesmo cinco, sete ou mais intervenções, no caso de reações negativas; (2a) uma intervenção é formada pelo menos de uma intervenção ou de um ato, que pode ser precedido ou seguido de um ato, uma intervenção ou de uma troca; (3a) todo constituinte (T, I ou A) pode ser formado de constituintes do mesmo nível coordenados. Com esse sistema de regras recursivo, aqui apresentado de maneira informal, como em Roulet (1999: 48), é possível a geração de todas as estruturas textuais possíveis (MARINHO, 2002, p. 51-52).

O módulo hierárquico define os constituintes de base da estrutura do texto e as regras que possibilitam gerar as estruturas hierárquicas de qualquer texto. Ela proporciona a descrição da forma de organização relacional do discurso que lida diretamente com a análise dos conectores. A estrutura hierárquica resulta da interpretação do processo de negociação subjacente a toda interação e, assim, ela representa uma possibilidade interpretativa. É a partir da estrutura hierárquica que temos um instrumento que nos permite descrever o discurso, visto que é por meio dela que vemos as hierarquias e as relações entre os constituintes dos textos. Essa estrutura, também, descreve as relações de dependência, independência e interdependência que há entre os constituintes textuais (Roulet, 1999, 2000). Os constituintes chamados de dependentes podem ser representados por uma troca, uma intervenção ou um ato e se caracterizam por terem sua presença ligada à de outro constituinte; são chamados de subordinados e podem ser retirados do texto sem causar dano ao sentido global do texto. O constituinte dependente pode estar ligado a um ato ou a uma intervenção que, por sua vez, chama-se principal, já que assume a característica de representar o sentido da intervenção. Já a relação de independência ocorre entre constituintes que não dependem um do outro, como são as intervenções ou atos coordenados. Para finalizar, há a relação de interdependência que

acontece quando um constituinte não pode existir sem o outro. Podemos exemplificar a partir de uma intervenção de pergunta que pressupõe uma intervenção de resposta.

Com a estrutura hierárquica, descrevem-se as hierarquias e as relações entre os constituintes do texto – troca, intervenções e atos. A intervenção, definida como a maior unidade monológica, pode ser formada por dois constituintes: uma intervenção e um ato, uma intervenção e uma troca, um ato e uma intervenção, duas intervenções, dois atos. Podemos elaborar uma estrutura hierárquica formada por uma grande intervenção complexa que será formada por intervenções encaixadas. Para chegar à estrutura hierárquica de qualquer texto, é importante que se faça a segmentação do texto em atos, ou seja, a adoção do procedimento da segmentação em unidades textuais mínimas como passo fundamental à construção da estrutura hierárquica. De acordo com a afirmação de Marinho (2002, p. 53), o ato é uma categoria definida como a menor unidade delimitada de uma parte a outra por uma passagem pela memória discursiva (...).²³ O ato pode ser representado por um sintagma preposicionado, por unidades discursivas introduzidas por conectores e pode ter o estatuto de principal ou de subordinado. O ato é caracterizado como principal quando é representado por um constituinte obrigatório, apresenta um sentido importante para o texto sem poder ser suprimido; o ato subordinado consiste num constituinte dependente que poderia ser excluído do texto sem prejudicar a compreensão das informações principais. A segmentação dos textos do *corpus* desta pesquisa em atos foi baseada nos critérios²⁴ propostos pelo MAM com a finalidade de possibilitar a delimitação e a definição da fronteira entre os atos. Apresentamos, a seguir, um trecho de um dos artigos de opinião segmentado em atos²⁵:

²³O conceito de memória discursiva já foi explicado na segunda nota da “Introdução”.

²⁴ O detalhamento dos critérios para a segmentação em atos pode ser lido em Roulet (2001), Marinho (2002, 2007). O quarto capítulo desta pesquisa, sobre Metodologia, apresenta os critérios da segmentação em atos.

²⁵ No anexo deste trabalho, é possível visualizar todo o artigo de opinião segmentado em atos. Optamos por colocar apenas um trecho que fosse marcado pela presença de *na verdade*, expressão principal de análise desta pesquisa.

Quadro 4 – Segmentação em atos

(1)	Além da morte e dos impostos,
(2)	como é o caso para o resto da humanidade,
(3)	existe no Brasil uma terceira grande certeza:
(4)	obras públicas jamais são entregues no prazo.
(5)	Também podem não ser entregues nunca;
(6)	é comum que,
(7)	uma vez concluídas,
(8)	estejam entre as de pior qualidade que a engenharia mundial consegue produzir
(9)	e sempre, em todos os casos, acabam custando muito mais caro do que deveriam.
(10)	Mas é o atraso na entrega, sem dúvida, a marca que mais distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras.
(11)	<i>Na verdade</i> , nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa deste país feita pelo governo possa ficar pronta no prazo -
(12)	do trem-bala ao mais reles abrigo para um ponto de ônibus.
(13)	(Esse trem bala, aliás, promete.
(14)	Ainda não foi colocado um único metro de trilho no chão,
(15)	mas o preço estimado da obra já passou de 18 para 33 bilhões de reais.)
(16)	Nada mais natural, assim, do que o anúncio segundo o qual não serão terminadas a tempo as majestosas obras de nove dos treze aeroportos que servem a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014.

As estruturas hierárquicas, como já citado, sustentam o discurso em nível textual e representam um dos princípios da organização do texto. Portanto, a estrutura hierárquica é um componente fundamental da organização complexa do discurso. Destacamos que essa estrutura não é de base formal, visto que reflete a hipótese interpretativa de um processo de negociação entre os interlocutores. Além disso, possibilita descrever a negociação, pois define os constituintes e as relações entre eles nos diferentes níveis de análise, além das relações discursivas quando passamos a estudar a forma de organização relacional.

As estruturas hierárquicas representam possibilidades interpretativas, podendo variar em função do analista, de seus objetivos enquanto pesquisador, dos saberes que aciona ao interpretar um texto. Marinho (2002, p. 67) afirma que as estruturas hierárquicas “(...) não devem ser vistas como descrições definitivas, mas como meio de se formularem hipóteses quanto às estruturas de intervenção, formadas de atos e intervenções subordinados em diferentes níveis, ligados pelas funções interativas”.

Cada artigo de opinião desta pesquisa, portanto, pode ser representado em uma estrutura de intervenção complexa, formada por uma série de intervenções encaixadas e por atos,

conforme pode ser visualizado na estrutura hierárquica de um trecho de um dos textos do *corpus* desta pesquisa.

“Além da morte e dos impostos, como é o caso para o resto da humanidade, existe no Brasil uma terceira grande certeza: obras públicas jamais são entregues no prazo. Também podem não ser entregues nunca; é comum que, uma vez concluídas, estejam entre as de pior qualidade que a engenharia mundial consegue produzir e sempre, em todos os casos, acabam custando muito mais caro do que deveriam. Mas é o atraso na entrega, sem dúvida, a marca que mais distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras. *Na verdade*, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo – do trem-bala ao mais reles abrigo para um ponto de ônibus. (Esse trem bala, aliás, promete. Ainda não foi colocado um único metro de trilho no chão, mas o preço estimado da obra já passou de 18 para 33 bilhões de reais.) Nada mais natural, assim, do que o anúncio segundo o qual não serão terminadas a tempo as majestosas obras de nove dos treze aeroportos que servem a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014.” (**Trecho do texto “ALGO DE ERRADO” – 1ª ocorrência**)

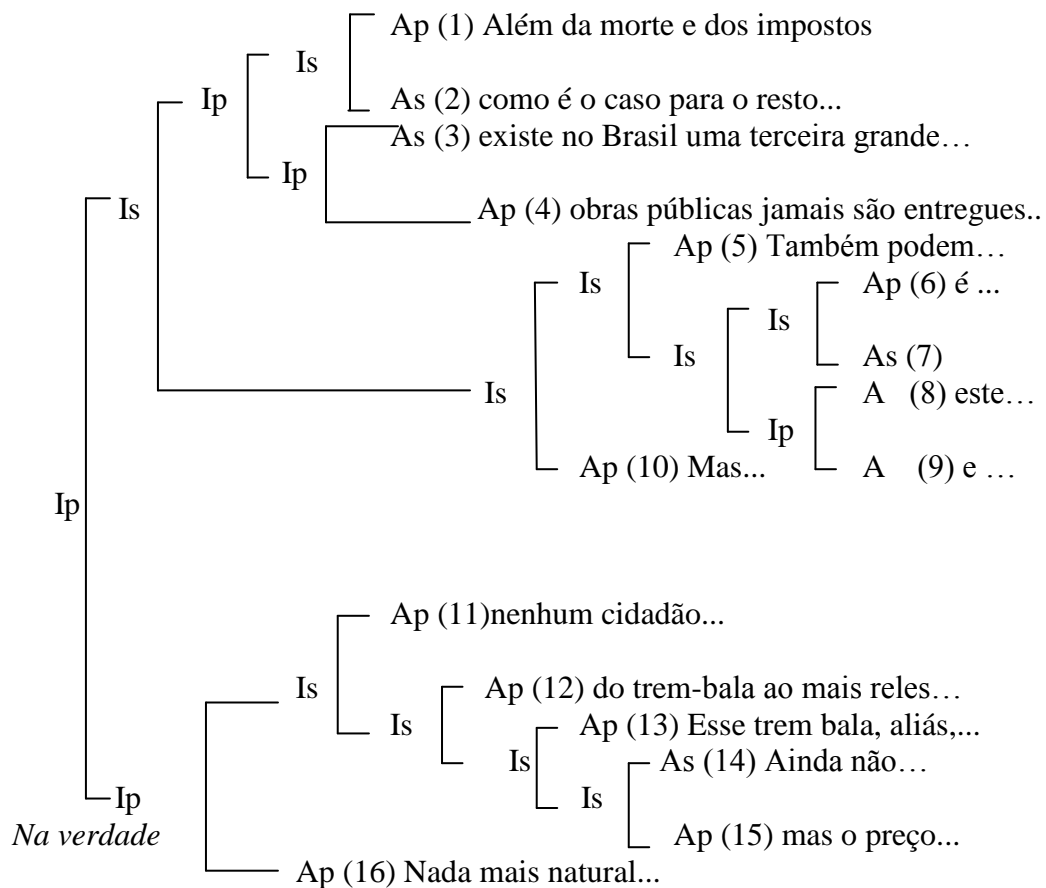


Figura 8: Estrutura hierárquica da 1ª ocorrência de *na verdade*

Na estrutura hierárquica que representa parte do trecho do texto *Algo de errado* lê-se: A- ato, As- ato subordinado, Ap- ato principal, I- intervenção, Is- intervenção subordinada, Ip- intervenção principal. O trecho do artigo, esquematizado na figura oito, é hierarquicamente representado por duas intervenções complexas, as quais se constituem por outras intervenções encaixadas. Marinho (2002, p. 69) define intervenções encaixadas como a “(...) unidade formada por constituintes que se ligam numa relação interativa (a que se dá no nível dos constituintes das intervenções)”. Esse esquema é representado por uma grande intervenção constituída por uma intervenção complexa formada pelos atos (1-10) que está subordinada a uma intervenção principal composta pelos atos (11-16). A expressão *na verdade* encabeça a Ip (11-16) ligando-a à Is constituída pela sequência de atos (1-10). Em nossa interpretação, a I formada pelos atos (1-16) corresponde à introdução ao assunto a ser abordado no texto: obras públicas nunca são entregues à sociedade pelo governo no prazo.

Esse esquema hierárquico mostra informações importantes. Observamos que o tema central que motiva o desenvolvimento do artigo corresponde ao Ap (4), obras públicas nunca são entregues à sociedade pelo governo no prazo. Esse ato está localizado em uma intervenção de estatuto principal. A presença do assunto central em um Ap constituinte de uma Ip revela-nos que essa informação assume um papel relevante em relação a outras informações que estão veiculadas nessa mesma Ip, assim como em relação à intervenção a qual está subordinada. Além disso, o assunto divulgado no Ap (4) serve para dar continuidade às informações presentes na Is (5-10), uma vez que trata de obras do governo que poderão nunca ser entregues e que, se forem concluídas, poderão ser de má qualidade e custar mais caro do que deveriam.

Podemos perceber a relevância da informação contida no Ap (4), na medida em que percebemos que esse ato não pode ser suprimido sem que haja prejuízo da compreensão das informações anteriormente expostas, bem como ficaria difícil dar prosseguimento ao texto, mantendo sua continuidade. Pelo critério da supressão se evidencia a importância da informação “obras públicas nunca são entregues à sociedade pelo governo no prazo”, já que, quando utilizamos esse critério na sequência de atos que constituem o trecho em que o Ap (4) aparece, ele se mantém.

O critério da supressão, conforme exposto em Marinho (2002, p. 70), mostra-nos que é possível detectar “(...) os constituintes subordinados, os quais podem ser apagados uma vez que não são eles que contêm as informações fundamentais (...)”. Ou seja, os constituintes subordinados podem ser suprimidos sem prejudicar o sentido básico do texto, uma vez que esses constituintes não trazem as informações centrais. Aplicando esse critério, temos:

Quadro 5 – Atos principais

- | |
|---|
| <p>(1) Além da morte e dos impostos,
 (4) obras públicas jamais são entregues no prazo.
 (6) é comum que,
 (10) Mas é o atraso na entrega, sem dúvida, a marca que mais distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras
 (11) <i>Na verdade</i>, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo –
 (12) do trem-bala ao mais reles abrigo para um ponto de ônibus.
 (13) (Esse trem bala, aliás, promete
 (15) mas o preço estimado da obra já passou de 18 para 33 bilhões de reais.)
 (16) Nada mais natural, assim, do que o anúncio segundo o qual não serão terminadas a tempo as majestosas obras de nove dos treze aeroportos que servem a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014.</p> |
|---|

Todos esses constituintes têm estatuto principal e, por meio deles, é possível reter as informações principais que garantem a compreensão desse trecho, ou seja, as que expressam o ponto de vista do autor sobre o tema proposto. Os três elementos do texto – a morte, os impostos e a não entrega das obras públicas no prazo – representam, de acordo com as ideias do autor do artigo, certezas sobre o Brasil. Daí serem consideradas informações importantes. Tais informações estão localizadas, no esquema da figura 8, juntamente com mais dois atos, em uma intervenção principal, e correspondem aos atos (1-4). Verificamos, então, a relevância dessas informações para auxiliar a introdução do assunto e, também, para estimular que se promova a ocorrência do ato (11) iniciado por *na verdade* que encabeça toda a intervenção principal: “*Na verdade*, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo”. As informações contidas nesse ato retomam elementos da Is (1-10), assim como explicitam as entidades *cidadão* e *governo* que não tinham sido citadas, anteriormente. A reafirmação do atraso das obras públicas, o exemplo de outros atrasos, o alto preço dos gastos nas obras públicas, a não conclusão de obras são informações consideradas fundamentais para que se dê prosseguimento ao assunto do artigo de opinião e de seus propósitos.

A segunda ocorrência de *na verdade* que vamos esquematizar em uma estrutura hierárquica, também representa a introdução de um trecho do artigo de opinião *Bala de prata*.

“(1) Votar em Dilma Rousseff não é tarefa simples. (2) *Na verdade*, é algo bem mais complexo do que comparecer à seção eleitoral (3) e cravar o 13 na urna eletrônica. (4) Por maiores que tenham sido os progressos recentes na área econômica, (5) há sérias dúvidas sobre a personalidade da candidata, seu equilíbrio emocional e sua capacidade de administrar as gigantescas pressões por favores oficiais que partirão de seus próprios aliados, em especial o PT e o PMDB. (6) Além disso, o povo brasileiro terá de rebaixar suas expectativas em relação à Presidência da República. (7) Nem Dilma nem qualquer outro dos pretendentes ao cargo possuem as qualidades, a história ou a densidade política dos dois últimos que sentaram na cadeira. (8) E talvez o Brasil chegue à conclusão de que tanto Lula como Fernando Henrique Cardoso foram pontos fora da curva na história republicana. (9) Um luxo de 16 anos, (10) que não mais se repetirá.” (Trecho do texto “A bala de prata” – 1ª ocorrência)

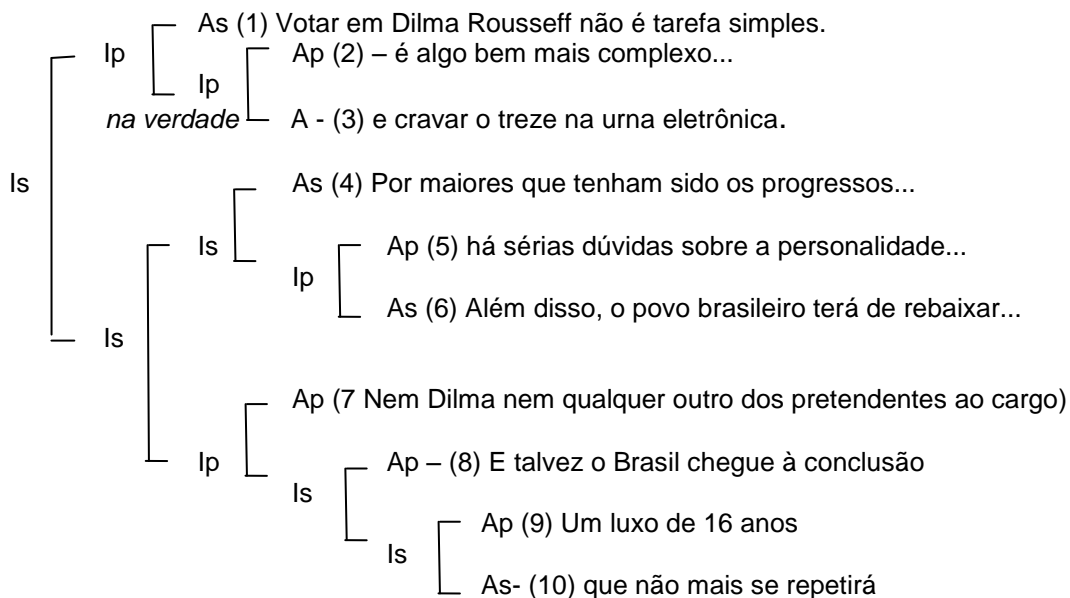


Figura 9: Estrutura Hierárquica da 1ª ocorrência de *na verdade*

O esquema hierárquico da figura 9 representa uma intervenção complexa que corresponde à introdução ao tema que será tratado no artigo de opinião e que promoverá as discussões do articulista: a complexidade que está por trás da escolha de Dilma Rousseff a Presidente da República.

Essa grande intervenção complexa é composta por uma Ip formada pelos atos (1-3) que está hierarquicamente articulada a uma Is constituída pelos atos (4-10). Observamos que a

expressão *na verdade*, como no esquema hierárquico anterior, também aparece encabeçando uma intervenção principal, formada por atos coordenados, mas está ligada hierarquicamente a um ato subordinado apenas e não a uma sequência de atos. Segundo nossa interpretação, o ato (2) “*na verdade* é algo bem mais complexo do que comparecer à seção eleitoral” é considerado de suma importância, pois toda a informação contida no As (1) “Votar em Dilma Rousseff não é tarefa simples” se repete com o uso do pronome *algo* no ato (2). Essa condensação da informação é um recurso que coloca as duas informações em confronto, sem uma anular a outra, para dar sequência ao texto. As informações – “(2) *Na verdade*, é algo bem mais complexo do que comparecer à seção eleitoral (3) e cravar o 13 na urna eletrônica.” são essenciais para iniciar o texto e para garantir sua continuidade e, por isso, no esquema hierárquico, elas estão em uma intervenção de estatuto principal.

Na Is (4-10), há uma intervenção formada pelos atos (4-6), subordinada a uma intervenção principal composta pelos atos (7-10). O A (4) “Por maiores que tenham sido os progressos recentes na área econômica” está subordinado a uma intervenção de estatuto principal formada pelos atos (5-6). Observamos que as informações contidas no Ap (5) “há sérias dúvidas sobre a personalidade da candidata, seu equilíbrio emocional e sua capacidade de administrar as gigantescas pressões por favores oficiais que partirão de seus próprios aliados, em especial o PT e o PMDB” e no As (6) “Além disso, o povo brasileiro terá de rebaixar suas expectativas em relação à Presidência da República” referem-se, basicamente, à candidata à Presidência da República Dilma Rousseff que já tinha sido citada no início do artigo. Aqui, retoma-se alguém que já foi citada no texto, apontam-se características negativas e severas sobre a candidata e, no ato 6, o autor do artigo faz referência ao povo brasileiro, sugerindo-lhe uma comparação sutil entre as expectativas do governo atual e do que virá. Essas informações estão organizadas hierarquicamente em uma Ip, uma vez que são fundamentais para se compreender como o articulista procede à organização de suas opiniões.

A intervenção principal formada pelos atos (7-10) traz, na configuração hierárquica que propusemos, o Ap (7), hierarquicamente articulado à Is (8-10). Entre os atos (9-10), há uma intervenção subordinada ao Ap (8). No ato (7) “Dilma nem qualquer outro dos pretendentes ao cargo possuem as qualidades, a história ou a densidade política dos dois últimos que sentaram na cadeira”, a informação expressa é essencial, conferindo ao ato o estatuto de principal, pois além de se referir à figura central do artigo de opinião e aos outros candidatos à presidência, o articulista refere-se a dois ex-presidentes: Fernando Henrique e Lula. Os atos

(8-10) pertencem, hierarquicamente, a intervenções subordinadas: “(8) E talvez o Brasil chegue à conclusão de que tanto Lula como Fernando Henrique Cardoso foram pontos fora da curva na história republicana. (9) Um luxo de 16 anos, (10) que não mais se repetirá”. Todas essas informações têm seu grau de importância para a organização do texto, mas não são essenciais.

Essas duas estruturas hierárquicas evidenciam que a expressão *na verdade* aparece encabeçando uma intervenção de estatuto principal articulando-se a uma intervenção ou a um ato de estatuto subordinado sempre precedentes. A posição de *na verdade* nas intervenções sugere, a nosso ver, que essa expressão pode ter uma atuação relevante entre as sequências de informações por ela articuladas.

A descrição das duas estruturas hierárquicas permite a visualização de como os constituintes discursivos se estruturam hierarquicamente nos textos e da relevância que essa organização tem na interpretação do texto. Dessa forma, o módulo hierárquico apresenta a vantagem de nos fornecer elementos para a formulação e a validação de hipóteses sobre a organização do discurso.

No próximo item, apresentamos a forma de organização relacional do discurso, que é a forma elementar do modelo modular em que se pode procurar descrever e explicar o funcionamento discursivo dos conectores, ou seja, o papel que desempenham no estabelecimento das estruturas discursivas.

3.3 A forma de organização relacional do discurso

A característica principal da forma de organização relacional é tratar das relações discursivas. Nessa forma de organização, são focalizadas as relações entre os constituintes da estrutura hierárquica e as informações de origem textual ou situacional, assim como o papel dos conectores, ao articularem uma informação a outra da memória discursiva.

Roulet (2003) apresenta dois objetivos da organização relacional: o primeiro está ligado à identificação das relações ilocutórias (iniciativa e ou reativa) que ocorrem entre os

constituintes de uma troca, e das relações interativas genéricas (argumento, reformulação, contra-argumento, topicalização, sucessão, preparação, clarificação e comentário),²⁶ que acontecem no nível da intervenção; o segundo favorece a descrição do percurso inferencial que constitui uma forma de se determinar a relação específica entre um constituinte e uma informação da memória discursiva.

De acordo com os postulados do MAM, a descrição da organização relacional é construída a partir da acoplagem entre as informações obtidas com a análise da dimensão hierárquica, relativas à definição dos constituintes textuais, e as informações, de ordem lexical e sintática, relativas às instruções dadas pelas eventuais marcas das relações discursivas. Na ausência dos conectores, descreve-se a organização relacional a partir da acoplagem entre as informações de natureza hierárquica e as de natureza referencial, concernentes ao conhecimento sobre o universo do discurso estocado na memória discursiva.

A análise da organização relacional dos textos é feita, portanto, em duas etapas. Na primeira, descrevem-se as relações ilocucionárias e interativas genéricas que são representadas por uma lista reduzida de categorias capazes de descrever qualquer forma de discurso monologal e dialogal. Essa lista de categorias permite ao analista elaborar generalizações concernentes à organização discursiva, assim como analisar quais são as relações predominantes dessa organização traçando, dessa forma, o perfil relacional do discurso. Consegue-se identificar as categorias das relações genéricas a partir dos conectores e das construções sintáticas. A presença de um conector, num segmento linguístico, permite ao interlocutor/leitor precisar o estatuto discursivo do constituinte por ele introduzido e, ainda, guia-o na constituição do contexto de interpretação. Sendo assim, os conectores podem ser compreendidos como elementos em torno dos quais as sequências do texto e as informações da memória discursiva se articulam, além de funcionarem como guias que facilitam a compreensão dos segmentos viabilizando o percurso interpretativo.

Nas relações ilocucionárias iniciativas, são utilizadas as categorias genéricas de pergunta, pedido, informação ou asserção, e nas relações ilocucionárias reativas, as categorias de resposta e ratificação. Nas relações interativas genéricas, há oito categorias: argumento, contra-argumento, reformulação, comentário, topicalização, sucessão, preparação e

²⁶ Essas categorias genéricas serão explicadas no quinto capítulo.

clarificação. A noção de argumento, por exemplo, é utilizada para determinar as relações específicas denominadas de causa, explicação, justificativa, consequência, condição, conclusão etc. As categorias das relações genéricas podem ser sinalizadas por conectores ou pela estrutura sintática das sequências linguísticas. Um exemplo como *Vou à feira porque preciso comprar frutas e legumes.*²⁷, revela-nos que o marcador *porque* sinaliza uma relação interativa de argumento. A relação ilocucionária de pergunta pode ser percebida no exemplo: “Você me empresta o livro de Matemática?”²⁸. Segundo Cunha (2012, p. 81-82),

a identificação das relações ilocucionárias e interativas genéricas se baseia em uma lista reduzida de categorias, as quais são consideradas suficientes para descrever todas as formas de discurso, tanto dialogal como monologal. Ao se utilizar dessas categorias, o modelo evita estabelecer *a priori* uma quantidade excessiva das relações específicas que podem ser encontradas em um discurso e consegue extrair generalizações importantes relativas à sua organização (Roulet, 2002, 2003). Com essas categorias de relações genéricas, é possível extrair o que Roulet (2002) chama de “o perfil relacional de um discurso”, em que se evidenciam as relações dominantes de sua organização. (CUNHA, 2012, p. 81-82)

Na segunda etapa, há a descrição das relações específicas entre um constituinte e uma informação da memória discursiva, com base nas propriedades inferenciais dos conectores, que oferecem instruções sobre como tratar as informações por eles conectadas. Pode-se, também, fazer uma descrição das especificidades das relações genéricas não marcadas. A determinação da relação específica resulta de um cálculo inferencial, a partir da combinação de informações de natureza linguística, hierárquica e referencial. Para descrever as inferências que determinam as relações específicas, Roulet, Filliettaz, Grobet (2001) apontam a Teoria da Pertinência proposta por Sperber e Wilson (1995)²⁹ como um apoio à compreensão mais refinada da organização do discurso. Segundo a Teoria da Pertinência, as inferências necessárias à interpretação de um enunciado interferem nos dois níveis da passagem da forma lógica à forma proposicional e da passagem da forma proposicional à interpretação do enunciado. As inferências se fundamentam, por um lado, em informações linguísticas; por outro lado, em informações contextuais, que são, no Modelo Modular, as informações de ordem referencial. As fases do cálculo inferencial são denominadas de explicitação e implicação e todas as duas são provenientes das informações linguística e referenciais. A

²⁷ Este exemplo foi criado por nós.

²⁸ Este exemplo foi criado por nós.

²⁹ O princípio da pertinência foi explicado no primeiro capítulo deste trabalho.

fase da explicitação diz respeito à passagem da forma lógica descrita na dimensão linguística à forma dita proposicional, por um enriquecimento que consiste na identificação dos referentes, dos pronomes e das expressões definidas. A fase da implicação parte da forma proposicional proveniente da fase de explicitação, combinando-a com as informações linguísticas e referenciais, para levar à interpretação final. A descrição do percurso inferencial apresentada em Roulet, Filliettaz, Grobet (2001) se dá de maneira informal e indicativa. Grosso modo, procede-se à realização do cálculo inferencial a partir da formulação de

premissas com base nas informações linguísticas dos constituintes textuais. Nessas premissas, as informações linguísticas são enriquecidas pelos referentes que saturam pronomes, expressões nominais e desinências verbais, como as instâncias agentivas que participam da interação e demais elementos dêiticos. Caso a relação seja marcada por conector, formula-se ainda outra premissa a partir das instruções gramatical e pragmática desse conector. Ao final do cálculo, com base nessas premissas, chega-se à conclusão ou interpretação final sobre a relação específica (Cunha, 2014, p. 46-47).

Descrevemos, parcialmente, um trecho de uma estrutura hierárquico-relacional³⁰ para que possamos compreender as relações interativas genéricas que podem ocorrer entre os constituintes e uma informação da memória discursiva.

“Além da morte e dos impostos, como é o caso para o resto da humanidade, existe no Brasil uma terceira grande certeza: obras públicas jamais são entregues no prazo. Também podem não ser entregues nunca; é comum que, uma vez concluídas, estejam entre as de pior qualidade que a engenharia mundial consegue produzir e sempre, em todos os casos, acabam custando muito mais caro do que deveriam. Mas é o atraso na entrega, sem dúvida, a marca que mais distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras. *Na verdade*, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo – do trem-bala ao mais reles abrigo para um ponto de ônibus. (Esse trem bala, aliás, promete. Ainda não foi colocado um único metro de trilho no chão, mas o preço estimado da obra já passou de 18 para 33 bilhões de reais.) Nada mais natural, assim, do que o anúncio segundo o qual não serão terminadas a tempo as majestosas obras de nove dos treze aeroportos que servem a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014.” (**Trecho do texto “ALGO DE ERRADO”**)

³⁰ Não vamos desenvolver detalhes sobre a descrição da forma de organização relacional desse trecho, uma vez que isso ocorrerá no quinto capítulo.

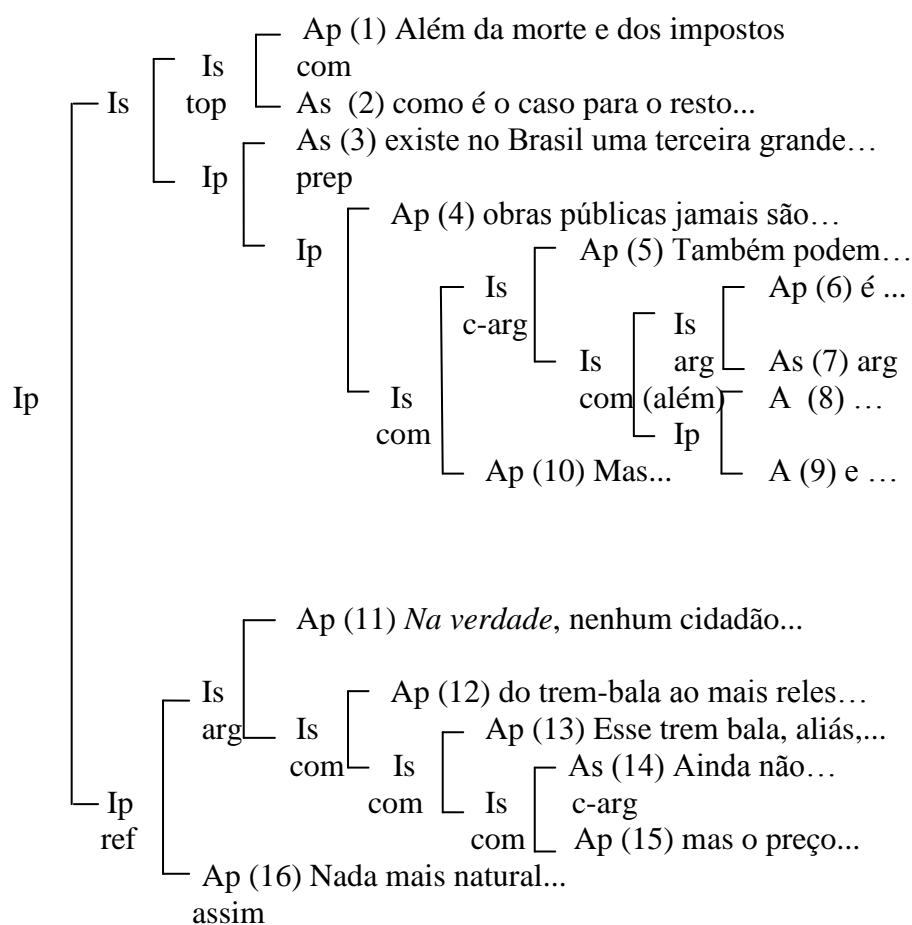


Figura 10: Estrutura hierárquico-relacional do trecho do texto “Algo de errado”

A descrição da organização relacional do trecho do artigo *Algo de errado* nos mostra que esse esquema é representado por uma intervenção principal (Ip) correspondente aos atos 1 a 16. Essa parte do trecho do artigo de opinião refere-se à introdução do assunto a ser abordado: obras públicas nunca são entregues à sociedade no prazo pelo governo. A Ip de introdução ao tema é formada por duas intervenções complexas: uma intervenção subordinada (Is) formada pelos atos (1-10) que está articulada a uma intervenção principal (Ip), também constituída pelos atos (11-16). É essa Ip, encabeçada por *na verdade*, que reformula a Is (1-10), formada por uma sequência de atos interligados ora por intervenções subordinadas, ora por intervenções principais. Essa variação no estatuto da intervenção refere-se aos tipos de relações sinalizadas, conforme podemos visualizar na estrutura hierárquico-relacional. Observamos que, nesse trecho, há o predomínio da relação interativa genérica de argumento que não está marcada por conectores; é necessária a inserção dessas marcas para servir de

guia interpretativo nas sequências. Há, também, relações de comentário, de contra-argumento sinalizada pelo conector *mas*; o termo *aliás* expressa uma reformulação, assim como *na verdade*. Em função das próprias características do artigo de opinião, é de se esperar que haja um número expressivo de relações genéricas de argumento, uma vez que há a pretensão de se defender o ponto de vista de que obras públicas no Brasil não são entregues no prazo pelo governo. As outras relações que aparecem também são típicas de um texto essencialmente argumentativo, além de o próprio assunto estimular o encadeamento de informações que gerem argumentos favoráveis e desfavoráveis, comentários, explicações, reformulações e conclusões.

Em função do que expusemos, acreditamos que o MAM constitui um referencial teórico-metodológico importante para o estudo da expressão *na verdade*, a partir da forma de organização relacional do discurso, porque parte de um instrumental descritivo e explicativo da complexidade discursiva, tendo em vista uma abordagem modular que procura integrar, em uma perspectiva cognitivo-interacionista, as dimensões linguística, textual e situacional da organização do discurso. Além disso, é na forma de organização relacional que o funcionamento do conector poderá ser entendido. A partir dessas marcas, podemos traçar o perfil relacional de um texto, considerando somente as oito relações interativas genéricas previstas pelo MAM mostrando, assim, quais relações estão predominando e que generalizações são possíveis de serem feitas sobre o texto. Esse aspecto constitui um avanço para um modelo que apresenta uma lista pequena de categorias. Se o objetivo do analista é aprofundar as especificidades dessas relações, ele pode partir para o estudo do cálculo inferencial³¹, com a finalidade de verificar quais são as relações específicas sinalizadas pelos conectores. Finalmente, o conector é visto como uma marca que atua na explicitação da maioria das relações interativas e, em função dessa atuação, contribui para a elucidação da articulação dos constituintes textuais, evidenciando as relações dominantes e a forma como o discurso é construído.

³¹ O item **5.2 As relações interativas genéricas e específicas ligadas ao *na verdade***, no quinto capítulo, apresenta como são as etapas do cálculo inferencial em cada ocorrência da expressão analisada.

3.4 Síntese

Neste capítulo, apresentamos o MAM – um instrumento de análise da organização do discurso – que adota uma abordagem cognitiva e interacionista. Ele se baseia em um conjunto articulado de hipóteses sobre os componentes linguístico, textual e situacional do discurso, permitindo que o analista busque informações nesses três componentes, conjugando-as, para analisar um determinado fenômeno linguístico. Assim, é possível realizar descrições e encontrar explicações, elaborando princípios gerais e específicos. Descrevemos, também, as características do módulo hierárquico e da forma de organização relacional, buscando as ocorrências de *na verdade* como exemplos.

No próximo capítulo, apresentamos a metodologia que utilizamos para o estudo de *na verdade*. Dividimos o capítulo em duas partes: a constituição do *corpus* e o percurso de análise. Na primeira parte, procuramos explicar como procedemos à seleção dos artigos de opinião das revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja*; já na segunda parte, expusemos as etapas que seguimos para analisar a expressão do *corpus*, segundo os postulados do Modelo Modular previstos na forma de organização relacional do discurso.

4 Metodologia

Apresentamos, neste capítulo, informações sobre os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho. Tratamos da constituição do *corpus* desta pesquisa, formado por artigos de opinião publicados nas revistas Época, IstoÉ e Veja em que a expressão *na verdade* é encontrada, bem como dos critérios que possibilitaram a seleção dos textos. Ainda explicamos os procedimentos adotados nas duas etapas de análise da forma de organização relacional do discurso visando à compreensão do funcionamento de *na verdade* nos textos.

4.1 A constituição do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa é constituído de vinte um artigos de opinião publicados nas revistas Época, IstoÉ e Veja, revistas de circulação nacional, durante os anos de 2010 e 2011. Escolhemos o suporte revista impressa e não outro tipo de veículo jornalístico pelo fato de que sua circulação é semanal e, não, diária, como a dos jornais impressos. Ter uma publicação semanal, a nosso ver, possibilita ao articulista um tempo maior para refletir sobre o fato já acontecido, sobre o qual irá opinar, o que pode ampliar a oportunidade de escolher os argumentos já divulgados para associá-los aos seus e, assim, organizar o artigo de opinião que deseja publicar na tentativa de aproximá-lo de uma de suas características fundamentais: persuadir o leitor.

Os artigos publicados em versão impressa foram lidos aleatoriamente, sem diferenciação de articulista ou tema. Descartamos os textos referentes a temas internacionais, porque consideramos que o contexto dos assuntos relativos a fatos nacionais podem ser mais facilmente recuperados pela memória dos leitores e do próprio analista, quando os acontecimentos precisassem ser lembrados para facilitar a interpretação dos textos.

Os artigos de opinião coletados foram os que tinham ocorrências de *na verdade*. Todos os artigos foram publicados nos anos de 2010 e 2011 (até o mês de agosto). A delimitação do período é um fator importante porque permite a compreensão do funcionamento de uma

expressão conectiva em um período de tempo específico e atual da língua em uso nos artigos de opinião.

O período de leitura foi longo, em função de estarmos ampliando e construindo, ao mesmo tempo, um *corpus* que pudesse confirmar a hipótese deste trabalho: nos artigos de opinião apareceu a expressão *na verdade* que articularia uma sequência linguística a outra, sinalizando um comportamento reformulativo que facilitaria para o leitor a interpretação das sequências por ela articulada. Tal hipótese surgiu porque, nos artigos que já tínhamos, acreditávamos que pela essência argumentativa desses textos em busca da defesa de um ponto de vista, o uso de marcas articuladoras seria um recurso constante que facilitaria a compreensão por sinalizar um significado para o leitor.

Esse *corpus* nos possibilitou encontrar expressões como *afinal*, *afinal de contas*, *aliás*, *de fato*, *em resumo*, *em suma*, *enfim*, *finalmente*, *na verdade*, *no fim das contas*, *no fundo*, *ou* e *por fim*, que parecem articular sequências de informações, sugerindo-nos um comportamento reformulativo no contexto em que foram usadas. Nos artigos de opinião coletados, havia ocorrências de *na verdade* que pareciam articular um conjunto de segmentos a outros reformulando informações importantes. Por esse motivo, começamos a refletir sobre o uso dessa expressão e analisá-las em seus diferentes usos. Constatamos que algumas análises, ainda iniciais sobre essa expressão, já traziam informações interessantes sobre seu funcionamento que possibilitaram a elaboração das indagações de nossa pesquisa e que, por isso, mereciam ser investigadas. Além disso, averiguamos a ausência de estudos sistematizados na variedade escrita sobre o uso de *na verdade* como articulador. E, por fim, sentimo-nos impulsionadas a nos dedicar ao estudo específico dessa expressão pela carência de estudos sobre ela e por considerar superficial e pouco esclarecedora considerações como as do gramático Bechara (2009, p. 289-290) que classifica *na verdade* como locução adverbial, sem especificar sua função.

Foram analisadas, em nosso estudo, vinte e sete ocorrências de *na verdade*, nos vinte e um artigos de opinião selecionados. Os assuntos dos textos são, basicamente, ligados a questões que envolvem o governo brasileiro: eleição, economia, receita federal etc, com destaque para assuntos políticos.

Nesta pesquisa, embora tenha sido selecionado o número de ocorrências da expressão em estudo, desenvolve-se uma análise de caráter não quantitativo. A base da pesquisa é, assim, qualitativa. Com a análise das vinte e sete ocorrências de *na verdade*, consideramos que pudemos investigar o funcionamento discursivo da expressão *na verdade*.

Com a intenção de constituir, efetivamente, o *corpus* a ser estudado, usamos alguns critérios para a coleta dos textos. Os critérios usados para a seleção do *corpus* foram:

- **o gênero artigo de opinião:** a opção por esse gênero se deve ao fato de nele haver a predominância do tipo argumentativo. Conforme exposto na *Introdução* desta tese, para Adam (1997), os gêneros do domínio jornalístico dividem-se em dois grandes polos: da informação e do comentário. Há os que se aproximam do gênero da informação, como a notícia e a reportagem; outros estão próximos do gênero do comentário, como o artigo de opinião e o editorial. O artigo de opinião se encontra mais próximo do polo do comentário, porque apresenta um ponto de vista sobre determinado assunto, a partir do desenvolvimento de um conjunto de informações (argumentos) geradas em função do ponto de vista que se quer defender. Considerando essa característica, partimos da seguinte hipótese: é possível escrever algumas sequências usando marcas linguísticas capazes de articular uma sequência a outra(s). Essas marcas exerceriam um papel importante nas sequências por elas articuladas, uma vez que sinalizariam para o leitor um significado que o guiaria no percurso interpretativo dessas sequências.

Desse modo, o uso dessas marcas linguístico-discursivas poderia funcionar como um recurso a mais que facilitaria o processamento do texto pelo leitor. Essas marcas poderiam sinalizar a presença nos textos de significados como de argumentos, contra-argumentos, comentários, reformulações etc.

- **o suporte:** as informações veiculadas na sociedade são divulgadas em revistas, em jornais impressos, na versão on-line de revistas e jornais ou a partir de algum outro veículo, podendo chegar ao público diária ou semanalmente. Nesta pesquisa, optamos pelas revistas impressas, de circulação semanal, uma vez que os artigos de opinião abordam temas que já teriam sido discutidos por outros meio de comunicação, os assuntos já seriam conhecidos pelas pessoas e os artigos poderiam trazer, desse modo, uma análise aprofundada sobre a temática a ser desenvolvida. Pelo fato de a maioria dos jornais impressos de grande circulação

nacional serem diários e de a velocidade da informação neles veiculada ser maior do que a da revista semanal, tememos haver uma superficialidade ou uma agilidade no tratamento da informação, o que não verificamos na revista impressa. No caso do artigo de opinião impresso, o articulista reuniria um conjunto maior de dados para elaborá-lo e, desse modo, buscaria elementos pertinentes aos propósitos de um artigo: argumentos, comentários, contra-argumentos, exemplos, reformulações de argumentos, justificativas que seriam as estratégias para defender um ponto de vista.

Portanto, os fatores periodicidade e informação mais aprofundada sobre os acontecimentos foram considerados relevantes para que a revista impressa fosse o suporte escolhido para fornecer os textos que constituiriam todo o *corpus* da pesquisa.

- **as revistas informativas:** as revistas de onde se extraíram os textos que compõem o *corpus* desta pesquisa são as que possuem maior circulação nacional: Veja, Época e IstoÉ. A revista Veja, publicada pela Editora Abril, apresenta uma tiragem superior a mais de um milhão de exemplares, sendo a de maior circulação no Brasil e a terceira em nível internacional. A Revista Época, publicada pela Editora Globo, está entre as maiores revistas semanais publicadas no país. Em média, são cerca de quatrocentos e vinte mil exemplares por edição. A Revista IstoÉ, publicada pela Editora Três, é considerada uma das três revistas semanais de destaque em circulação nacional. A tiragem da revista ultrapassa os 440 mil exemplares.³² Como as três revistas são consideradas de destaque, pode-se esperar que as matérias nelas publicadas provoquem uma repercussão, um impacto relativamente grande em outros veículos de informação, nos próprios leitores, nas entidades governamentais, empresariais, nas instituições educacionais e em outras esferas da sociedade.

- **a temática:** no período da seleção do *corpus*, não nos preocupamos com um tema específico, assim como não determinamos nenhum articulista.

Considerando todos os critérios expostos, vinte e um artigos de opinião foram selecionados. O quadro seis apresenta as informações relativas aos textos, bem como ao número de ocorrências de *na verdade*.

³² Essas informações estão divulgadas no site www.revistas.com.br/revistas-de-noticias.html e no Instituto Millenium imil.org.br.

Quadro 6 – Artigos de Opinião

REVISTAS	DATA DAS EDIÇÕES	ARTIGOS DE OPINIÃO	OCORRÊNCIAS DE NA VERDADE
Veja	13/10/2010	Gente que fica	Uma
Veja	27/10/2010	Metamorfose	Uma
Veja	13/04/2011	A mesma alma	Três
Veja	27/04/2011	Algo de errado	Duas
Veja	02/02/2011	Lições de cima	Uma
Veja	02/03/2011	Dois países	Uma
Veja	13/04/2011	Beleza e desastre	Uma
Veja	12/10/2011	Aulas para o mundo	Uma
Época	18/10/2010	Os dois engodos do segundo turno	Uma
Época	29/11/2010	Um novo jeito de fazer um governo de coalizão	Uma
Época	13/12/2010	As duas estratégias erradas do congresso	Uma
Época	08/11/2010	Dilma e o fetiche da mulher no poder	Uma
Época	28/02/2011	Distritão, uma ideia que piora os vícios da política	Duas
Época	07/03/2011	Lula, Fernando Henrique e o carnaval de números	Duas
Época	28/03/2011	O juiz que limpou os fichas-sujas	Uma
Época	06/06/2011	O avanço obscurantista na política brasileira	Uma
Época	01/08/2011	O que aprender com a crise dos transportes	Uma
Isto É	22/09/2010	A bala de prata	Duas
Isto É	30/04/2010	Dilma no espelho	Uma
Isto É	01/04/2010	Nós e eles	Uma
Isto É	19/08/2011	A arapuca da “faxina”	Uma
TOTAL = 21 revistas		TOTAL = 21 artigos de opinião	TOTAL = 27 ocorrências

A maioria dos artigos publicados apresenta uma ocorrência de *na verdade* (16 artigos de opinião). Apenas em dois artigos das revistas Veja e Época e em um artigo da IstoÉ, um mesmo artigo apresenta mais de uma ocorrência da expressão. Em relação aos temas, há a predominância de assuntos políticos. O período de 2010 representa a época da primeira campanha presidencial de Dilma Rousseff e o de 2011 é o momento em que a presidente eleita cumpre o primeiro ano de seu mandato.

Considerando o *corpus* de vinte e sete ocorrências de *na verdade*, procedemos a um recorte para compor um *corpus* de sete ocorrências dessa expressão. Esse recorte tornou-se necessário porque o uso de *na verdade* é muito parecido, mesmo os artigos tratando de assuntos diferentes. Além disso, esta pesquisa não é de base quantitativa e, assim, evitam-se repetições desnecessárias. O quadro 7 apresenta as informações relativas aos artigos de opinião selecionados e às ocorrências de *na verdade*.

Quadro 7 – Artigos de Opinião

REVISTAS	DATA DAS EDIÇÕES	ARTIGOS DE OPINIÃO	OCORRÊNCIAS DE NA VERDADE
Veja	27/10/2010	Metamorfose	Uma
Veja	27/04/2011	Algo de errado	Duas
Época	29/11/2010	Um novo jeito de fazer um governo de coalizão	Uma
Isto É	22/09/2010	A bala de prata	Duas
Isto É	01/04/2010	Nós e eles	Uma
TOTAL = 5 revistas		TOTAL = 5 artigos de opinião	TOTAL = 7 ocorrências

O próximo item apresenta o percurso de análise proposto para o estudo de *na verdade*.

4.2 O percurso de análise

Visando comprovar a hipótese proposta para esta pesquisa de que a expressão *na verdade* atua como um conector que sinaliza a relação de reformulação entre as sequências por ela articuladas e considerando que o modelo modular é o referencial teórico-metodológico escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, apresentamos o percurso de análise traçado para o estudo aqui realizado.

Essa forma de organização elementar do discurso apresenta um percurso para o estudo dos conectores. Existe uma orientação a ser seguida para se construir uma análise sobre o funcionamento discursivo de uma expressão conectiva e, assim, o analista poder fazer conclusões: parte-se do módulo hierárquico para, em seguida, se chegar à forma de organização relacional. Inicialmente, o analista utiliza as informações morfossintáticas da expressão alvo de estudo para auxiliá-lo na determinação da unidade textual mínima, além de poder conjugá-las também, com os constituintes da estrutura hierárquica e no percurso inferencial, segunda etapa de estudo da forma de organização relacional.

Inicialmente, analisamos os textos do ponto de vista do módulo hierárquico. Para tanto, foi necessária a segmentação dos textos em atos, ou unidades textuais mínimas. Em seguida, procedemos à análise dos textos considerando sua organização relacional.

Procedemos à primeira etapa de análise dessa forma de organização discursiva, na qual são definidas as relações genéricas presentes nos textos. Após essa etapa, visando à interpretação das relações específicas sinalizadas por *na verdade*, analisamos essa expressão levantando suas propriedades morfossintáticas essenciais para a explicitação do percurso inferencial que conduz à interpretação da função de *na verdade* nos textos, a segunda etapa de estudo da forma de organização relacional.

Para a segmentação dos artigos de opinião em atos, critérios precisos orientam o analista. O ato pode ser constituído por sintagmas nominais, preposicionais e verbais, o que o distancia do ato de linguagem já definido em Roulet et al. (1991). Lembramos que o ato é definido por Roulet, Filliettaz e Grobet (2001, p. 145) como “a menor unidade delimitada de uma parte a

outra por uma passagem pela memória discursiva”. O procedimento de segmentação dos textos do *corpus* em atos foi definido com base em alguns critérios propostos pelo MAM³³.

Quadro 8 - Critérios: segmentação em atos

Passagem pela memória discursiva, com a possibilidade de retomada da informação sob a forma de um pronome ou de uma expressão definida.
Presença de conectores ou possibilidade de inserção de um conector.
Sinais gráficos como ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências.
Autonomia pragmática da unidade textual mínima (ato apresenta uma relação interativa).
Orações adjetivas explicativas.
Orações coordenadas justapostas.
Retomada da informação por pronome ou expressão definida.
Sintagmas deslocados à esquerda.

Esses critérios orientaram a segmentação dos artigos de opinião selecionados para esta pesquisa. Após a segmentação dos textos do *corpus* em atos, procedemos à elaboração das estruturas hierárquicas, que permitem visualizar a hierarquia entre os constituintes textuais. Nessa análise, buscamos responder às seguintes questões: A expressão *na verdade* se encontra em fronteira de ato ou no interior de ato? Ela se localiza em constituinte de estatuto principal ou subordinado? A expressão articula uma informação do texto a que outra? As informações articuladas por *na verdade* se localizam em um ato ou em uma sequência de atos? No terceiro capítulo desta tese, no item *Módulo hierárquico*, realizamos análises para responder a essas questões.

Optamos por não apresentar no corpo da tese as estruturas hierárquicas de todas as vinte e sete ocorrências de *na verdade* porque, embora os artigos de opinião tenham temáticas diferentes, muitas vezes seu uso se deu em contextos bastante semelhantes.

Em seguida, passamos ao estudo da forma de organização relacional cujo objetivo central, na primeira fase de análise, é evidenciar para o analista as relações interativas genéricas entre os constituintes da estrutura hierárquica e as informações de origem textual ou situacional,

³³ Marinho (2002) apresenta uma discussão aprofundada sobre a definição da unidade textual mínima (ato).

estocadas na memória discursiva, assim como o papel dos conectores no discurso. A análise da estrutura hierárquico-relacional permite a revelação das principais relações interativas genéricas do trecho em que *na verdade* foi usada. Também permite observar se a expressão funciona como reformulativa, considerando o conceito de reformulação proposto por Roulet (1987) e por Rossari (1993) que apresentamos no segundo capítulo desta tese. Em um segundo momento, considerando as sete ocorrências de *na verdade*, analisamos as relações específicas entre um ato, introduzido pela expressão, e uma informação na memória discursiva. Para chegarmos às relações específicas, procedemos à explicitação do percurso inferencial que conduz à interpretação do trecho em que *na verdade* é usada. A proposta de explicitação desse percurso inferencial é, então, buscar a compreensão de como se dá o funcionamento discursivo de *na verdade* no contexto em que foi usada, e responder às questões inicialmente levantadas.

4.3 Síntese

Este capítulo informou sobre a constituição do *corpus* e apresentou a metodologia seguida no percurso de análise da expressão *na verdade*. No item sobre a constituição do *corpus*, expusemos como selecionamos os artigos de opinião de revistas de grande circulação nacional. No percurso de análise, segundo item deste capítulo, apresentamos quais foram os critérios para segmentar os textos em atos, além de mostrarmos como procedemos à análise dos trechos com a expressão *na verdade*, considerando o módulo hierárquico e as duas etapas do estudo da forma de organização relacional do discurso.

No próximo capítulo, apresentamos as relações interativas genéricas do Modelo Modular e realizamos o percurso que nos possibilita estudar o funcionamento discursivo de *na verdade* em artigos de opinião.

5 O funcionamento discursivo da expressão *na verdade*

Este capítulo apresenta a análise das relações genéricas e das relações específicas ligadas ao uso de *na verdade* nos artigos de opinião estudados neste trabalho. Considerando os postulados do MAM, analisamos sete ocorrências de *na verdade*, como exposto anteriormente. Para que nossos propósitos sejam alcançados, organizamos este capítulo em dois itens principais intitulados: “As propriedades de *na verdade*” e “As relações interativas genéricas e específicas ligadas ao *na verdade*”.

A proposta do primeiro item é levantar as propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas de *na verdade*, para buscar compreender como essa expressão atua ao articular um segmento textual a uma informação da memória discursiva. Pesquisamos em dicionários e gramáticas tanto descritivas quanto normativas, informações sobre a expressão e ainda artigos científicos, buscando contribuições que nos permitissem o levantamento dessas propriedades, considerando o uso da expressão em contextos reformulativos.

O segundo item trata das análises de trechos extraídos dos artigos de opinião do ponto de vista da organização relacional. Inicialmente, apresentamos as relações interativas genéricas propostas pelo MAM e, posteriormente, expomos as duas etapas de análise. Nessa parte, descrevemos, por meio das estruturas hierárquico-relacionais dos trechos, as relações genéricas neles predominantes e buscamos interpretar o funcionamento de *na verdade* na organização relacional. Em seguida, tratamos dos percursos inferenciais ligados à presença de *na verdade* nos textos visando explicitar os cálculos que conduzem à determinação da relação marcada pela expressão.

5.1 As propriedades de *na verdade*

O levantamento das propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas permite a apreensão das instruções carregadas por uma expressão conectiva. Desse modo, se pode alcançar a compreensão de suas possibilidades de atuação nos diferentes contextos em que são usadas. Como nosso objetivo é compreender o funcionamento discursivo de *na verdade*,

procedemos ao levantamento de suas propriedades as quais são imprescindíveis para a descrição do percurso inferencial ligado a seus usos em cada uma de suas ocorrências.

Antes de procedermos à análise das ocorrências de *na verdade* nos trechos extraídos do *corpus*, consideramos importante expor algumas considerações sobre o significado da palavra “verdade”, uma vez que, esse significado, a nosso ver, pode esclarecer sobre o valor semântico da expressão.

Em nosso estudo, os dicionários consultados não apresentam o verbete *na verdade*. Diante dessa constatação, passamos a procurar, nos dicionários Houaiss (2001) e Borba (2004), a palavra *verdade* a fim de verificarmos se haveria alguma referência à expressão *na verdade*. O dicionário Houaiss (2001, p. 2845) refere-se à palavra *verdade* nas expressões *em verdade* ou *na verdade*, sem apresentar distinção entre uma e outra e atribuindo-lhes o seguinte significado: *certamente, seguramente, de certo*. Em Borba (2004, p. 1423), a palavra *verdade* apresenta uma série de significados dentre os quais um deles refere-se a *na verdade*: “(...) ii em/*na verdade* – efetivamente; realmente: O orçamento, *na verdade*, não cobre o ano todo.”³⁴

Consultamos, também, o minidicionário Houaiss (2009) e, da mesma forma, não há o verbete *na verdade*, assim como não houve referência a essa expressão quando se deu o significado da palavra *verdade*. O sentido apresentado para *verdade* é o que se segue: “s.f. 1 o que está de acordo com o real, exatidão 2 procedimento sincero, sem fingimento” (HOUAISS, 2009, p. 766). Assim, observamos que, nos dicionários, há a citação da classe gramatical e do gênero, além do significado do vocábulo.

Para buscar alguma referência a *na verdade*, consultamos ainda a palavra *realidade*, que foi citada como “o que existe de verdade, o que é real” (HOUAISS, 2009, p. 633). Nesse verbete, não houve nenhuma referência à expressão *na verdade*.

³⁴ Na Gramática de usos do português, Neves (2000, p. 232) faz referência à expressão *em verdade*, sem compará-la a *na verdade*. Em outras passagens da referida gramática, não há qualquer menção ao uso de *na verdade*.

Consultamos, também, gramáticas tradicionais e gramáticas de usos da língua portuguesa buscando informações sobre a expressão *na verdade*, uma vez que essas informações poderiam contribuir para o levantamento das propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas *de na verdade*. Possivelmente por não estudarem fenômenos da língua que extrapolam o âmbito da frase, as gramáticas tradicionais não fazem menção às expressões conectivas em uso no português brasileiro. A única que apresenta a expressão é a de Bechara (2009), e mesmo assim ela não é analisada. Constatamos uma carência de informações sobre a expressão *na verdade*.

Em Bechara (2009, p. 289-290), na edição revisada e ampliada de sua “Moderna Gramática Portuguesa”, há uma referência explícita à expressão *na verdade*: o gramático a classifica como locução adverbial, constituída de preposição + substantivo, caracterizando-a como expressão fixa. Para ele, o uso da preposição *na* prepara o substantivo *verdade* para exercer uma função que não lhe é própria. Bechara não especifica qual seria essa função e não dá exemplos sobre seu uso. Embora o autor não exponha outras informações sobre *na verdade*, as caracterizações de ordem morfossintática – locução adverbial e forma fixa – são consideradas essenciais para nos auxiliar no levantamento de suas propriedades.

Diferentemente das gramáticas tradicionais, a gramática de usos apresenta análises que vão sendo configuradas a partir do estudo que se faz sobre as regras que regem o comportamento dos itens linguísticos. O resultado final das análises está ligado à busca dos diferentes sentidos que expressões da língua podem assumir na relação com o texto e o contexto.

Na *Gramática de usos do português*, Maria Helena de Moura Neves não cita a expressão *na verdade* ao longo de seu vasto estudo. Mas no item sobre *O Advérbio*, especificamente, na subclassificação dos *modalizadores epistêmicos asseverativos afirmativos*, Neves (2000, p. 246) mostra que advérbios como *verdadeiramente*, *realmente*, *na realidade* significam a verdade dos fatos e cita como exemplo: “Havia muita gente que queria saber o que os outros sabiam, ao mesmo tempo que não queriam revelar o que *na realidade* sabiam.”³⁵ Para a

³⁵ Castilho (2010, p. 554-555), na *Nova gramática do português brasileiro*, também não cita a expressão *na verdade*, mas desenvolve um item sobre os advérbios modalizadores em que apresenta a subclasse dos advérbios epistêmicos asseverativos afirmativos: **realmente...** os filmes eram ruins **mesmo/sem dúvida efetivamente/na realidade/verdadeiramente**. Esse tipo de advérbio expressa uma avaliação sobre o valor de verdade da sentença sem margem a dúvidas. Manifesta-se um grau de adesão ao conteúdo sentencial, daí a significação enfática que se observa.

linguista, o advérbio tem o papel de reforçar o conteúdo do que se afirma ou se nega como fato real ou sem dúvida. Embora Neves não faça referência ao uso de *na verdade* e em nossa pesquisa não faremos qualquer abordagem sobre modalizadores, optamos por citá-la, uma vez que, quando consultamos o termo *verdade* nos dicionários, essa palavra foi relacionada aos termos *real e realidade*.

Buscamos verificar, também, em artigos que tratam do tema *marcadores discursivos*, se a expressão *na verdade* é analisada como conector. No âmbito de nossa pesquisa, não encontramos estudos sobre a atuação de *na verdade* como conector. No segundo capítulo deste trabalho, fizemos referência ao artigo de Parreira (2008), que classifica essa expressão como um operador, e à obra de Antunes (2010), que a elenca entre as expressões conectivas do tipo argumentativo ou do tipo marcadores/organizadores textuais. Nenhuma dessas obras, no entanto, vai além de sua classificação.

Em nosso trabalho, como já exposto, partimos da hipótese de que *na verdade* atua como conector reformulativo. Por esse motivo, consideramos importante apresentar, no capítulo dois, estudos sobre a reformulação, os quais serviram de parâmetro para se chegar ao levantamento das propriedades da expressão.

Com base nesses estudos, verificamos que os conectores reformulativos realizam um movimento de retrointerpretação, ou seja, eles conduzem esse movimento, ocasionando uma mudança de perspectiva enunciativa entre a primeira formulação e/ou informações não explicitadas e a segunda formulação (ou segmento reformulado, ou segmento introduzido pelo conector). As informações contidas na segunda formulação são uma nova forma de reconsiderar o ponto de vista da primeira formulação e/ou do implícito. Desse modo, realiza-se, segundo Rossari (1993), uma operação de reformulação, que traz uma modificação quanto à forma e quanto ao modo como o locutor apreende a realidade enunciada em um ponto de vista.

O estudo de Rossari (2000) mostrou que os conectores por ela exemplificados podem restringir possibilidades de uso em um enunciado em função de um contexto determinado, assim como podem indicar um comportamento em que as relações só se manifestam com a sua presença. Para determinar o uso apropriado ou inapropriado do conector, avalia-se o grau de aceitabilidade das sequências testadas, considerando-se três fatores: variação do contexto

linguístico à esquerda e à direita (a relação entre os conteúdos dos atos, a sensibilidade do conector ao tipo de ato ilocucionário; da combinação de uma marca modal no enunciado depois do conector); comparação de segmentos com e sem conectores; substituição dos conectores por expressões mais próximas semanticamente (a substituição por expressões quase sinônimas). O interesse de Rossari (2000) está voltado para a compreensão das restrições que os conectores exercem nas sequências que articulam, ao explicitarem relações de discurso. Acreditamos que esses fatores podem ajudar na caracterização da expressão como conectiva e auxiliar no levantamento das propriedades de *na verdade*.

Além dos três fatores citados por Rossari (2000), buscamos, com base em Zorraquino (2008, p. 41), a contribuição do princípio denominado por ela de “versatilidade distribucional”, que mostra a possibilidade de deslocamento de um marcador discursivo, ao aparecer no começo, no meio, ou no final de uma oração. Esse princípio é compreendido, portanto, como a mobilidade que uma determinada marca apresenta em uma sequência linguística.

Dos estudos sobre os reformulativos, podemos ressaltar as características listadas no quadro 9, que vão contribuir para o levantamento das propriedades de *na verdade*.

Quadro 9 – Características do conector reformulativo

- Impor uma relação não causal nem conclusiva entre os segmentos que liga.
- Promover um movimento de retrointerpretação da primeira formulação e de informações implícitas.
- Conduzir a uma mudança de perspectiva enunciativa.
- Introduzir um ponto de vista novo.
- Sinalizar uma reformulação não-parafrástica, ou seja, ligar entidades que não possuem identidade semântica.
- Permitir a modificação do segmento reformulado, quanto à forma e quanto ao conteúdo.
- Possibilitar apreender a realidade sobre o mesmo fato, de forma diferente, ao se introduzirem novas informações no segmento reformulado,
- Não anteceder à primeira formulação, ou seja, não aceitar a inversão dos atos por ele ligados.
- Apresentar mobilidade no segmento, podendo estar na posição inicial ou intermediária do segmento.

No desenvolvimento da análise, optamos por tratar cada um dos fatores propostos por Rossari (2000) em quadros relativos às manipulações para o levantamento das propriedades de *na verdade*. Em cada quadro, expomos um trecho com o uso de *na verdade*; em seguida, o apresentamos com alterações de acordo com os tipos de manipulação efetuada.

No quadro 10, analisamos a relação entre os conteúdos dos atos, a sensibilidade do conector ao tipo de ato ilocucionário e a possibilidade da combinação de uma marca modal no enunciado depois de *na verdade*.

Quadro 10 – Variação dos contextos linguísticos à esquerda e à direita

<p>“(1) Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. (2) <i>Na verdade</i>, o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.” (Texto - Um novo jeito de fazer um governo de coalizão)</p>
<p>X- A montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental.</p> <p>Y - O período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.</p> <p>Foi a fase mais difícil / O período mais complicado começa agora → Y causa uma modificação com a supressão da informação de X</p>
<p>(1) Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica <u>tem de ser</u> a fase mais difícil desse período de transição governamental. (2) <i>Na verdade</i>, o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão. → o uso da expressão não é apropriado</p>
<p>(1) Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. (2) <i>Na verdade</i>, o período complicado <u>tem de começar</u> agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão. → o uso da expressão não é apropriado</p>
<p>(1) Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica <u>pode ter sido</u> a fase mais difícil desse período de transição governamental. (2) <i>Na verdade</i>, o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão. → a operação de supressão da informação de X se mantém</p> <p>→ <i>na verdade</i> não se mostra sensível à presença de marca modal no contexto à esquerda.</p>
<p>(1) Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. (2) <i>Na verdade</i>, o período complicado <u>pode começar</u> agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão. → a operação de supressão da informação de X se mantém</p> <p>→ <i>na verdade</i> não se mostra sensível à presença de marca modal no contexto à direita.</p>

A variação dos contextos linguísticos à esquerda e à direita, com a alteração dos atos ilocucionários de assertivos para diretivos, causou a inaceitabilidade das sequências testadas, ligada por *na verdade*. Dessa forma, a expressão se mostrou sensível à mudança. Já a alteração por meio do acréscimo de marca modal parece não afetar a atuação de *na verdade* como conector reformulativo.

O quadro 11 refere-se ao princípio da “mobilidade” que busca investigar as posições possíveis de uma expressão no segmento.

Quadro 11 – Mobilidade da expressão

<p>“(1) Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. (2) <i>Na verdade</i>, o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.” (texto - Um novo jeito de fazer um governo de coalizão)</p>
<p>Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. O período complicado, <i>na verdade</i>, começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.</p>
<p>Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. ²O período complicado começa agora, <i>na verdade</i>, com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.</p>
<p>Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. ³O período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão, <i>na verdade</i>.</p>

A expressão *na verdade* apresenta mobilidade nos segmentos em que é usada, podendo aparecer nas posições inicial, intermediária e até mesmo no final do segmento. Pelas manipulações realizadas, constatamos a versatilidade da expressão, mas interpretamos que seu deslocamento afeta a aceitabilidade das sequências. Na terceira linha do quadro, a expressão incide mais sobre a reformulação quanto à “definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão” do que sobre a ideia de que “o período complicado começa agora”. Na quarta linha, em que a expressão se desloca para o final do segmento, consideramos a sequência inaceitável na medida em que *na verdade* parece perder de vista a

informação a ser reformulada. Ressalte-se que, no *corpus* da pesquisa, não há nenhuma ocorrência da expressão na posição final. Dessa forma, as posições inicial ou a intermediária, mas seguinte ao SN inicial, se mostram mais apropriadas.

O quadro 12 traz um critério fundamental para se verificar a importância da presença do conector na marcação de uma determinada relação discursiva. Trata-se da análise dos trechos extraídos do *corpus* comparando-se as versões com ou sem a expressão *na verdade*.

Quadro 12 - Comparação dos segmentos com e sem conector

<p>“(1) Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. (2) <i>Na verdade</i>, o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.” (texto - Um novo jeito de fazer um governo de coalizão)</p>

<p>Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. []O período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.</p>
--

Como evidenciado no quadro 12, a ausência da expressão não permite a mesma interpretação do trecho com a sua presença. A relação entre os segmentos justapostos terá de ser inferida com base nos conteúdos dos dois segmentos. Interpretamos que entre as informações “a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil” e “o período complicado começa agora com a definição...” não há possibilidade de uma relação primitiva causal, já que entre os conteúdos dos dois segmentos não há causa e efeito/resultado. Uma possível relação entre esses conteúdos seria a de contraste, na medida em que “mais difícil” e “complicado”, embora não se oponham, podem se contrastar, visto que são compreendidos como similares em alguns aspectos e diferentes em outros.

Visando testar a interpretação das ocorrências de *na verdade* e de sua supressão, solicitamos a um grupo de graduandos que nos apontassem como interpretavam os trechos com a ausência da expressão. As respostas que obtivemos foi que não era possível dizer que relação poderia haver entre os segmentos justapostos. Concluímos com esse teste que a relação de reformulação não-parafrástica só pode mesmo ser interpretada com a presença do marcador.

O quadro 13, a seguir, propõe o critério da substituição de *na verdade* por outra expressão que lhe seja semanticamente próxima, ou seja, que mobilize o mesmo tipo de inferência. Esse exame dos conectores quase sinônimos permite explorar se as operações de atualização de informações se dão da mesma maneira, isto é, se há ou não diferenças no nível das restrições que os conectores impõem às sequências em que são usados.

Para tanto, solicitamos aos mesmos graduandos que procurassem substituir a expressão *na verdade* por outra semanticamente equivalente, de modo que o sentido do trecho não se alterasse.

Quadro 13 - Substituição de *na verdade* por outra expressão

“(1) Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. (2) <i>Na verdade</i> , o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.” (texto - Um novo jeito de fazer um governo de coalizão)
Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. ^{??} <i>De fato</i> , o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.
Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. <i>Na realidade</i> , o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.
Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. ^{??} <i>Com certeza</i> , o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.

Inicialmente, os alunos não apresentaram nenhuma expressão que julgassem equivalentes a *na verdade*. Chegaram mesmo a dizer que não havia alternativa. Assim, discutimos com eles os sentidos da palavra “verdade” e, a partir daí, eles apresentaram as expressões expostas no quadro. A nosso ver “de fato” e “com certeza” modificam o sentido do trecho, ocasionando assim a inaceitabilidade da sequência, ao passo que “na realidade” parece não o fazer.

Segundo Rossari (1993)³⁶, “de fato” é um reformulador que introduz um enunciado apresentando-o como proveniente da ordem do real, como um fato já estabelecido, enquanto “na verdade” introduz um enunciado apresentando-o como um fato novo que se está estabelecendo. Assim, em “*Na verdade*, o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.”, o autor apresenta uma nova informação, um fato novo, que anulará a informação anterior, mas que não tinha ainda sido estabelecido. “Na realidade” é uma expressão equivalente a *na verdade*, pois ambas as expressões se compõem com palavras sinônimas, embora esta seja bem mais facilmente encontrada em artigos de opinião do que aquela. Já “com certeza”, a nosso ver, atuaria assim como “de fato”, ou como um marcador que assinala o grau de certeza com relação ao que se afirma.

Para finalizar esse item, diante do que verificamos em dicionários e gramáticas, diante dos estudos sobre a reformulação e os conectores reformulativos, finalmente diante das investigações a partir das manipulações propostas por Rossari (2000), chegamos às propriedades da expressão *na verdade*, expostas no quadro 14.

Quadro 14 – Propriedades de *na verdade*

(Continua)

PROPRIEDADES	NA VERDADE
Morfossintáticas	<p>Apresenta comportamento de expressão adverbial: forma fixa, com mobilidade no segmento.</p> <p>Não antecede à primeira formulação, ou seja, não aceita a inversão dos atos por ele ligados.</p>
Semânticas	<p>Articula segmentos numa relação não-parafrástica.</p> <p>Promove uma retrointerpretação do primeiro segmento e de informações implícitas.</p> <p>Modifica o estado de informação fornecido pelo contexto anterior por meio da introdução de um ponto de vista novo no segmento reformulado.</p> <p>Permite uma nova maneira de se apreender a realidade dos fatos.</p> <p>Promove um efeito de verdade com a introdução de novas informações no segmento reformulado.</p> <p>Realiza uma operação de revisão: o enunciado Y introduzido pela expressão traz uma informação que anula ou substitui o ponto de vista inferido com a enunciação de X.</p>

³⁶ As expressões francesas analisadas por Rossari equivalentes às que aparecem no quadro 13 são “de fait”, “en fait” e “en réalité”.

Pragmáticas	<p>Impõe uma relação não causal, não conclusiva entre estado de coisas, ou seja, sinaliza para o fato de que entre x e y não existe um elo causal, um elo conclusivo.</p> <p>Impõe uma releitura da primeira formulação.</p> <p>Impõe mudança de perspectiva enunciativa.</p>
-------------	---

O item, a seguir, trata das análises das sete ocorrências de *na verdade*, sob a perspectiva da forma de organização relacional do discurso, realizada em duas etapas.

5.2 As relações interativas genéricas e específicas ligadas ao *na verdade*

A descrição das relações interativas genéricas permite ao analista extrair o que Roulet (2002) denomina de perfil relacional do discurso, a partir das relações que predominam entre os segmentos textuais e as informações estocadas na memória discursiva.

As relações interativas genéricas podem ser explicitadas pela presença de um conector; quando não há marcas específicas para sinalizá-las; a posição dos constituintes auxilia na definição da relação. As relações interativas também podem ser evidenciadas pela estruturação sintática dos segmentos. Apresentamos a seguir as oito relações interativas genéricas, segundo Roulet, Filliettaz, Grobet (2001):

Quadro 15 - As relações interativas genéricas

Relações interativas genéricas	Conectores
Argumento (Arg)	Porque, pois, visto que, devido a, se, portanto, assim etc.
Contra-argumento (C-arg)	mas, contudo, entretanto, embora etc.
Reformulação (Ref)	ou seja, ou melhor, enfim etc.
Topicalização (Top)	Quanto a, com relação a, deslocamento à esquerda etc.
Sucessão (Suc)	em seguida, depois etc.
Preparação (Prep)	Não possuem marcas específicas.
Clarificação (Clar)	Não possuem marcas específicas.
Comentário (Com)	Não possuem marcas específicas.

Os conectores, além de sinalizarem relações interativas genéricas, constituem, para o MAM, um recurso para evidenciar a hierarquia entre os constituintes da estrutura hierárquica. Essas marcas introduzem constituintes subordinados ou principais considerando postulados do MAM. O quadro 16, a seguir, mostra a caracterização do tipo de constituinte discursivo, considerando-se as relações interativas.

Quadro 16 - Caracterização do constituinte

Conectores	Relação interativa	Estatuto do constituinte
Porque, pois, se, já que	Argumentativa (causa, justificativa, explicação)	Subordinado
Portanto, então, tão...que	argumentativa (conclusiva, consecutiva)	Principal
Mas, porém, no entanto	contra-argumentativa	Principal
Embora, apesar de	contra-argumentativa	Subordinado
Aliás, ou seja, enfim	Reformulação	Principal
Quanto a, com relação a; deslocamento à esquerda	Topicalização	Subordinado
Não há marcas específicas.	Preparação	Subordinado (precede o principal)
Não há marcas específicas.	Comentário	Subordinado (sucede o principal)
Não há marcas específicas.	Clarificação	Subordinado

Considerando as informações do quadro 16, os conectores que sinalizam uma relação argumentativa do tipo explicativa ou causal introduzem um constituinte subordinado; os conectores contra-argumentativos, como *porém*, introduzem um constituinte principal e os concessivos, como *embora*, marcam um constituinte subordinado; as expressões que caracterizam a topicalização introduzem um constituinte subordinado; os conectores de reformulação introduzem um constituinte principal. As relações de preparação, comentário e clarificação não têm marcas específicas. É a forma como um constituinte está estruturado que esclarece o analista quanto à relação que pode ser interpretada. Segundo os postulados do MAM, se o constituinte subordinado precede o principal, tem-se uma relação de preparação; se ele o sucede, tem-se a relação de comentário. A relação de clarificação ocorre quando uma troca se subordina a um constituinte principal.

Quando a relação entre uma sequência e uma informação da memória discursiva não é explicitada por um conector, ela poderá ser determinada a partir de informações de natureza referencial. São essas informações que contribuem para a inserção do conector na sequência,

uma vez que é de acordo com a interpretação da possível relação entre os constituintes que a compõem que escolhemos o conector a ser inserido.

Para analisar as ocorrências de *na verdade* nos trechos em que foi usada nos artigos de opinião, propusemos estruturas hierárquico-relacionais que correspondem à nossa interpretação da organização relacional dos trechos. Por meio dessas estruturas, expomos as hierarquias entre os constituintes textuais, bem como as relações interativas genéricas. Ainda, descrevemos a atuação de *na verdade* considerando sua significação no estabelecimento da relação discursiva entre os segmentos textuais e as informações estocadas na memória discursiva.

Na segunda etapa da análise de cada ocorrência, procedemos à descrição do percurso inferencial que conduz à interpretação da atuação da expressão, com base em suas propriedades inferenciais, que oferecem instruções sobre como tratar as informações por ele conectadas e sobre as implicações contextuais inferíveis dos segmentos linguísticos em que ela se encontra. Com a descrição do percurso inferencial, buscamos interpretar as especificidades da relação de reformulação em cada ocorrência, considerando as operações de reformulação propostas por Rossari (2000) e já expostas no segundo capítulo deste trabalho.

Para a análise da atuação de *na verdade* nos textos do *corpus*, propusemos as representações da organização relacional de cada um dos trechos em que ela se encontra, nas estruturas hierárquico-relacionais as quais possibilitam a visualização das hierarquias entre os segmentos, estando marcadas por conectores ou não. Em seguida, passamos, ao tratamento das relações interativas específicas para chegar à interpretação da atuação de *na verdade*.

Trecho 1 (1ª ocorrência) – Texto 1– “Algo de errado”

(1) Além da morte e dos impostos, (2) como é o caso para o resto da humanidade, (3) existe no Brasil uma terceira grande certeza: (4) obras públicas jamais são entregues no prazo. (5) Também podem não ser entregues nunca; (além disso) (6) é comum que, (7) uma vez concluídas, (8) estejam entre as de pior qualidade que a engenharia mundial consegue produzir (9) e sempre, em todos os casos, acabam custando muito mais caro do que deveriam. (10) Mas é o atraso na entrega, sem dúvida, a marca que mais distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras. (11) *Na verdade*, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo – (12) do trem-bala ao mais reles abrigo para um ponto de ônibus. (13) (Esse trem bala, aliás, promete. (14) Ainda não foi colocado um único metro de trilho no chão, (15) mas o preço estimado da obra já passou de 18 para 33 bilhões de

reais.) (16) Nada mais natural, assim, do que o anúncio segundo o qual não serão terminadas a tempo as majestosas obras de nove dos treze aeroportos que servem a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014.

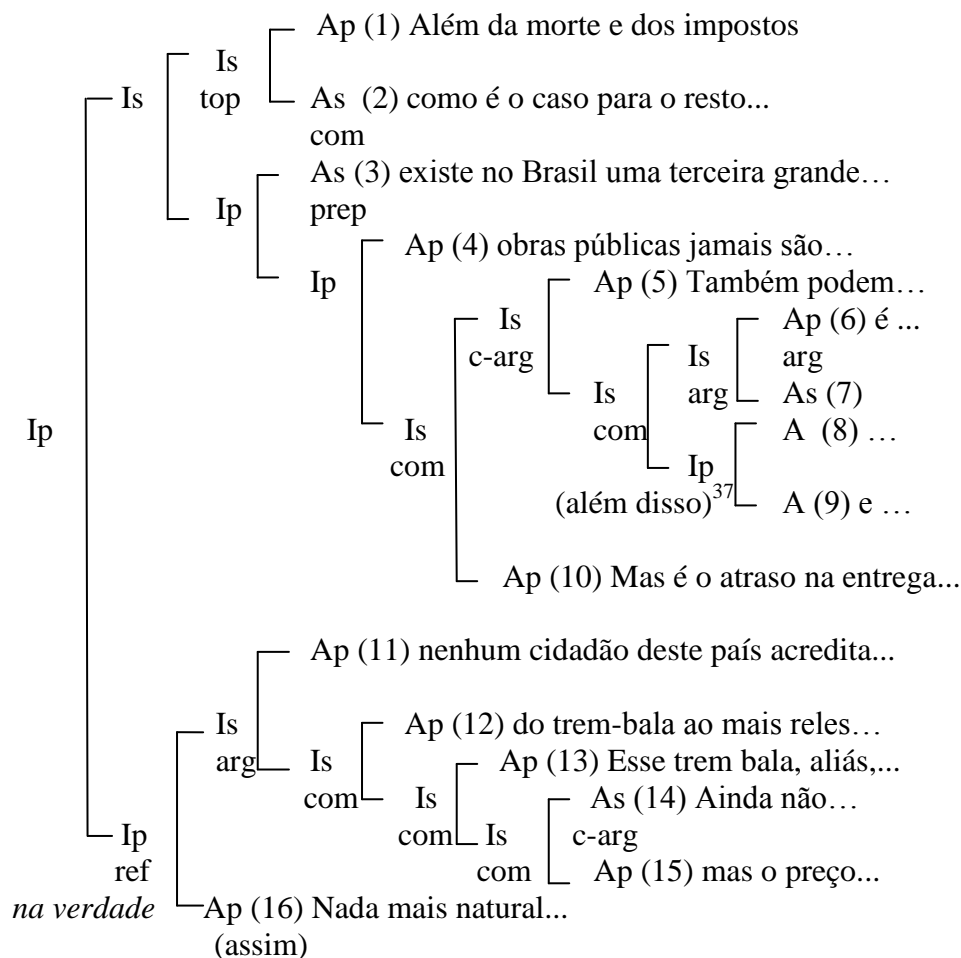


Figura 11 – Estrutura hierárquico-relacional do trecho 1 (1ª ocorrência)

O trecho representado nessa estrutura hierárquico-relacional equivale à introdução do artigo de opinião *Algo de errado*. Observamos, a partir dessa estrutura, que essa parte introdutória consiste em uma intervenção principal formada pelos atos (1-16), que traz ao leitor qual será o assunto a ser abordado no texto e em torno do qual se defenderá determinado ponto de vista, expresso no Ap (4) “obras públicas jamais são entregues no prazo”.

³⁷ Colocam-se entre parênteses as expressões que poderiam ser inseridas para a explicitação da relação interativa.

Essa grande intervenção é constituída por duas intervenções complexas, hierarquicamente ligadas por uma relação de dependência: a primeira, de estatuto subordinado, é formada por uma série de intervenções encaixadas, correspondentes aos atos (1-10); a segunda, de estatuto principal, também é formada por uma sequência de intervenções encaixadas, compostas pelos atos (11-16). São essas intervenções encaixadas que conferem à estrutura hierárquico-relacional seu grau de complexidade e conseguem deixar visível a organização dos constituintes discursivos.

A intervenção formada pelos atos (1-10) apresenta relações interativas genéricas não-marcadas e apenas uma relação marcada pela presença do conector *mas* que introduz o Ap (10), sinalizando uma relação contra-argumentativa. A Is (1-2) subordina-se à Ip (3-10), com a qual se liga por uma relação de topicalização. Essa relação genérica pode ser evidenciada pelo fato de as informações contidas nos atos (1-2) terem sido deslocadas para o início da estrutura. Já a Ip (3-10) é formada por uma série de constituintes justapostos com exceção do ato (10), marcado pelo *mas*. O As (3) precede a Ip formada pelos atos (4-10), subordinando-se a ela por uma relação de preparação, uma vez que a informação contida no A(3), “terceira grande certeza”, prepara o leitor para as outras informações que vão ser enunciadas na Ip (4-10).

Entre o Ap(4) e a Is composta pelos atos (5-10), interpretamos haver uma relação interativa de comentário. Após a afirmação categórica expressa no Ap (4), “obras públicas jamais são entregues no prazo”, o autor inicia, provocado por essa asserção, a elaboração de comentários. No interior da Is (5-10), são tecidos argumentos e um contra-argumento: “(5) Também podem não ser entregues nunca; (*além disso*) (6) é comum que, (7) *uma vez* concluídas, (8) estejam entre as de pior qualidade que a engenharia mundial consegue produzir (9) e sempre, em todos os casos, acabam custando muito mais caro do que deveriam. (10) *Mas* é o atraso na entrega, sem dúvida, a marca que mais distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras”. O Ap (10) subordina a Is(5-9) por uma relação de contra-argumento marcada pelo conector *mas*. O Ap (5) se articula à Is formada pelos atos (6-9), por uma relação de comentário. Entre a Is composta pelos atos (6-7) e a Ip constituída dos atos coordenados (8-9), há uma relação de argumento não-marcada, interpretada pela possibilidade da inserção de “além disso” na sequência. Como postula o MAM, recorre-se ao instrumento heurístico que consiste na inserção de um conector entre os constituintes justapostos para a interpretação das relações interativas não-marcadas.

Na intervenção formada pelos atos (11-16), predominam relações de comentário que são interpretadas pela posição dos constituintes. Entre a Is (11-15) e o Ap (16) interpretamos haver uma relação de argumento, do tipo conclusiva, marcada por “assim”. Ainda entre os atos (14-15) tem-se uma relação contra-argumentativa marcada pelo uso de “mas”.

Entre as duas intervenções complexas que formam essa grande intervenção, encontramos *na verdade*. Essa expressão, introduzindo o ato (11), encabeça toda a intervenção de estatuto principal, subordinando a anterior, formada pelos atos (1-10). Como postula o MAM, o conector reformulativo marca um constituinte principal. Dessa forma, *na verdade* atua como conector reformulativo. Além disso, o uso de *na verdade* promove uma transformação de uma sequência de informações, na medida em que reformula ideias que foram ativadas com a enunciação da Is (1-10).

Em “*Na verdade*, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo.”, o autor introduz as expressões “cidadão deste país” e “alguma coisa feita pelo governo”, não usadas anteriormente no texto, o que, por meio de *na verdade*, promove uma nova formulação que conduz o leitor a retrointerpretar a sequência anterior. Essa nova formulação implica uma substituição de informações apresentadas no contexto esquerdo. Nessa reformulação, fica mais claro a quem o autor se dirige, quem espera persuadir: os cidadãos deste país. Com eles, é que o autor busca estabelecer um processo de negociação. Dessa forma, o emprego de *na verdade* serve ainda para a realização de uma manobra discursiva pelo autor.

Para esclarecer a relação específica ligada ao uso de *na verdade*, adotamos os procedimentos indicados por Roulet, Filliettaz, Grobet (2001) na descrição do cálculo inferencial: elaboramos uma ou duas premissas tendo em vista informações linguísticas que podem ser enriquecidas; posteriormente, construímos outra premissa a partir das informações de ordem lexical e gramatical da expressão; por fim, outra premissa pode vir a ser formulada com base em informações de natureza referencial. Essas premissas fornecem as informações que nos permitem chegar à interpretação do papel da expressão *na verdade* na determinação da relação. Assim, recorreremos às propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas de *na verdade*. É a partir dessas propriedades que obtemos as instruções necessárias para descrever o percurso inferencial ligado a seu uso.

A explicitação das etapas de análise do percurso inferencial é fundamental para a compreensão da atuação do uso de *na verdade* nas ocorrências em estudo. Cada etapa do percurso inferencial é denominada de explicitação e implicitação e suas informações são de ordem linguística e referencial. Todos os percursos inferenciais são descritos considerando-se quatro premissas e uma conclusão. As duas primeiras premissas equivalem à fase da explicitação; as outras duas, compõem a fase da implicitação, seguida da conclusão. As duas primeiras premissas correspondem à forma lógica enriquecida; a terceira premissa considera as instruções de *na verdade*, relativas às suas propriedades; a quarta premissa parte das informações contextuais ou referenciais para se chegar à interpretação.

O percurso inferencial, da primeira ocorrência de *na verdade*, pode ser assim descrito:

Quadro 17 - Cálculo Inferencial – Texto (“Algo de errado” – 1ª ocorrência)

Premissa 1	Informação linguística enriquecida	O autor afirma ao leitor que, no Brasil, as obras públicas jamais são entregues no prazo e que o atraso na entrega é o que distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras.
Premissa 2	Informação linguística enriquecida	O autor afirma ao leitor que nenhum cidadão brasileiro crê que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo.
Premissa 3	Informação lexical (Instrução de <i>na verdade</i>)	Utiliza-se o conector <i>na verdade</i> para promover uma retrointerpretação de informações anteriormente ativadas, impondo uma revisão, com a supressão ou a substituição do que se inferiu.
Premissa 4	Informação contextual ou referencial	O governo brasileiro é alvo de críticas frequentes e os atrasos, entre outros problemas, causam descrença do cidadão.
Conclusão	Interpretação	O autor afirma ao leitor que as obras públicas jamais são entregues no prazo e que o atraso é o que distingue as obras públicas de quaisquer outras. Em seguida, o autor afirma ao leitor que nenhum cidadão brasileiro acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo.

A descrição do percurso inferencial que conduz à interpretação do uso de *na verdade* na ocorrência analisada mostra que, de fato, essa expressão promove uma reformulação, por meio de uma retrointerpretação de informações anteriores, explícitas ou implícitas. A operação se realiza de tal modo que se colocam em evidência dois novos elementos, “governo” e “cidadão”. Ocorre um processo de transformação de pontos de vista entre um

segmento e outro, na medida em que o segmento introduzido por *na verdade* leva a uma forma de se apreender a realidade de outro modo, causando um efeito de verdade. A modificação de pontos de vista é o que se denomina de mudança de perspectiva enunciativa entre estados de informação. O autor realiza uma manobra discursiva por meio da qual interpela o leitor visado, o cidadão deste país. Ou seja, ao fazer uso do conector reformulativo *na verdade*, o autor vale-se de uma estratégia para persuadir o leitor. Assim, faz uso da reformulação a serviço da argumentação.

Com a explicitação do percurso inferencial, é possível mostrar a função de *na verdade* tanto na conexão discursiva marcando uma relação de reformulação, quanto na persuasão, isto é, conduzindo o leitor a reconsiderar a interpretação, fazendo-o revisar o que tinha inferido com a informação do segmento anterior *a na verdade*. O segmento introduzido por essa expressão substitui o ponto de vista inferido com a enunciação anterior: o cidadão não crê que qualquer coisa que o governo faça, fique pronta no prazo.

Diferentemente da ocorrência anterior, *na verdade*, neste trecho, está no interior do ato. Do ponto de vista hierárquico, essa expressão não atua encabeçando uma intervenção.

Trecho 2 (2ª ocorrência) – Texto – “Algo de errado”

(28) Sua [IPEA] avaliação sobre o andamento das obras nos aeroportos é severa. (29) Em cinco delas, (30) não se conseguiu, até agora, nem mesmo concluir os projetos. (31) Seis obras não foram sequer iniciadas. (32) Faltam até autorizações do Ibama – (33) que, por sinal, exige três licenças diferentes para cada obra (34) e leva cerca de quarenta meses, em média, estudando se vai ou não aprovar um projeto. (35) Nem metade das verbas destinadas aos aeroportos entre 2003 e 2010 foi realmente aplicada. (36) O governo, *na verdade*, tem se mostrado incapaz de executar o próprio orçamento. (37) O resultado é que até este primeiro trimestre de 2011 se aplicou apenas 0,25% do que os PAC 1 e 2 previam que seria aplicado: (38) neste ritmo, (39) conseguiremos atingir no fim do ano a grande marca de 1% do que deveria ser feito.

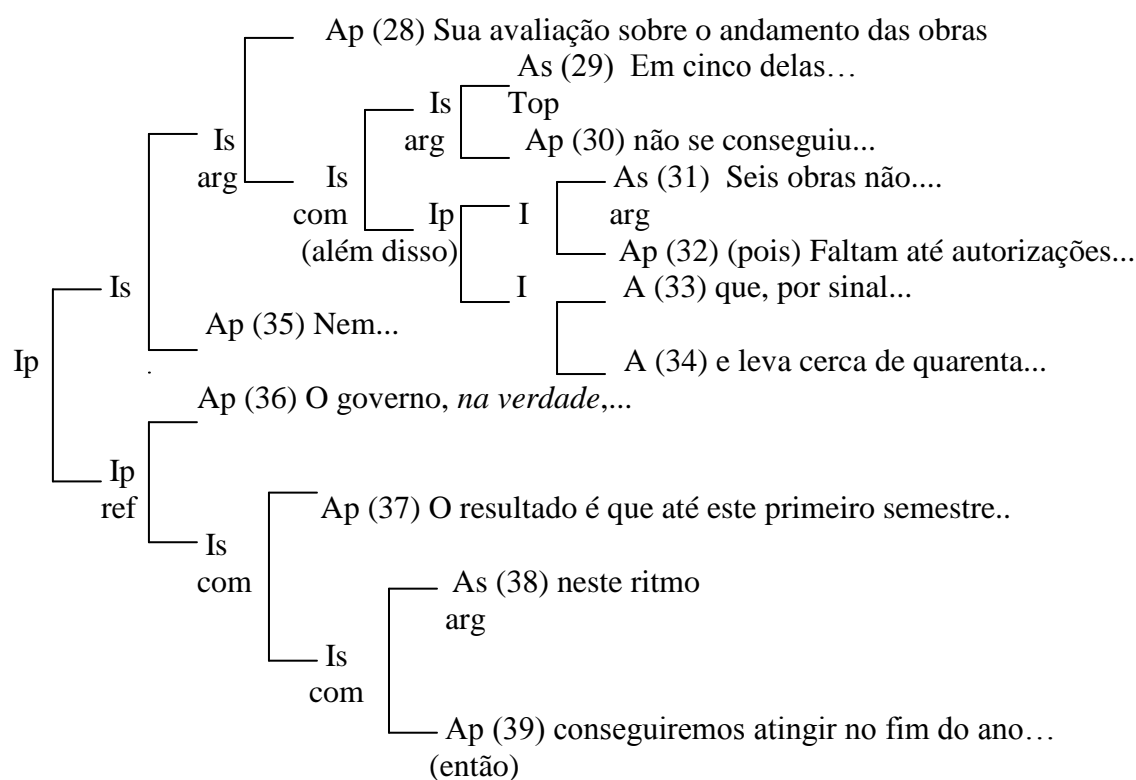


Figura 12– Estrutura hierárquico-relacional do Trecho 2 (2ª ocorrência)

A partir do esquema da figura 12, observamos que o trecho analisado é representado pela Ip (28-39). Esse esquema corresponde à parte do texto que trata dos resultados da avaliação rigorosa que o IPEA faz acerca do andamento das obras nos aeroportos brasileiros. A Ip (28-39) é formada por duas intervenções: a Is (28-35) subordina-se à Ip (36-39) com a qual se liga por uma relação de reformulação determinada por *na verdade*.

A Is (28-35) apresenta relações interativas genéricas não-marcadas. Entre a intervenção subordinada (28-34) e o ato principal (35), há a relação de argumento. Já entre o Ap (28) e a Is (29-34), há uma relação de comentário. O ato (29) está hierarquicamente subordinado ao Ap (30) por uma relação de topicalização. Entre a Is (29-30) e a Ip (31-34), há uma relação de argumento que pode ser interpretada pela inserção de *(além disso)*. A Ip (31-34) é formada por duas intervenções coordenadas: a primeira compõe-se do As (31) que está subordinado ao Ap (32) por uma relação de argumento que pode ser interpretada pela inserção de *(pois)*; a segunda é constituída por dois atos coordenados.

A intervenção principal composta pelos atos (36-39) apresenta relações marcadas e não-marcadas. O Ap (36) está subordinado à Is (37-39) por uma relação de comentário. Entre o ato principal (37) e a Is (38-39), também há uma relação de comentário; o ato (38) está subordinado ao ato (39) por uma relação de argumento do tipo conclusiva, interpretada pela possibilidade de se inserir (*então*).

A expressão *na verdade* não encabeça a Ip como na ocorrência anterior; ela se localiza no interior do ato principal, entre “o governo” e “tem se mostrado...”, promovendo a reformulação da Is (28-35). O uso de *na verdade* possibilita a retrointerpretação de informações explícitas e implícitas com a enunciação da Is (28-35). Procede-se, por meio dela, a um movimento de releitura das informações ativadas com a enunciação dessa intervenção.

No segmento, “O governo, *na verdade*, tem se mostrado incapaz de executar o próprio orçamento.”, constatamos que as informações “o governo” e “incapaz de executar o próprio orçamento” não foram contempladas no segmento anterior. Portanto são considerados pontos de vista que anunciam uma modificação nos estados de informação dos segmentos. A operação de reformulação realizada é a de anulação das informações do contexto esquerdo. Na nova formulação, torna-se evidente quem o articulista quer destacar: a instância “governo” e sua inoperância na execução de seu próprio orçamento, e não somente uma situação específica ligada à construção ou reforma dos aeroportos. Nesse sentido, o uso de *na verdade* aponta outra perspectiva diante de um mesmo acontecimento e, assim, a reformulação constitui um recurso estratégico do articulista para dar consistência a suas opiniões e, ao mesmo tempo, persuadir o leitor.

Com a finalidade de complementar o entendimento sobre a atuação de *na verdade* nesse trecho, cada etapa do percurso inferencial está descrita no quadro 18.

Quadro 18 - Cálculo Inferencial – Texto (“Algo de errado” – 2ª ocorrência)

Premissa 1	Informação Linguística	O autor afirma ao leitor que, sobre os aeroportos, há cinco obras que não saíram do projeto, seis não começaram, faltam autorizações do Ibama e metade das verbas entre 2003 e 2010 não foram aplicadas.
Premissa 2	Informação Linguística Enriquecida	O autor afirma ao leitor que o governo não está sendo capaz de executar o próprio orçamento.
Premissa 3	Informação Lexical (Instrução de <i>na verdade</i>)	Utiliza-se o conector <i>na verdade</i> para promover uma retrointerpretação de informações anteriormente ativadas, impondo uma revisão, com a supressão ou a substituição do que se inferiu.
Premissa 4	Informação Referencial	O governo brasileiro é criticado pela corrupção em diferentes setores, pela má administração, pela burocracia e pelo atraso nas obras públicas.
Conclusão	Interpretação	O autor afirma ao leitor que, sobre os aeroportos, há cinco obras que não saíram do projeto, seis não começaram, faltam autorizações do Ibama e metade das verbas entre 2003 e 2010 não foram aplicadas. Em seguida, o autor afirma ao leitor que o governo não está sendo capaz de executar o próprio orçamento.

Cada fase do percurso inferencial nos vai conduzindo à interpretação de que *na verdade* atua, de fato, como conector reformulativo. As novas informações introduzidas no segmento reformulado - “o governo” e “incapaz de executar o próprio orçamento” - trazem um acréscimo de informação que ultrapassa a não aplicação de verbas em aeroportos. Essa percepção só é possível porque a releitura do segmento anterior possibilitou que tais elementos se explicitassem para que, no segmento reformulado, houvesse referência à incapacidade do governo na execução de seu orçamento. O segmento introduzido por *na verdade* refere-se a uma informação que suprime o ponto de vista inferido a partir da enunciação anterior. Desse modo, *na verdade* proporciona a revisão do segmento anterior, a

partir da operação de supressão que anula o ponto de vista inferido com a enunciação desse segmento.

A próxima ocorrência de *na verdade* mostra que essa expressão atua em fronteira de ato, encabeçando uma intervenção de estatuto principal, assim como na primeira ocorrência analisada.

Trecho 3 (1ª ocorrência) - Texto – “A bala de prata”

(1) Votar em Dilma Rousseff não é tarefa simples. (2) *Na verdade*, é algo bem mais complexo do que comparecer à seção eleitoral (3) e cravar o 13 na urna eletrônica. (4) Por maiores que tenham sido os progressos recentes na área econômica, (5) há sérias dúvidas sobre a personalidade da candidata, (6) seu equilíbrio emocional e sua capacidade de administrar as gigantescas pressões por favores oficiais que partirão de seus próprios aliados, em especial o PT e o PMDB. (7) **Além disso**, o povo brasileiro terá de rebaixar suas expectativas em relação à Presidência da República. (8) Nem Dilma nem qualquer outro dos pretendentes ao cargo possuem as qualidades, a história ou a densidade política dos dois últimos que sentaram na cadeira. (9) E talvez o Brasil chegue à conclusão de que tanto Lula como Fernando Henrique Cardoso foram pontos fora da curva na história republicana. (10) Um luxo de 16 anos, (11) que não mais se repetirá.

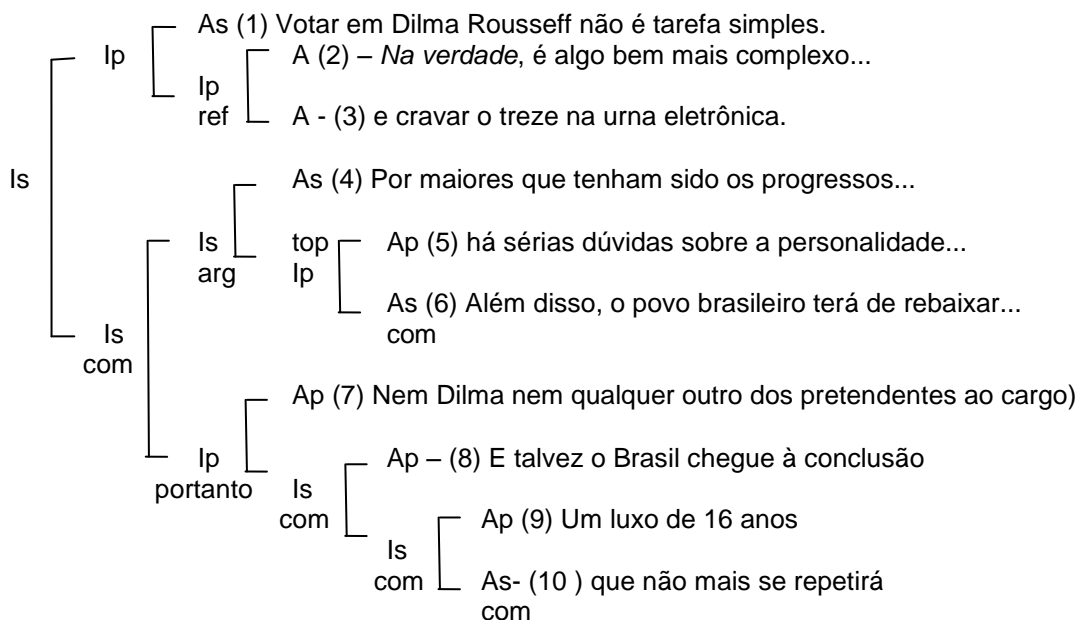


Figura 13 - Estrutura hierárquico-relacional do trecho 3 (1ª ocorrência)

Essa grande intervenção é formada por duas intervenções complexas. A primeira, de estatuto principal, é composta pelos atos (1-3); a segunda, de estatuto subordinado, é constituída pelos atos (4-10). Entre elas, há uma relação de comentário. O trecho representado na figura 13 corresponde à introdução do artigo de opinião. Nessa parte, o articulista apresenta o assunto que vai desencadear seus argumentos e comentários: o significado da complexidade que envolve votar em Dilma Rousseff.

Em “Na verdade, é algo bem mais complexo do que comparecer à seção eleitoral”, constatamos que parte da ideia contida na enunciação do ato (1) se preserva nesse segmento: “Na verdade, votar em Dilma Rousseff é algo bem mais complexo do que comparecer à seção eleitoral”. Ao relermos os dois segmentos, o uso de *na verdade* nos leva a revisar suas informações. O segmento “Votar em Dilma Rousseff não é tarefa simples” nos remete a votar em Dilma Rousseff é tarefa complicada que apresenta semelhança com “votar em Dilma Rousseff é algo bem mais complexo”. Interpretamos que essa semelhança não anula os pontos de vista inferidos entre os segmentos, apenas substitui um pelo outro.

A intervenção subordinada (4-10) apresenta relações não-marcadas. Há uma relação de argumento não-marcada entre a Is (4-6) e a Ip (7-10). A inserção do conector (*portanto*) possibilita a nossa interpretação dessa relação como de argumento do tipo conclusiva. O ato (4) está subordinado à Ip (5-6) por uma relação de topicalização. Há um deslocamento de determinadas informações que a nosso ver, pode ocorrer para mostrar sua relevância no contexto. Entre o Ap (5) e o As (6), há uma relação de comentário. Os atos principais (7-8) se articulam a intervenções de estatuto subordinado; o Ap (10) está articulado ao As (9). Entre todos eles, a relação sinalizada é a de comentário. Como o desenvolvimento do ponto de vista do articulista gira em torno das questões que envolvem a complexidade que representa votar em Dilma Rousseff, espera-se que haja, no artigo de opinião, o uso de recursos linguístico-discursivos que propiciem uma discussão em que haja comentários, argumentos, contra-argumentos, reformulações etc.

Para compreendermos que a descrição do percurso inferencial contribui, de fato, para a interpretação da atuação de *na verdade*, o cálculo inferencial do trecho que estamos analisando pode ser assim descrito:

Quadro 19 - Cálculo Inferencial – Texto (“A bala de prata” – 1ª ocorrência)

Premissa 1	Informação Linguística	O autor afirma ao leitor que votar em Dilma Rousseff não é tarefa simples.
Premissa 2	Informação Linguística Enriquecida	O autor afirma ao leitor que votar em Dilma Rousseff é algo bem mais complexo do que comparecer à seção eleitoral.
Premissa 3	Informação Lexical (Instrução de <i>na verdade</i>)	Utiliza-se o conector <i>na verdade</i> para promover uma retrointerpretação de informações anteriormente ativadas, impondo uma revisão, com a supressão ou a substituição do que se inferiu.
Premissa 4	Informação Referencial	Votar em um(a) presidente envolve a elaboração de propostas para o crescimento de um país, assim como é preciso considerar sua atuação ao longo da carreira política.
Conclusão	Interpretação	O autor afirma ao leitor que votar em Dilma Rousseff não é tarefa simples. Em seguida, o autor afirma ao leitor que votar em Dilma Rousseff é bem mais complexo do que comparecer à seção eleitoral.

Considerando as instruções expressas na premissa três, *na verdade* impõe a releitura de “Votar em Dilma Rousseff não é tarefa simples”, bem como de informações implícitas. As informações enunciadas na primeira e na segunda formulações não são as mesmas, embora mantenham alguma relação: em uma, votar em Dilma, se não é simples, parece ser tarefa difícil; enquanto em outra, votar em Dilma é algo bem mais complexo. A complexidade ultrapassa o grau de dificuldade inferido na enunciação anterior a *na verdade*.

Em “*Na verdade*, é algo bem mais complexo do que comparecer à seção eleitoral”, observamos que a reformulação é tão evidente que houve o acréscimo de novas informações que indicam a mudança de perspectiva enunciativa: “comparecer à seção eleitoral”. Além disso, a reformulação se esclarece, como já dissemos, pela operação de substituição que há quando o segmento introduzido por *na verdade* traz uma informação que substitui o ponto de vista inferido com a enunciação anterior: “é algo bem mais complexo...”.

O segmento anterior ao formulado traz uma afirmação categórica: votar em Dilma não é tarefa simples. Sob outra perspectiva, esse mesmo assunto é mostrado pelo articulista como

algo mais complexo. De certa forma, infere-se, na primeira formulação que votar em Dilma é tarefa difícil e, portanto, o que é difícil, pode tornar-se complicado e complexo. Na segunda formulação, interpretamos que há uma necessidade de se reforçar determinado ponto de vista. Novamente, verificamos, aí, um recurso estratégico para persuadir o leitor.

O segundo trecho do artigo de opinião *A bala de prata*, esquematizado na estrutura hierárquico-relacional da figura 14, mostra-nos *na verdade* no interior do ato, como aconteceu com a segunda ocorrência no trecho do texto *Algo de errado*.

Trecho 4 (2ª ocorrência) - Texto – “A bala de prata”

(24) A candidata do PT conta ainda com um trunfo. (25) É provável que ela se beneficie de um novo “voto útil”. (26) Para a grande maioria dos eleitores, (27) que provavelmente não compareceriam às urnas (28) se o voto fosse facultativo, (29) será conveniente resolver a peleja já no primeiro turno. (30) Assim, acabará logo o show de horrores e o festival de escândalos calculados para eclodir às vésperas da eleição. (31) E José Serra, (32) se continuar batendo na mesma tecla, (33) correrá o risco de chegar atrás de Marina Silva, (34) a única que tem pregado o debate no lugar do embate. (35) E cuja tendência de crescimento sobre Serra já vem sendo captada em pesquisas qualitativas. (36) O que demonstra que a bala de prata, *na verdade*, é uma gigantesca bola de chumbo amarrada ao tornozelo de José Serra.

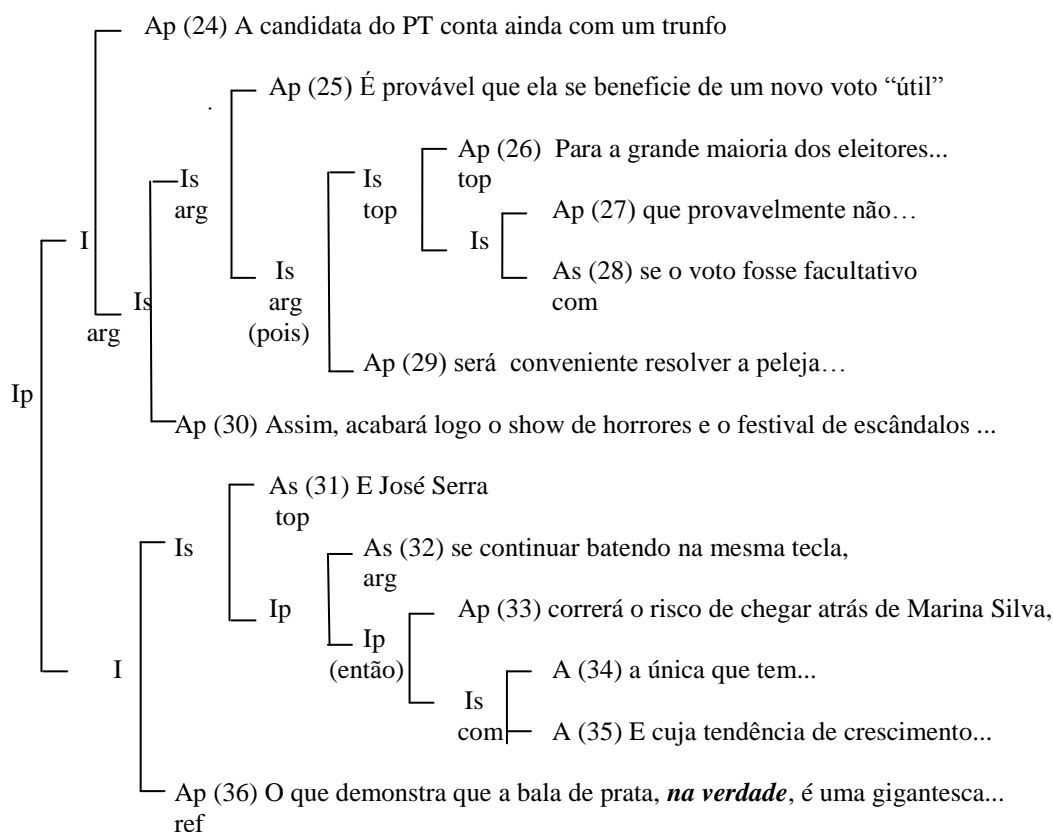


Figura 14 - Estrutura hierárquico-relacional do trecho 4 (2ª ocorrência)

A figura 14 traz a representação hierárquica da parte final do artigo de opinião “A bala de prata”. De acordo com nossa interpretação, o autor encerra o texto com uma intervenção de estatuto principal que vai do ato (24-36). Nessa intervenção, o autor refere-se ao “trunfo” que a candidata à presidência pelo partido governista demonstra ter: a possibilidade de atrair para si o voto daqueles cidadãos que não iriam às urnas se o voto fosse facultativo. O articulista enfatiza, também, nessa parte, a postura dos candidatos no processo da campanha eleitoral. Em seguida, ele finaliza a intervenção voltando ao título “A bala de prata” que pode se transformar em uma “bola de chumbo”. A imagem negativa inferida a partir da expressão “bola de chumbo”, que pode acabar prejudicando o próprio candidato, está vinculada diretamente às posturas de ataque adotadas por eles. Portanto, essa postura avaliativa do articulista no final do texto justifica o estatuto de principal para essa grande intervenção complexa. Essa Ip é formada por duas intervenções hierarquicamente coordenadas: a primeira é constituída pelos atos (24-30); a segunda, pelos atos (31-36).

O ato (24) traz a informação de que “A candidata do PT conta ainda com um trunfo”. Como o articulista ainda não anunciou qual é esse “trunfo”, esse ato encontra-se hierarquicamente subordinado à intervenção complexa formada pelos atos (25-30), por uma relação de argumento. Em seguida, o autor, ao expor qual seria o “trunfo da candidata”, vale-se da ponderação, da possibilidade, para dizer que Dilma Rousseff poderá ser favorecida pelo “voto útil”. Tais informações contidas no Ap (25) encontram-se articuladas à intervenção subordinada (26-29) por uma relação de argumento não marcada do tipo explicativa. A inserção do conector (*pois*) permite elucidar essa relação. Para expor considerações relativas à expressão “voto útil”, o Ap (26) “Para a grande maioria dos eleitores” está topicalizado, ou seja, as informações nele contidas estão deslocadas por serem relevantes e por complementarem as ideias presentes nos atos “(27) que provavelmente não compareceriam às urnas” e “(28) se o voto fosse facultativo”.

Do ponto de vista hierárquico, o Ap (26) articula-se à Is (27-28). A relação que marca esses dois atos é a de comentário. Toda a intervenção (26-28) está hierarquicamente subordinada ao Ap “(29) será conveniente resolver a peleja já no primeiro turno”, por uma relação de topicalização. Observa-se, a partir da estrutura hierárquica, que o ato (31) está na posição de destaque, porque aparece em forma de “sugestão” para que a maior parte dos eleitores resolva o problema no primeiro turno. Portanto, a I (25-30) está subordinada ao Ap (30) por uma relação de argumento do tipo conclusiva sinalizada por “assim”. Se os eleitores solucionarem “a peleja”, não conviverão mais com os embates entre os candidatos.

A segunda intervenção é formada pela Is (31-35) que se encontra subordinada ao Ap (36). Essa intervenção focaliza a postura do candidato José Serra durante a eleição. No início dessa intervenção, faz-se um alerta a José Serra que corre o risco de sair prejudicado das eleições, se mantiver a estratégia do “embate”. Na estrutura hierárquico-relacional, o ato (31) está subordinado à Ip (32-35), por uma relação de topicalização. Como o centro das considerações é José Serra, interpretamos que, hierarquicamente, essa expressão encontra-se destacada. Os argumentos e os comentários sobre essa personalidade política concentram-se em uma intervenção de estatuto principal, formada pelos atos (32-35). O ato (32) “se continuar batendo na mesma tecla” possibilita que se construa a seguinte conclusão: “(33) correrá o risco de chegar atrás de Marina Silva, (34) a única que tem pregado o debate no lugar do embate”. De acordo com o esquema, o ato (32) está hierarquicamente subordinado à Ip (33-35), por uma relação de argumento do tipo conclusiva, evidenciada pela inserção de (*então*).

O Ap (33) articula-se à Is formada pelos atos coordenados (34-35), por uma relação de comentário.

O autor finaliza o artigo com o Ap (36) “O que demonstra que a bala de prata, *na verdade*, é uma gigantesca bola de chumbo amarrada ao tornozelo de José Serra”. Conforme a estrutura hierárquico-relacional, *na verdade* pertence ao ato que reformula a intervenção formada pelos atos (31-35).

O uso dessa expressão ocasiona a retrointerpretação de toda a intervenção anterior e/ou de uma informação implícita. O segmento reformulado traz a imagem deteriorada do candidato José Serra, além das expressões “bala de prata” e “bola de chumbo”. A articulação desses três elementos, na enunciação do segmento, revela que as atitudes insistentes de combate na campanha eleitoral podem ter o efeito contrário para o candidato José Serra. Aquilo que parece ser positivo pode assumir características negativas. As informações enunciadas no Ap (38) mostram uma mudança de perspectiva enunciativa que se esclarece quando o uso de *na verdade* conduz o leitor à primeira formulação, obrigando-o a retrointerpretar as informações ali contidas e as que estão implícitas. A retrointerpretação, manifestada nas novas informações enunciadas no segmento reformulado, indicam a atuação reformulativa de *na verdade*.

O ato (36) também pode ser interpretado como uma oração apositiva “desgarrada”, nos dizeres de Decat (2004). A oração desgarrada ocorre em estrutura que constitui uma unidade de informação à parte. Ela pode se assemelhar a um adendo, tendo um caráter parentético. Nesse trecho, ela traz uma informação não integrada ao conteúdo da proposição anterior. Nesse sentido, a oração por si só já consiste num recurso sintático usado para dar relevo ou ênfase ao que é dito no trecho analisado. A conjunção dessa estrutura desgarrada com o uso de *na verdade* pode ser interpretada como uma estratégia do autor de concluir seu texto retomando a ideia de que a estratégia do programa de José Serra de sempre procurar uma bala de prata que atinja o peito de Dilma resulta numa complicação para o candidato. Ou, por meio do ato (36), o autor lança mão de duas estratégias para avaliar a atitude de José Serra de continuar batendo na mesma tecla e promover uma retrointerpretação das informações apresentadas nos constituintes anteriores.

Passamos à descrição do percurso inferencial que possibilita evidenciar como se chega à interpretação de *na verdade* nessa ocorrência.

Quadro 20 - Cálculo Inferencial – Texto (A bala de prata – 2ª ocorrência)

Premissa 1	Informação Linguística	O autor afirma ao leitor que se José Serra continuar batendo na mesma tecla, correrá o risco de chegar atrás de Marina Silva, a única que tem pregado o debate no lugar do embate e cuja tendência de crescimento sobre Serra já vem sendo captada em pesquisas qualitativas.
Premissa 2	Informação Linguística Enriquecida	O autor afirma ao leitor que a bala de prata acaba sendo uma gigantesca bola de chumbo amarrada ao tornozelo de José Serra.
Premissa 3	Informação Lexical (Instrução de <i>na verdade</i>)	Utiliza-se o conector <i>na verdade</i> para promover uma retrointerpretação de informações anteriormente ativadas, impondo uma revisão, com a supressão ou a substituição do que se inferiu.
Premissa 4	Informação Referencial	Em uma campanha eleitoral, é comum que os candidatos debatam suas propostas e se confrontem.
Conclusão	Interpretação	O autor afirma ao leitor que se José Serra continuar batendo na mesma tecla, correrá o risco de chegar atrás de Marina Silva, a única que tem pregado o debate no lugar do embate. Em seguida, o autor afirma ao leitor que a bala de prata acaba sendo uma gigantesca bola de chumbo amarrada ao tornozelo de José Serra.

As informações contidas no segmento “O que demonstra que a bala de prata, *na verdade*, é uma gigantesca bola de chumbo amarrada ao tornozelo de José Serra” podem ser interpretadas a partir da enunciação das informações anteriores ao uso de *na verdade*. A revisão dessas informações indica que as atitudes combativas de José Serra podem ser associadas à expressão “bola de chumbo”. Os ataques que o candidato profere podem se transformar em uma “bola de chumbo” que o arrastará para uma posição ruim em relação aos outros candidatos. Desse modo, o segmento introduzido por *na verdade* traz informações que substituem o ponto de vista inferido com a enunciação anterior.

O artigo de opinião *Um novo jeito de fazer um governo de coalizão* está esquematizado na estrutura hierárquico-relacional da figura 15. A expressão *na verdade* localiza-se em fronteira do ato, encabeçando uma Ip.

Trecho 5 (Uma ocorrência) - Texto – “Um novo jeito de fazer um governo de coalizão”

(1) Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. (2) *Na verdade*, o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão. (3) Tão duro quanto fazer a partilha entre as legendas é estabelecer como tais ministros vão perseguir as metas da presidente Dilma (4) e como ela irá cobrá-los.

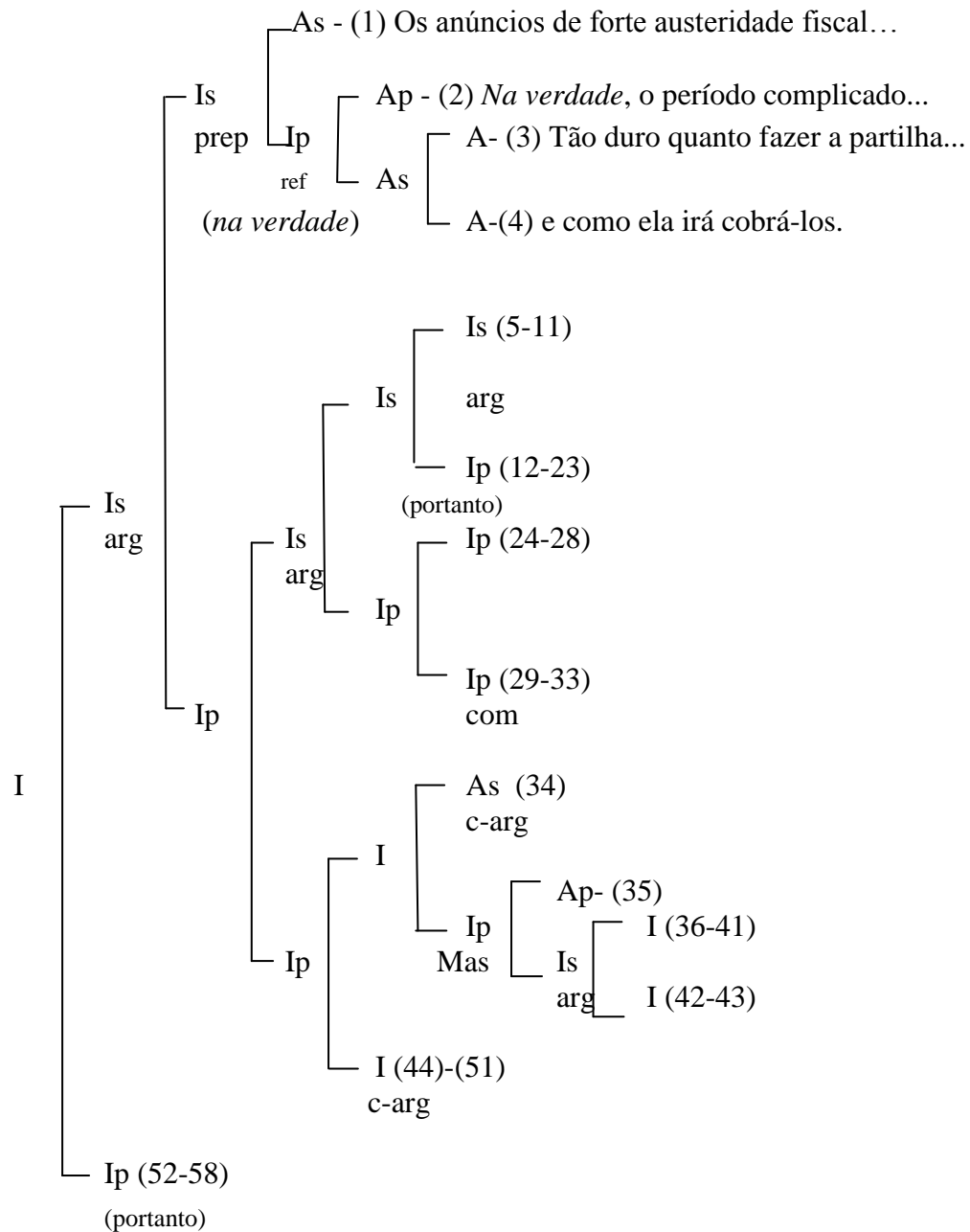


Figura 15 - Estrutura hierárquico-relacional do trecho 5 (uma ocorrência)

O texto *Um novo jeito de fazer um governo de coalizão* está representado, na figura 15, por uma grande intervenção, formada pela Is (1-51) e pela Ip (52-58) com a qual se liga por uma relação de argumento não marcada. Interpretamos essa relação pela inserção do conector (*portanto*).

Considerando o esquema hierárquico da figura 15, entre a Is (1-4) e a Ip (5-51), há uma relação de preparação. Na Is (1-4), o autor do artigo organiza algumas ideias que preparam o desenvolvimento do tema que se resume à dificuldade na distribuição dos cargos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão. A ocorrência de *na verdade* se dá na introdução do artigo de opinião e, no esquema, a expressão localiza-se na Ip (2-4). Nessa intervenção, o autor salienta que o período complicado da transição governamental esteve relacionado à distribuição dos ministérios mais ligados à busca de apoio dos partidos de coalizão, e não à montagem da equipe econômica.

Segundo o esquema arbóreo, a expressão *na verdade* encabeça a Ip (2-4) e, assim, reformula apenas o As (1). Considerando as informações do Ap (2) “*Na verdade*, o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão”, verificamos que o uso de *na verdade* possibilita uma modificação das informações enunciadas no ato (1). O uso da expressão “período complicado”, no segmento reformulado, remete à expressão “fase mais difícil”, usada na primeira formulação. As outras informações do Ap (2) não estão explícitas no ato (1), mas estão relacionadas a situações específicas do governo brasileiro. Diante desses elementos, há, sim, um movimento de releitura que se instaura entre as informações, com mudança de perspectiva enunciativa.

Com a reformulação das informações na introdução, o texto passará a ser desenvolvido a partir da ideia da construção de uma coalizão multipartidária. Notamos, assim, que o conector, sinalizando a reformulação, exerce um papel importante na organização do texto, pois além de trazer novas informações que não estavam no segmento anterior ao reformulado, contribui para o prosseguimento do texto. Um ponto importante a se destacar é o fato de a retrointerpretação possibilitar que informações como “foi a fase mais difícil” sejam substituídas para “o período complicado começa agora”.

Visando completar a análise dessa ocorrência, efetuamos a descrição do percurso inferencial para nos auxiliar na compreensão do funcionamento discursivo de *na verdade* como conector reformulativo.

Quadro 21 - Cálculo Inferencial – Texto (Um novo jeito de fazer um governo de coalizão)

Premissa 1	Informação Linguística	O autor afirma ao leitor que os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental.
Premissa 2	Informação Linguística Enriquecida	O autor afirma ao leitor que o período complicado começa com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.
Premissa 3	Informação Lexical (Instrução de <i>na verdade</i>)	Utiliza-se o conector <i>na verdade</i> para promover uma retrointerpretação de informações anteriormente ativadas, impondo uma revisão, com a supressão ou a substituição do que se inferiu.
Premissa 4	Informação Referencial	A transição de um governo enfrenta dificuldades diversas, sendo necessário fazer acordos, alianças, distribuição de cargos, de postos ministeriais entre os partidos da coalizão.
Conclusão	Interpretação	O autor afirma ao leitor que os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental. Em seguida, o autor afirma ao leitor que o período complicado começa com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.

Em “(2) *Na verdade*, o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão”, o uso dessa expressão provoca uma mudança de perspectiva enunciativa que pode ser percebida quando o uso de *na verdade* leva o leitor a retrointerpretar toda a informação inferida a partir da primeira formulação. Essa retrointerpretação evidencia, a nosso ver, uma recusa, uma renúncia às informações. O processo de negação fica evidente quando se determina que o período difícil da transição governamental começa com a definição dos cargos dos ministérios ligados à

busca de apoio dos partidos de coalizão e não com a montagem da equipe econômica. Portanto, o movimento de retrointerpretação mostra que, por meio do uso de *na verdade*, procede-se a uma anulação do ponto de vista que foi inferido com a enunciação do segmento anterior a *na verdade*. Com base em Rossari (2000), interpretamos que a segunda formulação traz uma informação que anula o ponto de vista inferido com a enunciação anterior, ocorrendo, então, uma supressão.

Nessa próxima ocorrência, o esquema da figura 16 mostra *na verdade* encabeçando uma intervenção de estatuto principal, como se deu com três ocorrências já analisadas.

Trecho 6 (1 ocorrência) - Texto – “Metamorfose”

(36)O fato é que o presidente da República tem no momento duas possibilidades à sua frente, (37)e nenhuma é animadora. (38)Uma vitória do candidato da oposição, José Serra, no turno decisivo das eleições seria tão ruim, do seu ponto de vista, (39)que nem o próprio Lula, provavelmente, é capaz de imaginar as reações que poderia ter diante de uma calamidade dessas. (40)Uma vitória da candidata oficial, Dilma Rousseff, seria melhor, é claro, (41até porque ela sempre deverá ao presidente 100% dos votos que recebeu no primeiro turno (42)e vai receber no segundo. (43)É melhor, (44) mas não resolve. (45)*Na verdade*, ninguém resolve a vida de quem quer ficar (46)mas precisa sair – (47)e, se acaso alguém pudesse resolver, (48)esse alguém certamente não seria o sucessor.

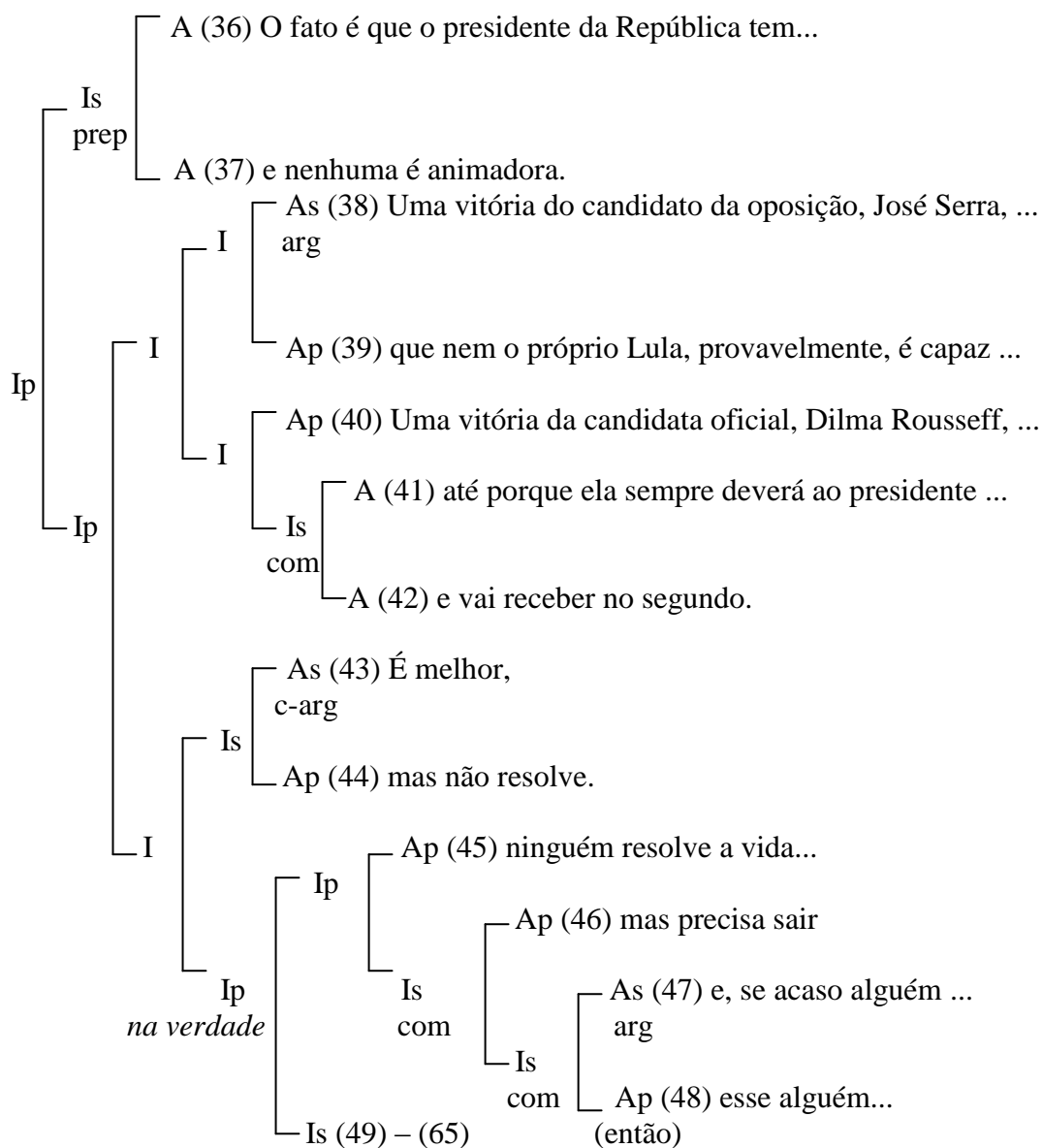


Figura 16 - Estrutura hierárquico-relacional do trecho 4 (uma ocorrência)

Essa grande intervenção principal corresponde a uma parte do desenvolvimento do artigo de opinião “Metamorfose”. O assunto desse trecho trata de três aspectos: a possibilidade de José Serra ou Dilma ganharem a eleição presidencial, uma vez que Lula não poderá mais exercer o cargo de Presidente da República; o fato de Lula não desejar sair da presidência, após dois mandatos consecutivos; a vida comum que um ex-presidente passa a levar.

Seguindo o esquema hierárquico da figura 16, inicialmente, há uma preparação para citar quais são as duas possibilidades pouco animadoras para Lula em relação à disputa eleitoral no Brasil. Não há referência a essas duas possibilidades na Is (36-37) subordinada à Ip (38-65) com a qual se liga por uma relação de preparação. Essa Ip é formada por duas intervenções coordenadas: I(38-42) e I(43-65).

A intervenção (38-42) também é formada por duas intervenções coordenadas. Na intervenção (38-39), a vitória de José Serra nas eleições seria o motivo que levaria Lula a ter reações inimagináveis. Observamos, então, na figura 16, que o ato (38) está subordinado ao ato (39) por uma relação de argumento do tipo consecutiva, marcada por “tão...que”. O Ap (40) traz a informação de que a vitória de Dilma Rousseff agrada a Lula. No esquema hierárquico, esse ato está subordinado aos comentários (41) “até porque ela sempre deverá ao presidente 100% dos votos que recebeu no primeiro turno” (42) “e vai receber no segundo”. Em seguida, afirma-se categoricamente no ato (43) que “é melhor” a vitória de Dilma para Lula. Já no ato (44), o conector *mas* lança uma oposição em “mas não resolve”. Esses dois atos estão subordinados hierarquicamente por uma relação de contra-argumento determinada pelo *mas* e se encontram em uma intervenção subordinada. A expressão *na verdade* reformula a Is (43-44).

Os atos (45-48) informam que as pessoas não podem resolver a vida de um presidente que deseja permanecer no cargo, mas precisa sair dele. Se houvesse a possibilidade de resolver, não seria o sucessor. A Ip (45-48) é encabeçada por *na verdade* e reformula a Is (43-44).

Em “(45) *Na verdade*, ninguém resolve a vida de quem quer ficar”, a expressão *na verdade* possibilita ao autor introduzir uma nova formulação que conduz o leitor a retrointerpretar a sequência anterior. Com a enunciação do ponto de vista anterior a *na verdade*, interpretamos que, na segunda formulação, “ninguém resolve a vida” mantém relação com “mas não resolve”. Há, também, o acréscimo de outras informações: “de quem quer ficar”. O conjunto das informações veiculadas no ato (45) mostra a partir da enunciação anterior, que a reformulação é promovida pelo uso de *na verdade*.

O cálculo inferencial contribui para que a interpretação da atuação de *na verdade* se complemente.

Quadro 22 - Cálculo Inferencial – Texto (“Metamorfose”)

Premissa 1	Informação Linguística	O autor afirma ao leitor que uma vitória da candidata oficial, Dilma Rousseff, seria melhor, mas não resolve.
Premissa 2	Informação Linguística Enriquecida	O autor afirma ao leitor que ninguém resolve a vida de quem quer ficar na Presidência.
Premissa 3	Informação Lexical (Instrução de <i>na verdade</i>)	Utiliza-se o conector <i>na verdade</i> para promover uma retrointerpretação de informações anteriormente ativadas, impondo uma revisão, com a supressão ou a substituição do que se inferiu.
Premissa 4	Informação Referencial	Após dois mandatos consecutivos, o Presidente da República, no Brasil, não pode se reeleger, ou seja, não pode ficar na Presidência.
Conclusão	Interpretação	O autor afirma ao leitor que é melhor a vitória de Dilma para o presidente Lula, mas não resolve seu problema em não querer deixar a presidência. Em seguida, o autor afirma ao leitor que ninguém resolve a vida de quem quer ficar na Presidência.

A explicitação das etapas do percurso inferencial facilita a compreensão de *na verdade* como conector reformulativo. O uso de *na verdade*, segundo a conclusão do quadro 22, leva o leitor a reconsiderar, a revisar as informações enunciadas a partir do segmento “É melhor, mas não resolve”, colocando em evidência, na nova formulação “ninguém resolve a vida” e “de quem quer ficar”. Esse movimento de revisão mostra que há uma substituição do ponto de vista inferido com a enunciação anterior: para o presidente Lula, é melhor a vitória de Dilma; mas o sucessor, assim como ninguém, poderá não resolver a vida de um ex-presidente.

A próxima ocorrência está representada no esquema hierárquico-relacional da figura 17 que corresponde ao uso de *na verdade* atuando em fronteira de ato.

Trecho 7 (1 ocorrência) - Texto – Nós e eles

(31) A questão a ser colocada é muito simples: (32) de que têm medo os tucanos? (33) Deveriam mesmo temer a polarização proposta pelo PT? (34) *Na verdade*, seria muito mais simples – e bem mais eficiente – defender o Plano Real, (35) do qual o governo Lula se beneficia até hoje, (36) e até

mesmo as privatizações, (37) que fizeram com que cada brasileiro pudesse ter um telefone, (38) evitaram que a Embraer falisse (39) e ainda permitiram que uma empresa como a Vale se tornasse a maior do mundo em seu setor. (40) Muito do que Lula hoje colhe foi plantado por seus antecessores. (41) Ou seja: a popularidade desfrutada pelo grupo que Dilma chama de “nós” não seria a mesma sem tudo aquilo que “eles” fizeram.

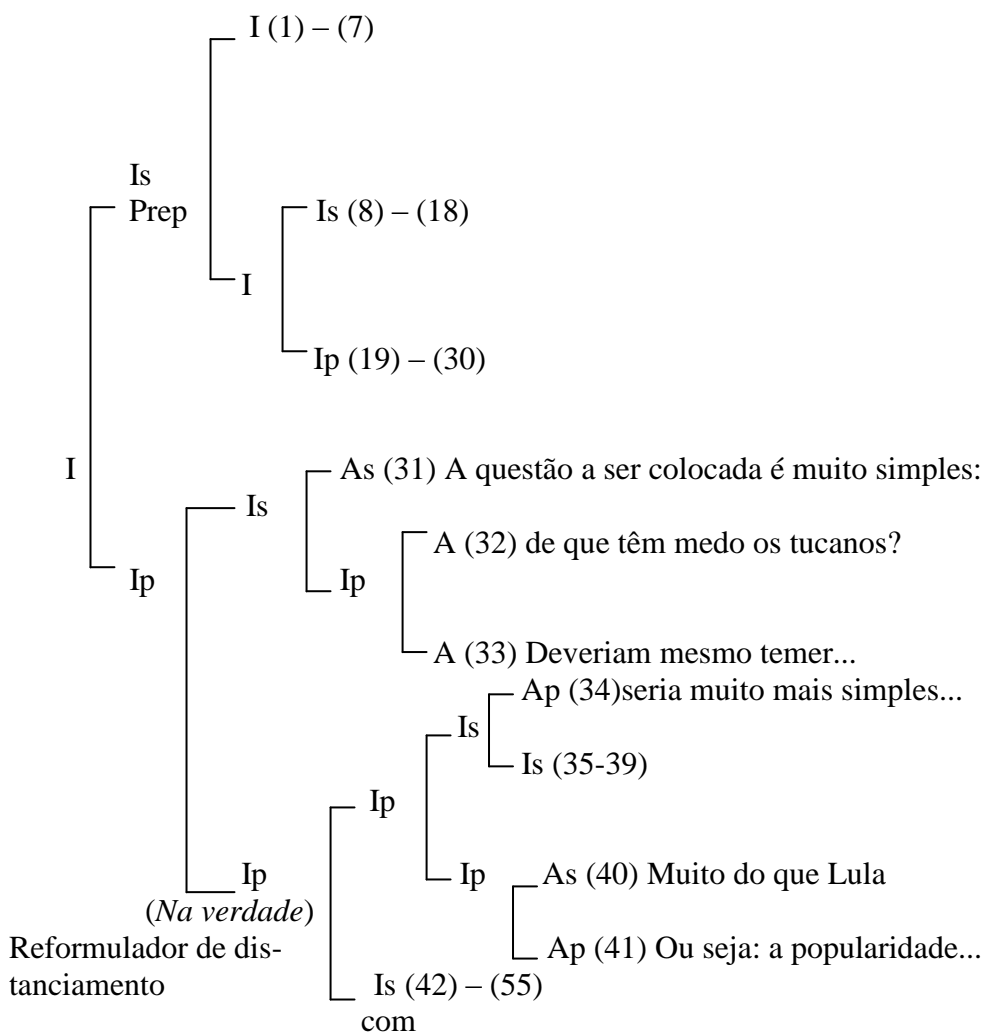


Figura 17 - Estrutura hierárquico-relacional do trecho 5

O trecho do artigo de opinião “Nós e eles”, representado na figura 17, equivale à parte final do desenvolvimento do texto que traz questões envolvendo a polarização entre PT e PSDB na eleição. A figura 17 nos mostra uma grande intervenção formada por duas intervenções complexas: a I (1-30), subordina-se a Ip (31-55), com a qual se liga por uma relação de preparação. Todas as informações contidas na Is (1-30) são construídas para preparar a questão que será anunciada pelo articulista. O autor ainda não expôs a questão e, por esse

motivo, essa informação localiza-se em um ato subordinado a uma intervenção principal formada por dois atos coordenados. O ato (31) traz a informação que questiona quais seriam os temores tucanos e o ato (32) “responde” em forma de pergunta a um dos medos tucanos relativo à polarização proposta pelo PT. Esses atos coordenados formam a I (31-33) que está subordinada à Ip (34-55).

A Ip (34-55) é encabeçada por *na verdade* que atua reformulando toda a Is (31-33). Em “*Na verdade*, seria muito mais simples – e bem mais eficiente – defender o Plano Real”, o uso de “seria muito mais simples” relaciona-se a uma informação enunciada no segmento anterior; “e bem mais eficiente” e “defender o plano real” não foram explicitadas anteriormente. Desse modo, *na verdade* atua como conector reformulativo, promovendo a modificação de uma sequência de informações, ao reformular ideias que foram ativadas com a enunciação da Is (31-33). A nova formulação revela que se procedeu a uma anulação dessas informações, pois se desconsidera a polarização para que os tucanos se centrem na defesa do plano real. O uso de *na verdade* ocorre como um recurso estratégico do articulista para que possa apresentar aos tucanos a sugestão de defender o plano real.

Passamos a efetuar o cálculo inferencial para descrevermos a atuação de *na verdade* nessa ocorrência.

Quadro 23 - Cálculo Inferencial – Texto (Nós e eles)

(Continua)

Premissa 1	Informação Linguística	O autor afirma ao leitor que a questão a ser colocada é simples e pergunta qual é o medo dos tucanos e se eles deveriam mesmo temer a polarização proposta pelo PT.
Premissa 2	Informação Linguística Enriquecida	O autor afirma ao leitor que seria muito mais simples e bem mais eficiente defender o Plano Real.
Premissa 3	Informação Lexical (Instrução de <i>na verdade</i>)	Utiliza-se o conector <i>na verdade</i> para promover uma retrointerpretação de informações anteriormente ativadas, impondo uma revisão, com a supressão ou a substituição do que se inferiu.
Premissa 4	Informação Referencial	A polarização partidária existe no Brasil e gera conflitos, entre partidos como PT e PSDB, que podem girar em torno de suas propostas para a sociedade.

Conclusão	Interpretação	O autor afirma ao leitor que a questão a ser colocada é simples e pergunta qual é o medo dos tucanos e se eles deveriam mesmo temer a polarização proposta pelo PT. Em seguida, o autor afirma ao leitor que seria muito mais simples e bem mais eficiente defender o Plano Real.
-----------	---------------	---

O uso de *na verdade* conduz o leitor a voltar à primeira formulação que expõe duas questões envolvendo os tucanos. Nesse movimento de releitura, ou seja, de retrointerpretação, há uma mudança de perspectiva enunciativa entre os segmentos envolvidos. Interpretamos que a segunda pergunta responde a primeira: “(32) de que têm medo os tucanos? (33) Deveriam mesmo temer a polarização proposta pelo PT?”. Além disso, verificamos que a segunda pergunta passa a concentrar o questionamento do autor: há motivos para os tucanos terem medo da polarização proposta pelo PT.

A nova formulação, “(34) *Na verdade*, seria muito mais simples – e bem mais eficiente – defender o Plano Real”, sugere aos tucanos deixar de lado esse temor para se dedicarem à defesa do plano real. Nesse sentido, o movimento de retrointerpretação que *na verdade* instaura, ao conduzir o leitor à primeira formulação, nos sugere que está se operando uma renúncia a um ponto de vista inferido a partir de sua enunciação. Ou seja, o uso de *na verdade*, ao promover uma revisão, anula ou suprime o ponto de vista inferido com a enunciação da primeira formulação.

5.3 Síntese

Neste capítulo abordamos o funcionamento de *na verdade* do ponto de vista da forma de organização relacional do discurso. Inicialmente, fizemos um levantamento das propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas da expressão. Em seguida, considerando as análises das estruturas hierárquico-relacionais de cada ocorrência do *corpus*, descrevemos quais são as relações interativas genéricas que articulam os segmentos a informações estocadas na memória discursiva. Finalmente, procedemos à descrição do percurso inferencial de cada ocorrência de *na verdade* a partir do cálculo inferencial efetuado. Essa trajetória possibilitou que extraíssemos as seguintes considerações sobre o funcionamento de *na verdade* sob a perspectiva da organização relacional do discurso:

- pode se articular a uma intervenção de estatuto subordinado formada por uma sequência de atos ou a um ato subordinado apenas;

- encabeça uma intervenção de estatuto principal em cinco ocorrências analisadas; em duas, *na verdade* aparece no interior de um ato principal.

- atua como um conector reformulativo que articula um segmento a uma informação da memória discursiva; essa informação pode corresponder a um segmento imediatamente precedente ou a uma sequência de segmentos e/ou a informações implícitas.

- atua, de fato, como conector reformulativo não-parafrástico, desempenhando importante função na organização do discurso;

- determina a relação interativa de reformulação por se apresentar explicitamente no segmento;

- promove a retrointerpretação de pontos de vistas inferíveis com a enunciação das informações relativas à primeira formulação;

- realiza uma revisão de informações anteriormente ativadas com a substituição ou a supressão do que se inferiu no contexto à esquerda;

- impõe uma mudança de perspectiva enunciativa que ocorre pela modificação entre os estados de informação entre os segmentos;

- possibilita a realização de uma manobra discursiva para persuadir o leitor;

- guia o leitor no percurso interpretativo;

- permite que haja uma possibilidade interpretativa em relação às operações de reformulação processadas entre um segmento e uma informação da memória discursiva.

O quadro a seguir mostra o resultado de nossa interpretação:

Quadro 24 – Tipos de operações

1 ^a ocorrência	2 ^a ocorrência	3 ^a ocorrência	4 ^a ocorrência	5 ^a ocorrência	6 ^a ocorrência	7 ^a ocorrência
substituição	supressão	substituição	substituição	supressão	substituição	Supressão

Em três ocorrências, realizou-se a operação de supressão; em quatro, a de substituição. A identificação dessas operações está ligada à interpretação que se faz a partir dos segmentos articulados por *na verdade*. Sua atuação nos mostra como essa expressão age promovendo a produção de uma relação de discurso. Portanto, o exame que se faz de um conector permite elucidar o tipo de operação que cada um efetua para produzir uma relação discursiva.

O próximo capítulo consiste na apresentação da síntese de nosso trabalho. Procuramos mostrar como alcançamos o objetivo final: compreender o funcionamento discursivo de *na verdade*.

6 Considerações finais

Este trabalho de pesquisa foi guiado pela hipótese de que *na verdade* atua como conector que sinaliza uma relação de reformulação entre um segmento discursivo e uma informação estocada na memória discursiva. Considerando essa hipótese, desenvolvemos um estudo visando compreender o funcionamento discursivo dessa expressão em artigos de opinião. Buscamos uma teoria que nos proporcionasse essa compreensão a partir de uma análise global que integrasse informações morfossintáticas, semânticas e situacionais. Dessa forma, passamos a considerar a hipótese de que o Modelo de Análise Modular apresenta um instrumental teórico-metodológico eficiente para descrever e explicar o funcionamento discursivo de *na verdade*, uma vez que a proposta desse modelo é a de conjugar informações provenientes de diferentes dimensões – linguística, textual e situacional – para compreender a complexidade da organização do discurso. Escolhemos o Modelo Modular como instrumental teórico-metodológico e, assim, centramos a análise de *na verdade* na forma de organização relacional do discurso que, no MAM, é a forma de organização que se dedica ao estudo dos conectores.

Traçamos, assim, um percurso que nos proporcionou abordar o estudo dos conectores em diferentes áreas dos estudos linguísticos, desde abordagens focadas em elementos morfossintáticos e semânticos, até chegarmos à pragmática. Em seguida, pesquisamos como diferentes autores definem a relação de reformulação e os conectores reformulativos. Esse estudo nos trouxe informações relevantes que contribuíram para que fizéssemos um levantamento das propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas de *na verdade*.

Com a definição do referencial teórico-metodológico, mostramos em que consiste o Modelo Modular, a sua proposta teórico-metodológica; apresentamos os fundamentos do módulo hierárquico, já que é a fase do MAM considerada fundamental para o estudo da forma de organização relacional; explicamos as características da primeira e da segunda etapas da forma de organização relacional; traçamos os procedimentos metodológicos que nos possibilitaram constituir o *corpus* desta pesquisa e de todo percurso de análise.

Passamos para o estudo do funcionamento discursivo de *na verdade* seguindo estas etapas: analisamos as estruturas hierárquicas de cada trecho com a ocorrência de *na verdade*, conjugando-as com informações de ordem relacional, com o objetivo de apontar as relações

interativas genéricas encontradas naquele contexto e descrever a atuação de *na verdade* nas estruturas hierárquico-relacionais, com a finalidade de verificar se o seu comportamento era, de fato, o de um conector que articula um segmento a uma informação da memória discursiva, representada por uma informação precedente e/ou implícita; completamos a análise do ponto de vista da organização relacional descrevendo o percurso inferencial que conduz à interpretação específica ligada ao uso de *na verdade* em cada ocorrência da expressão.

Ao estudarmos o funcionamento de *na verdade* sob a perspectiva da forma de organização relacional do discurso, mostramos que nossas interpretações acerca dos esquemas hierárquico-relacionais e dos percursos inferenciais nos permitem concluir que *na verdade* atua nos trechos analisados como conector reformulativo corroborando, assim, nossa hipótese apresentada sobre o funcionamento dessa expressão.

O comportamento de *na verdade* ofereceu respaldo às questões inicialmente levantadas na introdução deste trabalho: *Na verdade* articula um segmento a uma informação da memória discursiva? Se sim, quais são as propriedades lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas dessa expressão? Como se dá o funcionamento discursivo de *na verdade*? Ela sinalizaria uma relação de reformulação? De fato, essa expressão atua como conector que determina a relação discursiva de reformulação ao articular um segmento a uma informação da memória discursiva. Destacamos aqui que *na verdade* não se articula apenas a um segmento imediatamente precedente; essa expressão pode se conectar a uma sequência de segmentos e/ou a informações implícitas. Sua atuação promove, ainda, uma releitura dos pontos de vistas inferíveis com a enunciação do segmento anterior, impondo uma revisão dessas informações ativadas, possibilitando a substituição ou a supressão do que foi inferido no contexto à esquerda. A informação contida no segmento introduzido por *na verdade* suprime um ponto de vista em alguns contextos; já em outros, substitui o ponto de vista inferido com a enunciação anterior ao uso de *na verdade*. O modo como essa expressão age revela como ela exerce papel fundamental na articulação das informações. Referindo-nos, especificamente, aos artigos de opinião que compõem o *corpus* deste trabalho, o uso de *na verdade*, ao determinar a relação de reformulação, representa para o articulista um meio pelo qual ele pode valer-se de uma manobra discursiva para persuadir o leitor. Como já foi dito, a reformulação pode atuar servindo à argumentação.

A atuação de *na verdade* mostrou-nos, também, que essa expressão impõe uma mudança de perspectiva enunciativa, já que há uma alteração entre os estados de informação entre os segmentos articulados. Essa modificação traz informações novas que remetem a outras vozes, a outros discursos que não estavam explícitos ou ainda não tinham sido mencionados no texto. No trecho do artigo *Algo de errado* (Texto 1 do anexo) – “*Na verdade*, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo – os termos *cidadão* e *governo* ainda não tinham sido explicitados no texto. Essas instâncias são fundamentais à compreensão da atuação de *na verdade* como expressão reformulativa que promove uma mudança de perspectiva enunciativa entre um segmento e uma informação da memória discursiva. O MAM propõe como análise para a compreensão dessa multiplicidade de vozes no discurso as formas de organização enunciativa e polifônica.

Considerando que *na verdade* ainda não tinha sido estudada como conector reformulativo, esperamos ter dado nossa contribuição com os resultados alcançados e expostos, sobretudo, no quinto capítulo, como um ponto de partida para outras pesquisas sobre esse e outros conectores reformulativos que posteriormente poderão ser desenvolvidas, buscando suprir a carência de estudos sobre as operações de reformulação em língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, Fernando. Um novo jeito de fazer um governo de coalizão. *Época*. São Paulo, 29 novembro. 2010.
- _____. Os dois engodos do segundo turno. *Época*, 18 outubro. 2010.
- _____. As duas estratégias erradas do congresso. *Época*, 13 dezembro. 2010.
- _____. Dilma e o fetiche da mulher no poder. *Época*, 08 novembro. 2010.
- _____. Distritão, uma ideia que piora os vícios da política. *Época*, 28 fevereiro. 2011.
- _____. Lula, Fernando Henrique e o carnaval de números. *Época*, 07 março. 2011.
- _____. O avanço obscurantista na política brasileira. *Época*, 06 junho. 2011.
- _____. O que aprender com a crise. *Época*, 01 agosto. 2011.
- ADAM, Jean-Michel. *Les textes : types et prototypes*. Récit, description, argumentation, explication et dialogue. Paris : Editions de Nathan, 1997.
- _____, Jean-Michel. Unités rédactionnelles et genres discursifs: cadre général pour une approche de la presse écrite. *Pratiques* n.94, 1997. p.3-18
- ALMEIDA, Daniel Mazzaro Villar de. *Seja como for e seja como fuere : marcadores discursivos? Uma análise do uso dessas expressões em artigos de opinião brasileiros e argentinos*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, 114 p.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Pierre Mardaga Editeur, 1988.
- ANTÔNIO, Juliano Desiderato. *Estrutura retórica do texto: uma proposta para a análise da coerência*. Signótica, v. 15, n. 2, p. 223- 236, jul/dez. 2003.
- ANTUNES, Irlandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- AQUINO, Ruth de. O juiz que limpou os fichas-suja. *Época*. São Paulo, 28 março. 2011.
- ARMENGAUD, Françoise. *A pragmática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- ATTUCH, Leonardo. A bala de prata. *IstoÉ*. São Paulo, 22 setembro. 2010.
- _____. Nós e eles. *IstoÉ*. São Paulo, 01 abril. 2010.
- _____. Dilma no espelho. *IstoÉ*. São Paulo, 30 abril. 2010.
- _____. A arapuca da faxina. *IstoÉ*. São Paulo, 19 agosto. 2011.

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang U. *Introduction to Text Linguistics*. Londres: Longman, 1981.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da Língua Portuguesa com exercícios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- _____, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERRENDONNER, A. Connecteurs pragmatiques et anaphore. *Cahiers de Linguistique Française*. n. 5, 1983. p. 215-246.
- BLAKEMORE, Diane. *Understanding utterances: na introduction to pragmatics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1992.
- BORBA, Francisco da Silva (org.). *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 2004.
- CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTILHO, Ataliba de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da Língua Portuguesa*. 40. ed. São Paulo: Nacional, 1997.
- CHOMSKY, Noam; RAPOSO, Eduardo Paiva; MEIRELES, José. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Armênio Amado, 1975.
- COSTA VAL, Maria da Graça Ferreira. *Texto, Textualidade e Textualização*. In: *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação – Língua Portuguesa*. São Paulo: UNESP, v. 1. 2004. p. 1-17.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contermporâneo*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, Gustavo Ximenes. A articulação textual em diferentes perspectivas teóricas: aproximações entre a teoria da estrutura retórica e o modelo de análise modular. *Anais do Silel*, v. 3, n 1. Uberlândia: Edefu, 2013. p. 1-17.
- _____, Gustavo Ximenes. A articulação discursiva do gênero artigo de opinião à luz de um modelo modular de análise do discurso. *Filologia Linguística Portuguesa*. n 1. 14 (1), 2012. p. 73-97.
- _____, Gustavo Ximenes. Análise do funcionamento atípico do conector *quando* como marca de reformulação. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 9, 2011, p. 55-67.

_____, Gustavo Ximenes. *O sequenciamento de textos como estratégia discursiva: uma abordagem modular*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, 244 p.

_____, Gustavo Ximenes. *A construção da narrativa em reportagens*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, 601 p.

_____, Gustavo Ximenes. *Para entender o funcionamento do discurso: uma abordagem modular da complexidade discursiva*. Curitiba: Appris, 2014.

DECAT, Maria Beatriz. N. *Orações relativas apositivas: SNs ‘soltos’ como estratégia de focalização e argumentação*. *Veredas. Rev. Est. Ling. Juiz de Fora*, v.8, n.1 e n.2. p.79-101, jan/dez, 2004.

DECAT, M.B.N. *Relações retóricas e funções textual-discursivas na articulação de orações no português brasileiro em uso*. *Calidoscópio (UNISINOS)*, v.8, n.3, 2010. p. 167-173.

DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Linguística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____, Oswald. *Les mots Du discours*. Paris : Minuit, 1980.

_____, Oswald. Opérateurs argumentatifs et visée argumentative. *Cahiers de linguistique française*, v. 5, p. 07-36, 1983.

_____, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes Editores, 1987. DUCROT, Oswald. *Les mots Du discours*. Paris : Minuit, 1980.

_____, Oswald; ANSCOMBRE, Jean-Claude. *L’argumentation dans la langue*. Liege, Bruxelas: Pierre Margada, Editora, 1988.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de; colaboração: MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade; BORGES, Stella Maris. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 9. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GÜLICH, Elisabeth; KOTSCHI, Thomas. Les marqueurs de la reformulation paraphrastique. *Cahiers de Linguistique Française*. n. 5. 1983. p. 305-346.

GUZZO, José Roberto. Algo de errado. *Veja*, São Paulo, 27 abril. 2011.

_____. Gente que fica. *Veja*, São Paulo, 13 outubro. 2010.

_____. Metamorfose. *Veja*, São Paulo, 27 outubro. 2010.

_____. A mesma alma. *Veja*, São Paulo, 13 abril. 2011.

_____. Lições de cima. *Veja*, São Paulo, 02 fevereiro. 2011.

_____. Dois países. *Veja*, São Paulo, 02 março. 2011.

_____. Beleza e desastre. *Veja*, São Paulo, 13 abril. 2011.

_____. Aulas para o mundo. *Veja*, São Paulo, 12 outubro. 2011.

HALLIDAY, M. A. K; MACINTOSH, Angus; STREVEN, Peter. Os usuários e os usos da língua. In: M. A. K. Halliday; Angus McIntosh; Peter Strevens. *As ciências linguísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 98-135.

HALLIDAY, M. A. K; HASAN, Rugaia. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HILGERT, José Gaston. Parafraseamento. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (orgs.). *Gramática do Português culto falado no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, v. 1, 2006. p. 275-299.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____, Antônio. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. V. 2. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

JUBRAN, Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: construção do texto falado I*. Campina, São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença*. V. 3. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, v. 3, 2009.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2004a.

_____, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

_____, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LUSCHER, Jean-Marc. Connecteurs et marques de pertinence l'exemple de d'ailleurs. *Cahiers de Linguistique Française*. n. 10, 1989, p. 101-145.

LYONS, John; MOTA, Octanny Silveira da; HEGENBERG, Leônidas. *As ideias de Chomsky*. 4. ed. São Paulo. Cultrix, 1983.

MANN, William C.; THOMPSON, Sandra A. *Rhetorical Structure theory: a theory of text organization*. ISI/RS-87- 190, 1987.

_____. *Rhetorical Structure theory: toward a functional theory of text organization*. v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

MARINHO, Janice Helena Chaves. *O funcionamento discursivo do item onde: uma abordagem modular*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte. 305 p.

_____, Janice Helena Chaves. *Uma Abordagem Modular e Interacionista da Organização do Discurso*. Revista da Anpoll 16. São Paulo. jan/jun. 2004. 75-100 p.

_____, Janice Helena Chaves. Um estudo da organização relacional de um texto acadêmico. In: PROENÇA, Gláucia Muniz (org.). *Língua(gem), Texto, Discurso: entre a reflexão e a prática*. Rio de Janeiro: Lucerna/FALE/UFMG, 2006. v. 1. 197-215 p.

_____, Janice Helena Chaves. A determinação da unidade textual mínima. In: MARINHO, Janice Helena Silva de Resende Chaves; PIRES, Maria Sueli de Oliveira; VILLELA, Ana Maria Nápoles (Orgs.). *Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007. 39-50 p.

_____; Janice Helena Chaves.; DACONTI, Geruza.; CUNHA, Gustavo Ximenes. *O texto e sua tipologia: fundamentos e aplicações*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2012.

MOESCHLER, Jacques. Marques linguistiques, interprétation pragmatique et conversation. *Cahiers de Linguistique Française*. n 10, 1989. p. 45-75.

_____, Jaques. Directional inferences and the conceptual/procedural encoding distinction. *RT Workshop*, Luton. 1998. p. 1-6

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2006. v. 1.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *O que é linguística*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PARREIRA, Miriam Silveira. Operadores argumentativos e técnicas de argumentação em editoriais de jornal. In: FINOTTI, Luisa Helena Borges; MESQUITA, Elisete Maria Carvalho

de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gêneros de texto: caracterização e ensino*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 271-297.

PIRES, Sueli. *Estratégias discursivas na adolescência*. São Paulo: Arte & Ciência, v. 31, 1997.

PORTOLÉS, José. *Marcadores del discurso*. 4. Ed. Barcelona: Ariel Letras, 2007.

RISSO, Mercedes Sanfelice; SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; URBANO, Hudinilson. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (orgs.). *Gramática do Português culto falado no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. v. 1, p. 403-425.

_____, Mercedes Sanfelice. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (orgs.). *Gramática do Português culto falado no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. p. 427-496.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 40. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2001.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desiree (orgs.). *Gêneros, teorias, métodos, debates*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 152-183.

RODRIGUES, Rômulo da Silva Vargas. Saussure e a definição da língua como objeto de estudos. *ReVel*. Edição especial n. 2, 2008. p.1-25.

ROSSARI, Corine. *Les opérations de reformulation: analyse Du processus et des marques dans une perspective contrastive français-italien*. Berne: Peter Lang, 1993.

_____, Corine. Pour une approche lexicale des relations de discours: l'exemple de *donc*. In: *Revue de Sémantique et Pragmatique*. n.5, 1999. p. 57-73.

_____, Corine. *Connecteurs et relations de discours: des liens entre cognition et signification*. Nancy: Press Universtaires de Nancy, 2000.

_____, Corine. *Les relations de discourse: approches rhetoriques, approches pragmatiques et approches semantiques*. n.1, 2001, p. 59-72.

ROULET, Eddy. *Teorias Linguísticas, Gramáticas e Ensino de Línguas*. Trad. Geraldo Cintra. São Paulo: Pioneira, 1978.

_____, Eddy. Completude interactive et connecteurs reformulatifs. *Cahiers de Linguistique Française*. n 7, 1987. p. 111-140.

_____, Eddy et al. *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang, 1985.

_____, Eddy. *La description de l'organisation du discours: du dialogue au texte*. Paris: Didier, 1989.

_____ et al. *L'articulation du discours en français contemporain*. 3. ed. Berne : Lang, 1991.

_____ Eddy. (1991). Vers une approche modulaire de l'analyse du discours. *Cahiers de Linguistique Française*. n.12. p.53-81.

_____, Eddy. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. In: MARI, Hugo et al. (org.). *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges – Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 1999. p. 139-171.

_____, Eddy; FILLIETTAZ, Laurent; GROBET, Anne. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.

_____, Eddy. Une approche modulaire de la problématique des relations de discours. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (orgs.). *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, FALE/UFMG, 2003. p. 149-178.

_____ Eddy. *De La nécessité de distinguer des relations de discours sémantiques, textuelles et praxéologiques*. In: ANDERSEN, H. L. & NØLKE, H (Ed.). *Macrosyntaxe et macro-sémantique. Actes du colloque international d'Aarhus*. Bern: P. Lang, 2002.

_____ Eddy. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In: FISCHER, K (Ed.). *Approaches to Discourse Particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p. 115-131.

SANTOS, Cleidiane Novais Ferreira dos. *O conector daí na língua escrita: uma abordagem modular*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte. 94 p.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre (1986/95). *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford, Cambridge: Blackwell.

_____ *Relevance: communication and cognition*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1995.

SOUZA, Eliane Aparecida de. *As dimensões discursivas do texto escrito: análise de fatores interacionais, argumentativos e enunciativos constituintes de textos-resposta a questões de vestibular*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte. 313 p.

URBANO, Hudinilson. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (orgs.). *Gramática do Português culto falado no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. v. 1, p. 497-527.

VILLAS BOAS, S. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da Linguística*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002. 165 p.

ZORRAQUINO, Maria Antônia Martín. Los marcadores Del discurso desde El punto de vista gramatical. In: ZORRAQUINO, Maria Antônia Martín; ESTRELA, Montolio Duran. *Los marcadores del discurso: teoría y análisis*. 2. Ed. Madrid: Arco/Libros, 2008, p. 19-53

ANEXOS

Artigos de opinião segmentados em Atos

Texto 1 – “Algo de errado”

- (1) Além da morte e dos impostos,
- (2) como é o caso para o resto da humanidade,
- (3) existe no Brasil uma terceira grande certeza:
- (4) obras públicas jamais são entregues no prazo.
- (5) Também podem não ser entregues nunca;
- (6) é comum que,
- (7) uma vez concluídas,
- (8) estejam entre as de pior qualidade que a engenharia mundial consegue produzir
- (9) e sempre, em todos os casos, acabam custando muito mais caro do que deveriam.
- (10) Mas é o atraso na entrega, sem dúvida, a marca que mais distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras.
- (11) **Na verdade**, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo –
- (12) do trem-bala ao mais reles abrigo para um ponto de ônibus.
- (13) (Esse trem bala, aliás, promete.
- (14) Ainda não foi colocado um único metro de trilho no chão,
- (15) mas o preço estimado da obra já passou de 18 para 33 bilhões de reais.)
- (16) Nada mais natural, assim, do que o anúncio segundo o qual não serão terminadas a tempo as majestosas obras de nove dos treze aeroportos que servem a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014.

- (17) A novidade, no caso, é que o aviso vem de um órgão do próprio governo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- (18) Dá o que pensar:
- (19) se a coisa já está ruim quando o governo em peso jura que tudo corre rigorosamente dentro dos prazos previstos,
- (20) imagine-se o tamanho da confusão quando nem eles se entendem.
- (21) O alerta, desta vez, não pode ser desprezado como mais um gesto de má vontade da banda neo-liberal,
- (22) gente que passou tempo demais na escola
- (23) e não entende o povão;
- (24) como se mencionou acima,
- (25) quem fez a denúncia foi o IPEA,
- (26) repartição pública que tem as melhores credenciais como força auxiliar do PT,
- (27) e considera “o estado” a maior criação do ser humano desde a invenção da roda.
- (28) Sua avaliação sobre o andamento das obras nos aeroportos é severa.
- (29) Em cinco delas,
- (30) não se conseguiu, até agora, nem mesmo concluir os projetos.
- (31) Seis obras não foram sequer iniciadas.
- (32) Faltam até autorizações do Ibama –
- (33) que, por sinal, exige três licenças diferentes para cada obra

- (34) e leva cerca de quarenta meses, em média, estudando se vai ou não aprovar um projeto.
- (35) Nem metade das verbas destinadas aos aeroportos entre 2003 e 2010 foi realmente aplicada.
- (36) O governo, **na verdade**, tem se mostrado incapaz de executar o próprio orçamento.
- (37) O resultado é que até este primeiro trimestre de 2011 se aplicou apenas 0,25% do que os PAC 1 e 2 previam que seria aplicado:
- (38) neste ritmo,
- (39) conseguiremos atingir no fim do ano a grande marca de 1% do que deveria ser feito.
- (40) Vários ministros e altas autoridades garantem que o IPEA está errado
- (41) e que tudo corre segundo o planejado;
- (42) na promessa de um deles,
- (43) não vamos “fazer feio” na Copa.
- (44) É possível, até, que tenham razão.
- (45) Copa é Copa,
- (46) e em Copa do Mundo a única coisa que interessa é futebol.
- (47) Quem, na hora em que a bola rolar no campo, vai estar pensando em aeroporto?
- (48) De mais a mais, se até a África do Sul conseguiu fazer uma Copa,
- (49) por que o Brasil não conseguiria pelo menos algo parecido?
- (50) Até lá, é claro, muita gente vai enriquecer,
- (51) ou ficar ainda mais rica, com essa história toda,
- (52) mas e daí?
- (53) É o querido povão quem vai pagar,
- (54) e nem saberá que está pagando –
- (55) ou, se souber, não vai brigar por causa disso.
- (56) Ninguém quer saber dessas coisas em momentos de “pra frente, Brasil”.
- (57) Mas ainda assim há algo que não fecha nesse encontro de Copa,
- (58) obras do governo, PAC, IPEA etc.
- (59) O que não fecha,
- (60) quando se olha com mais atenção para a paisagem,
- (61) é que deveríamos estar assistindo justamente ao contrário do que se vê.
- (62) Claro: a presidente da República não é uma exímia gerente?
- (63) Desventuras como a da Copa não acontecem com exímias gerentes.
- (64) A presidente Dilma Rousseff,
- (65) como todo mundo está cansado de ouvir há pelo menos dois anos,
- (66) teria a grande vantagem de ser uma gerente,
- (67) ou mesmo uma “gerentona” –
- (68) embora já não se saiba, quando falam assim, se é ou não um elogio.
- (69) No campo da imaginação comum,
- (70) em todo caso, gerente é aquele que realmente resolve as coisas.
- (71) Faz acontecer.
- (72) Entrega o serviço combinado.
- (73) Põe a mão na massa e o pé no barro.
- (74) É um leão (ou uma leoa) para tocar uma obra.
- (75) Onde estariam, então, essas qualidades todas, numa hora em que tanto se precisa delas?
- (76) Quatro meses de governo, sem dúvida, é pouco tempo para mostrar resultados.
- (77) Mas a gerência do PT já está chegando aos oito anos e meio
- (78) e Dilma faz parte dela desde a primeira hora –

- (79) é, afinal, a “mãe do PAC”, e padroeira geral de todas as obras públicas deste país.
- (80) O que estaria havendo de errado?

Texto 2 – “A bala de prata”

- (1) Votar em Dilma Rousseff não é tarefa simples.
- (2) **Na verdade**, é algo bem mais complexo do que comparecer à seção eleitoral
- (3) e cravar o 13 na urna eletrônica.
- (4) Por maiores que tenham sido os progressos recentes na área econômica,
- (5) há sérias dúvidas sobre a personalidade da candidata, seu equilíbrio emocional e sua capacidade de administrar as gigantescas pressões por favores oficiais que partirão de seus próprios aliados, em especial o PT e o PMDB.
- (6) Além disso, o povo brasileiro terá de rebaixar suas expectativas em relação à Presidência da República.
- (7) Nem Dilma nem qualquer outro dos pretendentes ao cargo possuem as qualidades, a história ou a densidade política dos dois últimos que sentaram na cadeira.
- (8) E talvez o Brasil chegue à conclusão de que tanto Lula como Fernando Henrique Cardoso foram pontos fora da curva na história republicana.
- (9) Um luxo de 16 anos,
- (10) que não mais se repetirá.
- (11) Dilma, no entanto, tem contado com uma contribuição inestimável dos adversários, particularmente do PSDB.
- (12) A busca por um escândalo bombástico ou por uma bala de prata que atinja o peito da candidata tem sido tão frenética e tão flagrante
- (13) que acaba deixando evidentes as digitais e a motivação eleitoreira.
- (14) Mal saem do forno,
- (15) as denúncias já são recicladas
- (16) para aparecer no programa de José Serra.
- (17) Uma estratégia desesperada de quem jamais imaginaria estar numa posição tão desfavorável a pouco tempo das eleições
- (18) – e que, além do mais, não funciona.
- (19) O uso da quebra do sigilo fiscal da filha numa tentativa de vitimização, com o discurso “seremos todos Francenildos”, não conquistou o voto nem do ex-caseiro.
- (20) E a tática de carimbar o governo Lula como uma central de corrupção serviu para derrubar a ministra Erenice Guerra,
- (21) mas pode também se revelar igualmente ineficaz,
- (22) uma vez que o eleitor repudia a hipocrisia e o falso moralismo,
- (23) guardando na memória todos os escândalos de governos anteriores, incluindo os do PSDB.
- (24) A candidata do PT conta ainda com um trunfo.
- (25) É provável que ela se beneficie de um novo “voto útil”.
- (26) Para a grande maioria dos eleitores,
- (27) que provavelmente não compareceriam às urnas
- (28) se o voto fosse facultativo,
- (29) será conveniente resolver a peleja já no primeiro turno.
- (30) Assim, acabará logo o show de horrores e o festival de escândalos calculados para eclodir às vésperas da eleição.
- (31) E José Serra,

- (32) se continuar batendo na mesma tecla,
- (33) correrá o risco de chegar atrás de Marina Silva,
- (34) a única que tem pregado o debate no lugar do embate.
- (35) E cuja tendência de crescimento sobre Serra já vem sendo captada em pesquisas qualitativas.

(36) O que demonstra que a bala de prata, **na verdade**, é uma gigantesca bola de chumbo amarrada ao tornozelo de José Serra.

Texto 3 – “Um novo jeito de fazer um governo de coalizão”

	<p>(1) Os anúncios de forte austeridade fiscal podem levar a sociedade a acreditar que a montagem da equipe econômica foi a fase mais difícil desse período de transição governamental.</p> <p>(2) Na verdade, o período complicado começa agora com a definição dos postos ministeriais mais ligados à busca de apoio dos partidos da coalizão.</p> <p>(3) Tão duro quanto fazer a partilha entre as legendas é estabelecer como tais ministros vão perseguir as metas da presidente Dilma</p> <p>(4) e como ela irá cobrá-los.</p> <p>(5) A construção de uma coalizão multipartidária é peça-chave de nosso presidencialismo.</p> <p>(6) Não adianta partir de um suposto tecnocrático e preconceituoso contra a política</p> <p>(7) e propor um governo sem partidos –</p> <p>(8) ou, para aqueles que vão mais direto ao assunto, sem o PMDB.</p> <p>(9) Isso é irrealista e antidemocrático.</p> <p>(10) Basta lembrar que quem mais se aproximou dessa versão pretensamente purista foi o presidente Collor,</p> <p>(11) e os resultados foram terríveis.</p> <p>(12) O que deve ser pensado como solução para os dilemas da coalizão é a proposição de um modelo diferente de montagem dos ministérios, baseado em três premissas.</p> <p>(13) Primeira:</p> <p>(14) o governo deve ter metas definidas pela presidente em parceria com os principais atores político-partidários.</p> <p>(15) Segunda:</p> <p>(16) devem ser estipulados mecanismos de cobrança e aprendizado ante os resultados alcançados.</p> <p>(17) Terceira:</p> <p>(18) é necessário saber o que fazer</p> <p>(19) quando um ministro ou outro ocupante de posto estratégico –</p> <p>(20) como a presidência de estatais –</p> <p>(21) não cumprir sistematicamente os objetivos predefinidos,</p> <p>(22) de modo a tomar decisões que sirvam não para quebrar a coalizão,</p> <p>(23) mas, ao contrário, para fortalecer seus propósitos comuns. (mas refut.)</p> <p>(24) É claro que a coalizão precisa espelhar, em maior ou menor medida, o peso das forças políticas que apoiam o governo.</p> <p>(25) Haverá sempre algum grau de discordância</p> <p>(26) a respeito de qual ministério seria mais adequado para cada partido.</p> <p>(27) Não obstante, feitas as escolhas,</p> <p>(28) é preciso dar um sentido de gabinete ao governo.</p> <p>(29) Em nosso sistema político,</p> <p>(30) cabe ao presidente, com a ajuda de um ou poucos coordenadores, a definição das metas governamentais.</p> <p>(31) Talvez Dilma possa exercer essa liderança com o auxílio de figuras como Palocci e do vice Michel Temer,</p> <p>(32) que poderão fazer o meio de campo político mais operacional,</p> <p>(33) livrando a presidente do varejo.</p> <p>(34) O governo deve ter metas definidas pela presidente em parceria com os</p>
--	---

<p>principais partidos.</p> <p>(35) Mas o essencial é apresentar aos ministros e a outros ocupantes de funções estratégicas as metas principais para o quadriênio 2011-2014.</p> <p>(36) Se esse processo de definição compartilhada for bem feito,</p> <p>(37) todos estarão compromissados com uma agenda política comum,</p> <p>(38) e não com o uso de seus cargos para objetivos simplesmente individuais ou partidários.</p> <p>(39) Favorece esse cenário o caráter mais orgânico da coalizão atual,</p> <p>(40) sacramentada pela entrada do PMDB na Vice-Presidência,</p> <p>(41) o que o tornou vidraça do ponto de vista da cobrança dos eleitores.</p> <p>(42) Se os peemedebistas quiserem permanecer com a estratégia mais movediça que adotaram na relação com FHC e Lula,</p> <p>(43) o custo político será maior.</p> <p>(44) Há também o outro lado dessa questão, normalmente negligenciado no debate político.</p> <p>(45) Os peemedebistas devem ser cobrados tanto no campo da lealdade quanto no do desempenho,</p> <p>(46) porém também precisam participar da definição das decisões estratégicas do governo.</p> <p>(47) Essa mesma lógica vale para os demais partidos da coalizão.</p> <p>(48) Assim se alcançaria o que muitos chamam de um governo programático,</p> <p>(49) algo que não se refere a um arcabouço rígido e fechado,</p> <p>(50) mas diz respeito à construção consensual e coletiva de metas,</p> <p>(51) que podem ser modificadas e reparadas pela presidente em seu constante diálogo com o gabinete.</p> <p>(52) Centrar-se mais nos objetivos governamentais do que na partilha dos cargos é a forma de fortalecer um novo tipo de coalizão presidencialista.</p> <p>(53) Quando isso acontecer,</p> <p>(54) os líderes partidários e seus respectivos ministros vão dar maior importância à escolha meritocrática de seus assessores –</p> <p>(55) afinal, eles serão cobrados por resultados.</p> <p>(56) Essa mudança de paradigma não será fácil.</p> <p>(57) Mas, ao contrário do que se pensa,</p> <p>(58) ela poderá trazer ganhos importantes aos políticos.</p>
--

Texto 4 – “Metamorfose”

- (1) Presidentes da República, mais cedo ou mais tarde, amanhecem um belo dia como ex-presidentes.
- (2) Em geral é um choque.
- (3) Para os que entendem, de verdade, que numa democracia não dá para ninguém ser presidente pelo resto da vida,
- (4) o impacto é recebido com mais naturalidade
- (5) e pode ser administrado de forma mais racional.
- (6) Para os que se julgam superiores a todos os que vieram antes deles
- (7) ou que possam vir depois,
- (8) e só se levantam da cadeira
- (9) porque a lei os obriga,
- (10) a hora da saída é um terremoto interior.
- (11) Na cerimônia de transmissão do cargo talvez façam esforços
- (12) para demonstrar ao público que aceitam de boa graça o fim do seu período na Presidência,
- (13) sobretudo se conseguem eleger o sucessor.
- (14) Mas, secretamente, acham que a regra do tempo fixo para os mandatos só é aceitável em relação aos outros;
- (15) não se conformam que seja aplicada também a eles,
- (16) pois não aceitam a ideia de que exista qualquer outra ocupação à sua altura.
- (17) No próximo domingo, com a definição de quem ficará em seu lugar a partir de 1º de janeiro de 2011,
- (18) começa para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a contagem regressiva que o levará, dentro de dois meses, às realidades da ex-Presidência.
- (19) O presidente,
- (20) por tudo o que tem dito e feito nesta reta final da campanha,
- (21) dá a impressão de estar gostando cada vez menos da perspectiva de voltar para casa.
- (22) Já avisou que não vai “passar o bastão” da Presidência ao sucessor,
- (23) porque “o bastão é do povo”;
- (24) não explicou como, na prática, o povo iria utilizar o bastão que pretende lhe deixar,
- (25) mas a conversa é de quem não quer largar o osso.
- (26) Deu para se comparar, de novo, a Jesus Cristo,
- (27) e garante que as derrotas dos seus adversários são “vingança de Deus” contra quem se opõe a ele.
- (28) Cada vez mais, em seus discursos, diz que não vai “admitir”,
- (29) não vai “aceitar”,
- (30) não vai “deixar” que aconteça isso ou aquilo,
- (31) como se o futuro do país estivesse sujeito à sua aprovação pessoal.
- (32) O que fica, desta conversa toda, é a sensação de que Lula, no fundo, acha uma tremenda injustiça a necessidade de deixar a Presidência.
- (33) É como se perguntasse:
- (34) para que serve, então, ter 80% de popularidade, em vez de 30%, por exemplo, ou até de 1%,
- (35) se você tem de ir embora do mesmo jeito?
- (36) O fato é que o presidente da República tem no momento duas possibilidades à sua frente,
- (37) e nenhuma é animadora.
- (38) Uma vitória do candidato da oposição, José Serra, no turno decisivo das eleições seria

- tão ruim, do seu ponto de vista,
- (39) que nem o próprio Lula, provavelmente, é capaz de imaginar as reações que poderia ter diante de uma calamidade dessas.
- (40) Uma vitória da candidata oficial, Dilma Rousseff, seria melhor, é claro,
- (41) até porque ela sempre deverá ao presidente 100% dos votos que recebeu no primeiro turno
- (42) e vai receber no segundo.
- (43) É melhor,
- (44) mas não resolve.
- (45) **Na verdade**, ninguém resolve a vida de quem quer ficar
- (46) mas precisa sair –
- (47) e, se acaso alguém pudesse resolver,
- (48) esse alguém certamente não seria o sucessor.
- (49) No curto caminho que os presidentes fazem entre a porta do seu gabinete e a porta de saída do Palácio do Planalto, no dia em que passam a faixa,
- (50) muito se perde
- (51) e tudo se transforma;
- (52) ao colocarem o pé na rua, no primeiro instante de sua nova vida como ex-presidentes,
- (53) o mundo já é outro.
- (54) A mudança mais notável é a rapidez com que vão deixando de ser prioritários os esforços que as pessoas fazem para estar perto deles.
- (55) Certas coisas, talvez a maioria, perdem subitamente a importância –
- (56) índices de popularidade, por exemplo, servem para bem pouco depois que se deixa a Presidência.
- (57) Por mais que lhe devam o cargo,
- (58) os sucessores logo começam a descobrir seus próprios méritos;
- (59) o que jamais faltará é gente à sua volta dizendo exatamente isso.
- (60) Elogios ao ex vão se tornando mais raros;
- (61) a uma certa altura,
- (62) passam a ser expressamente não recomendáveis.
- (63) O sucessor não demora a se acostumar com a força de sua caneta.
- (64) Habitua-se rapidamente, também, a pensar primeiro em si;
- (65) dificilmente passará os próximos quatro anos tendo como prioridade o bem-estar e o futuro do seu antecessor.
- (66) Uma das mais célebres transformações registradas na literatura mundial está no conto *A Metamorfose*, de Kafka;
- (67) ali, como se sabe,
- (68) o caixeiro-viajante Gregor Samsa, bom moço e herói da própria família, acorda um dia transformado num gigantesco inseto.
- (69) A partir daí,
- (70) o que realmente causa angústia não é a metamorfose de Samsa;
- (71) perturbador, mesmo, é a mudança gradual e impiedosa nas pessoas que estão à sua volta.
- (72) É para lidar com isso que presidentes da República a caminho da saída deveriam se preparar.

Texto 5 – “Nós e eles”

- (1) O jogo, enfim, começou.
- (2) E segue o roteiro traçado pelo governo:
- (3) o de uma eleição polarizada entre PT e PSDB.
- (4) “Nós” contra “eles”,
- (5) repetem os estrategistas da campanha oficial.
- (6) Oito anos de Lula, contra oito anos de FHC.
- (7) Estado forte versus neoliberalismo.
- (8) E foi exatamente essa a linha do discurso da ministra Dilma Rousseff durante o lançamento do PAC 2 –
- (9) a curiosa continuação de um filme, o PAC 1, que mal começou.
- (10) No seu último ato de governo,
- (11) Dilma tentou até chorar,
- (12) mas não foi convincente.
- (13) A voz ficou embargada,
- (14) mas nenhuma lágrima rolou do seu rosto
- (15) ou de quem estivesse na plateia.
- (16) No palanque,
- (17) apenas bocejos –
- (18) e muitos.
- (19) Por trás do discurso,
- (20) há uma fraude gigantesca:
- (21) a ideia de que o PT reinventou o Brasil.
- (22) E que, portanto, o eleitor não deve permitir retrocessos,
- (23) como, por exemplo, uma volta à era das privatizações.
- (24) Suspeita-se até que o PSDB esteja caindo na armadilha.
- (25) E a prova seria a decisão de “esconder” o ex-presidente FHC do ato de lançamento da campanha de José Serra, programado para o dia 10.
- (26) Se fizerem isso,
- (27) cometerão erro idêntico ao de 2006,
- (28) quando Geraldo Alckmin conseguiu a proeza de ter menos votos no segundo turno do que no primeiro,
- (29) depois de vestir uma jaqueta com os logos das estatais,
- (30) rendendo-se à lógica petista.
- (31) A questão a ser colocada é muito simples:
- (32) de que têm medo os tucanos?
- (33) Deveriam mesmo temer a polarização proposta pelo PT?
- (34) **Na verdade**, seria muito mais simples – e bem mais eficiente – defender o Plano Real,
- (35) do qual o governo Lula se beneficia até hoje,
- (36) e até mesmo as privatizações,
- (37) que fizeram com que cada brasileiro pudesse ter um telefone,
- (38) evitaram que a Embraer falisse
- (39) e ainda permitiram que uma empresa como a Vale se tornasse a maior do mundo em seu setor.
- (40) Muito do que Lula hoje colhe foi plantado por seus antecessores.
- (41) Ou seja: a popularidade desfrutada pelo grupo que Dilma chama de “nós” não seria a mesma sem tudo aquilo que “eles” fizeram.

- (42) Enquanto isso,
- (43) quais são os grupos que se aproximam da candidatura petista?
- (44) Nas zonas rurais,
- (45) o sem-terra José Rainha promete um “abril vermelho”, com mais invasões de terras.
- (46) E diz que todos os acampamentos comandados por ele serão, ao mesmo tempo, um “campo de batalha” e um “comitê pró-Dilma”.
- (47) Em São Paulo,
- (48) a sindicalista Maria Izabel Noronha comanda uma greve claramente política,
- (49) em que os professores queimam livros
- (50) e fecham as ruas da maior cidade do País,
- (51) infernizando a vida dos motoristas.
- (52) Investem tão escancaradamente na baderna
- (53) que correm até o risco de provocar no eleitor um instinto de defesa:
- (54) “nós” contra “eles”.
- (55) Eles, evidentemente, o PT.